



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 24

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 16 de maio de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

Após a chamada das Sras. e Srs. Deputadas/os, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, com a apresentação dos seguintes Votos:

- [Voto de Saudação pelas comemorações do 25 de abril e 1.º de maio](#), apresentado pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação Arcano Místico – Prémio Vasco Vilalva 2012](#), apresentado pela Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*).

Sobre o mesmo, usou da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

Seguiu-se a votação, que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação Clube Desportivo Ribeirense](#), apresentado pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado (*PS*).

O mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação ao Clube Desportivo Ribeirense**, apresentado pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*).

Após a votação, o voto referenciado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela conquista do título de voleibol masculino pelo Clube Desportivo Escolar das Flores**, apresentado pelo Sr. Deputado Luís Maciel (*PS*).

Após a intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), procedeu-se à votação, que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal**, apresentado pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*).

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação à Sociedade Filarmónica Recreio Progresso dos Lavradores**, apresentado pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*).

Sobre o mesmo, tomou da palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros (*PS*).

Submetido à votação, o Voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação aos 75 anos do Sport Clube Marítimo**, apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

O Voto referenciado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto contra a privatização da EDA**, apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Francisco César (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O Voto em apreço foi rejeitado

- **Voto de Protesto contra o desinvestimento do Governo no desporto jovem**, apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Seguidamente, e sobre o mesmo, tomaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Mendonça (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Berto Messias (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi rejeitado.

De seguida, passou-se para a **Agenda da Reunião**.

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 32/X – “Recomenda ao Governo Regional o pagamento integral do subsídio de férias de 2013, no próximo mês de junho”,

apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Justificada a urgência pela Sra. Deputada Zuraida Soares usaram, de seguida, da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José San-Bento (*PS*).

Seguidamente, procedeu-se à votação, tendo o pedido sido rejeitado.

Ainda no âmbito deste ponto, proferiram Declarações de Voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 34/X – “Defesa dos interesses dos Açores na gestão e ordenamento do espaço marítimo português”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a justificação da urgência pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, participaram no debate os Senhores Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Luís Garcia (*PSD*).

O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução n.º 34/X – “Defesa dos interesses dos Açores na gestão e ordenamento do espaço marítimo português”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Parlamentar do PS.

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal

Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

Terminado o debate, procedeu-se à votação, que registou a aprovação do diploma por unanimidade.

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 35/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que alargue o prazo de audição pública da proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que publicite nos órgãos de comunicação social e promova a auscultação e pronúncia das Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Conselhos de ilha”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Artur Lima, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução n.º 35/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que alargue o prazo de audição pública da proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que publicite nos órgãos de comunicação social e promova a auscultação e pronúncia das Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Conselhos de Ilha”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a leitura do diploma pelo Sr. Deputado Artur Lima participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Maurício (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 36/X – “Frente Comum em defesa da Universidade dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O pedido em apreço foi aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução n.º 36/X – “Frente Comum em defesa da Universidade dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do diploma esteve a cargo do Sr. Deputado Berto Messias.

Seguidamente, usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Berto Messias (*PS*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 04 minutos.

Presidente: Bom dia.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Peço ao Sr. Secretário para proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 13 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Carlos Martins Maciel

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

António Augusto Batista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Francisco José Ferreira **Silva**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputadas/os, pelo que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

A manhã dos nossos trabalhos está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos e passo, de imediato, a ler um Voto de Saudação subscrito por todos os partidos com assento nesta Assembleia.

**VOTO DE SAUDAÇÃO PELAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL
E 1.º DE MAIO**

Recentemente comemoraram-se duas das datas mais significativas, das últimas décadas, para o povo português: o 25 de abril e o 1º de maio.

São dias de comemoração e memória, porque sem memória não há história e sem história compromete-se o futuro. São dias de comemoração e memória da conquista da democracia - após décadas de regime fascista - e do respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as portugueses/as.

O 25 de abril trouxe a tão desejada democracia, propiciadora do desenvolvimento social, cultural e económico do nosso país.

Foi o 25 de abril que trouxe a possibilidade dos Açores serem, hoje, uma região autónoma, com um Estatuto Político-Administrativo próprio. Uma região com legitimidade estatutária e capacidade governativa própria, em defesa dos interesses específicos do seu território e dos direitos dos seus habitantes.

O 1º de maio, como jornada de luta solidária pela liberdade e pelos direitos dos trabalhadores de todo o mundo, assinalado desde o Congresso da Internacional Socialista de 1889, foi retomado em Portugal, em 1974, com a saída à rua de milhares de pessoas.

Trinta e nove anos depois do 25 de Abril de 1974, o Povo Português vive, sem margem para dúvida, um dos momentos mais críticos e mais difíceis da sua já longa História.

Assistimos, hoje, por força da crise mundial, europeia e nacional, a uma penalização de quem trabalha, trabalhou ou pretende trabalhar, num processo que coloca em causa a justa retribuição do trabalho.

Na situação política, económica, financeira e, sobretudo, social que vivemos, ganha nova pertinência a mensagem de esperança e de luta, por um futuro melhor, que o 25 de abril representou para muitas cidadãs e muitos cidadãos.

Hoje, é cada vez mais necessário relembrar que as inevitabilidades não existem e que o futuro terá de ser aquele que soubermos construir. Em democracia, não há inevitabilidades, há alternativas!

É urgente continuar a lutar e lutar pelo crescimento económico e sua justa redistribuição, pelo emprego, pela igualdade de oportunidades, pela valorização do trabalho, pelos direitos sociais, pela dignidade das pessoas.

É urgente continuar abril, na Região Autónoma dos Açores, exercendo-se todas as prerrogativas autonómicas que permitam uma maior justiça laboral, social e económica a todos/as os /as Açorianos/as.

Nos termos estatutários e regimentais, todos os partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõem um Voto de Saudação pelas comemorações do 25 de abril e do 1º de maio.

Horta, 15 de Maio de 2013.

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Duarte Freitas, Paulo Estêvão, Aníbal Pires, Artur Lima e Zuraida Soares.

Pergunto se há alguma intervenção?

Não havendo, passemos então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para a apresentação de um Voto de Congratulação sobre o Arcano Místico Prémio Vasco Vilalva 2012, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Arcano Místico – Prémio Vasco Vilalva 2012

“Acabados os conventos,/ Quando a cólera do céu/ Põe entre o iluminado/ E o iluminante o seu véu,/ Vira na Ribeira Grande/ Em sacramento o eclipse/ Virando dano em Arcano/ A madre do Apocalipse./ Com massa de arroz e vidro/ A freirinha que é doceira/De ambrósias em biscuit,/ Desde a criação do mundo/ Vai até Getsémani.”

Citei Natália Correia, onde no seu poema “Arcano” ela descreve aquele que é hoje o único bem móvel classificado como tesouro regional (Decreto Legislativo Regional nº 9/ 2009/A de 3 de junho), o Arcano Místico.

O Arcano Místico, da autoria da Madre Margarida do Apocalipse, é uma obra do século XIX que, hoje totalmente recuperado e instalado na antiga casa onde residiu a sua autora, na cidade da Ribeira Grande, foi o vencedor do prémio Vasco Vilalva 2012 atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian no passado dia 3 de maio.

O Prémio Vasco Vilalva, da Fundação Calouste Gulbenkian, visa distinguir projetos de excelência na área da conservação, recuperação, valorização ou divulgação do património português.

Os anteriores premiados, a credibilidade e notoriedade nacional e internacional, indiscutíveis, da entidade que atribui o prémio contribuem para que nos orgulhemos ainda mais de um projeto que resulta da conjugação de esforços de várias instituições, a Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz da Sra. da Estrela (proprietária do Arcano), a Paróquia da Matriz da Sra. da Estrela (enquanto dona do imóvel) e a Câmara Municipal da Ribeira Grande que se empenhou contínua e afincadamente, na recuperação e valorização deste património, móvel e imóvel, liderando todo o processo que resultou no projeto agora premiado.

Falar no Arcano, como é conhecido, sem mencionar o Dr. Mário Moura seria uma imprecisão e uma injustiça, se atendermos ao facto deste Historiador ter dedicado mais de 20 anos, da sua carreira, ao estudo da vida e da obra da Madre Margarida do Apocalipse e das suas publicações resultantes desta pesquisa integrarem, também, o projeto.

Importa referir que o Arcano testemunha uma singularidade e raridade únicas não só pela originalidade do processo produtivo, mas também por se tratar da mais importante obra de arte feminina de tradição conventual açoriana única no contexto regional e nacional.

Na carta enviada pelo gabinete do presidente da Fundação Calouste Gulbenkian lê-se: *“o prémio foi-lhe atribuído pela qualidade do projecto e pelo resultado*

patente de recuperação deste curioso e insólito móvel, obra da Madre Margarida Isabel do Apocalipse, fruto de uma investigação sobre o contexto histórico e social em que foi realizado, conduzida por uma qualificada equipe. O júri reconheceu também o notável trabalho de restauro do conjunto e dos seus inúmeros pormenores, mas decidiu sobretudo distinguir uma obra de arte, de beleza naïve, mas ao mesmo tempo reflectindo conhecimentos de indumentária e iconografia eruditas, poética e quase surrealista.”

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 16 de maio, aprove e emita um voto de congratulação pela atribuição do Prémio Vasco Vilalva 2012 ao Projeto de Recuperação e Musealização do Móvel do Arcano Místico, efetuada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Do mesmo deve ser dado conhecimento à Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz da Sra. da Estrela, à Paróquia Matriz da Sra. da Estrela, à Câmara Municipal da Ribeira Grande – solicitando a esta dê conhecimento do voto a todas as instituições e empresas envolvidas no projeto.

Termino como comecei, com Natália Correia: “*Ó sibila da Ribeira,/ por isso a ribeira é Grande,/ do saber adiantado/ em humilde artesaneira/ não me escondes o tratado,/ ou não fosse eu do teu sangue./ Desse ramo de oliveira/ que no bico traz a pomba/ as folhas estão todas verdes./ Já não me afogo na onda.// margarida, margarita/ pérola do Apocalipse!/ Os da Capela Sistina/ riem-se dessa tolice?/ mas quando a matéria é prima/ modesto é o artífice.”*

Horta, Sala das Sessões, 16 de maio de 2013

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Catarina Moniz Furtado, Marta Couto e Renata Correia Botelho.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PS e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação.

Peço desculpa.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD subscreve inteiramente este voto proposto pelo PS para que o Parlamento dos Açores se congratule com a recente atribuição do Prémio Vasco Vilalva 2012, da Fundação Calouste Gulbenkian, ao projeto de recuperação e musealização do móvel do Arcano Místico. Trata-se, aliás, do único bem móvel classificado como tesouro regional.

De cada vez que uma parte do nosso património é valorizada e reconhecida pelo nosso país, toda a nossa região e toda a nossa cultura ganham com isso. Ganha a nossa identidade cultural que nos distingue e dignifica enquanto povo e ganha a nossa capacidade de recuperar, preservar e promover o património que nos identifica.

Por isso, estão efetivamente de parabéns a Confraria do Santíssimo Sacramento, a Paróquia da Matriz da Senhora da Estrela e o Município da Ribeira Grande, mas também a ilha de São Miguel e os Açores.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação do Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Congratulação referente ao Clube Desportivo Ribeirense, tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Povoamento da Ilha do Pico teve início no lugar que mais tarde viria a dar origem ao concelho das Lajes, facto que também contribuiu para que este seja o concelho mais antigo da ilha.

O primeiro povoador foi somente um homem e o seu [cão](#) que viveram sozinhos durante algum tempo, reza a história que cerca de um ano. A história não regista o nome do cão, mas sabe-se que o homem se chamava [Fernão Álvares Evangelho](#).

Este [exílio](#) não foi voluntário pois esteve relacionado com o facto de aquando da preparação do desembarque se ter levantado uma [tempestade](#) que levou para o mar alto as [caravelas](#), encontrando-se o homem já em terra.

Quando, mais de um ano passado, os companheiros de viagem de Fernando Álvares Evangelho regressaram ao Pico, desembarcaram no local que passou a denominar-se [Santa Cruz das Ribeiras](#).

É neste local, hoje Freguesia das Ribeiras que, em novembro de 1986, foi outorgada a escritura de constituição do Clube Desportivo Ribeirense.

Na época desportiva de 1991/1992, o Clube Desportivo Ribeirense foi campeão açoriano em seniores masculinos tendo subido às competições nacionais e alcançado o nível máximo do voleibol nacional – a Divisão A1 – na época desportiva de 2004/2005.

Nessa mesma época de 2004/2005, a equipa de seniores femininos, disputando o Campeonato da Divisão A2, subiu ao topo da competição nacional, garantido a participação, desde a época desportiva de 2005/2006, na Divisão A1. De então para cá, a equipa têm-se classificado nos primeiros lugares do Campeonato Nacional da Divisão A1, tem participado em competições europeias e obtido classificações relevantes na Taça de Portugal Feminina, com destaque para a conquista deste troféu em 2009.

Na época de 2010/2011, o Clube Desportivo Ribeirense dominou completamente o voleibol feminino em Portugal. Conquistou a sua segunda Taça de Portugal, e sagrou-se, pela primeira vez, Campeão Nacional da Divisão

A1 de Voleibol Feminino, ao vencer na final a equipa do Clube Académico da Trofa.

Na época de 2011/2012, o Clube Desportivo Ribeirense conquistou novamente a Taça de Portugal e o Campeonato Nacional da Divisão A1 de Voleibol Feminino.

Na época de 2012/2013, o Clube Desportivo Ribeirense ao bater o Gueifães por 3 - 1 conquistou, no passado dia 30 de março, a sua quarta Taça de Portugal, a terceira consecutiva e, ao bater o Leixões, no passado dia 28 de abril, sagrou-se, pela terceira vez consecutiva, Campeão nacional da primeira divisão de Voleibol Feminino, fazendo de novo a dobradinha.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que esta, reunida em Plenário, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto da equipa de seniores femininos do Clube Desportivo Ribeirense ter conquistado o Campeonato Nacional da Primeira Divisão de Voleibol Feminino, época 2012/2013, feito inédito no desporto açoriano dado tratar-se do terceiro consecutivo.

A presente congratulação é extensiva a todas as atletas, técnicos e dirigentes que viram, assim, coroados de êxito todo o seu esforço no campo desportivo.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido Clube, à Associação de Voleibol do Pico e à Federação Portuguesa de Voleibol.

Horta, 16 de maio de 2013

Os Deputados Regionais, *Lizuarte Machado, Berto Messias, José San-Bento, Francisco Coelho e Pedro Moura.*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Congratulação também sobre o Clube Desportivo Ribeirense, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
CLUBE DESPORTIVO RIBEIRENSE - TRICAMPEÃO NACIONAL DE
VOLEIBOL FEMININO.

No passado dia 28 do passado mês de Abril, a equipa sénior feminina do Clube Desportivo Ribeirense sagrou-se, pela terceira vez consecutiva, campeã nacional na modalidade de voleibol.

Este feito foi alcançado no Pavilhão de Matosinhos, frente à equipa do Leixões, no segundo jogo dos play-off que decidiram o título de campeão nacional da época desportiva de 2012/2013.

Neste segundo jogo, em casa do adversário, a equipa do Ribeirense soube muito responsabilmente resistir e reagir a um ambiente de “alta pressão” construído pelas claques bem organizadas, mas muito pouco civilizadas, do Leixões e apresentou-se como uma equipa experiente, consistente e mais categorizada para legitimamente receber o título de campeã nacional.

O resultado de 3 a 1 neste jogo ditou de forma clara e inequívoca a supremacia da equipa açoriana face à equipa adversária, encerrando assim, com «chave de ouro» mais uma excelente época desportiva levada a cabo pelo Clube Desportivo Ribeirense.

Já no passado dia 30 de março esta mesma equipa havia conquistado, pela 4^a vez, a Taça de Portugal.

A equipa do Ribeirense repete aquilo que na gíria desportiva se chama de “dobradinha”, conquistando a Taça de Portugal e o título de campeã, feito que acontece nas últimas três épocas desportivas de forma consecutiva.

Este é um acontecimento inédito do Desporto açoriano.

Esta vitória reforça o já rico palmarés do Clube Desportivo Ribeirense na modalidade de voleibol, do qual se destacam a conquista de 4 Taças de Portugal, 3 títulos de campeão nacional e a participação em competições europeias, por três vezes na Suíça, mas também na Rússia, na Eslovénia, na República Checa, na Áustria, na Croácia e na Holanda, países onde o nome dos Açores foi divulgado por via do Clube Desportivo Ribeirense, Clube que se revelou nos últimos anos como um verdadeiro «embaixador» da nossa Região a nível nacional e internacional.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis o Grupo Parlamentar do PSD propõe que este Parlamento aprove o presente voto de congratulação ao Clube Desportivo Ribeirense pelo título de campeão nacional de voleibol feminino relativo à época desportiva 2012/2013, felicitando todas as atletas que concretizaram este feito desportivo, a equipa técnica, na pessoa do competente treinador principal Paulo Barreto e ainda os Dirigentes do Clube, na pessoa do seu distinto Presidente João Hermínio Tomé.

Mais propõe que do mesmo voto se dê conhecimento aos órgãos sociais do Clube Desportivo Ribeirense e ao seu treinador, bem como à Associação de Voleibol do Pico.

Horta, 16 de maio de 2013

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura e Cláudio Lopes.*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: De seguida, temos um Voto de Congratulação referente à conquista do título de campeão regional de voleibol em juniores masculinos pelo Clube Desportivo Escolar das Flores.

Para a sua leitura, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maciel.

Deputado Luís Maciel (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Conquista do título de campeão regional de Voleibol em Juniores

masculinos pelo Clube Desportivo Escolar das Flores

A Equipa do Clube Desportivo Escolar das Flores sagrou-se no passado dia 11 de maio campeão regional de Voleibol na categoria de Juniores masculinos.

É sem dúvida um feito relevante que muito nos honra a todos e um motivo de orgulho para todos os florentinos e para todos os açorianos.

Fundado em 19 de setembro de 1991, como clube desportivo escolar, este clube possui um enquadramento particular dentro da comunidade escolar, sendo que a sua atividade tem vindo progressivamente a extravasar este universo, tendo vindo a envolver toda a comunidade da ilha das Flores.

Este clube teve na sua génese a promoção do desporto de treino e competição nos escalões de formação, tendo dado continuidade a esta formação também com equipas seniores, tendo-se destacado a sua atuação sobretudo nas modalidades de Ténis de mesa e Voleibol, onde conquistou já importantes títulos no panorama regional. O Clube tem atualmente mais de 160 atletas nestas duas modalidades, o que mostra bem a sua capacidade de atração dos nossos jovens e de integração na comunidade local.

O Clube Desportivo Escolar tem tido um papel de grande relevância na promoção do desporto nos escalões de formação na ilha das Flores, com todos os impactos que esta atividade tem na formação pessoal e integração social dos nossos jovens, bem como na adoção de práticas de atividade física e promoção da saúde. A prática desportiva continua a ser uma das melhores formas de interação social das nossas comunidades e promoção de hábitos de vida saudáveis que muito contribuem para a nossa coesão social.

Sendo a ilha das Flores uma das ilhas menos populosas dos Açores, é de destacar o mérito, o empenho e a entrega dos responsáveis e dos atletas do

Clube Desportivo Escolar, que nos mostram que a vontade e a dedicação persistentes podem elevar a ilha das Flores ao primeiro Plano do Panorama desportivo Regional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária de maio de 2013, a aprovação deste voto de congratulação pela conquista do campeonato regional de Voleibol na categoria de Juniores masculinos, pelo Clube Desportivo Escolar das Flores.

Do presente voto de congratulação seja dado conhecimento à Direção do Clube Desportivo Escolar das Flores e demais órgãos sociais e colaboradores.

Horta, sala das sessões, 16 de maio de 2013

Os Deputados Regionais, *Luís Maciel, Berto Messias, Arlinda Nunes e Manuel Pereira.*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista, pois sem dúvida que o desporto é uma das melhores formas de integração social, uma partilha de sentimentos e emoções, mas é também uma promoção de hábitos de vida saudáveis.

Que a vitória do Clube Desportivo Escolar das Flores também seja um estímulo para todos os outros clubes das Flores e para todos os atletas, de uma forma geral.

O Clube Desportivo Escolar das Flores já, por diversas vezes, conquistou diversas vitórias, o que faz dele um exemplo a seguir.

Ao longo de mais de vinte anos, tem construído de forma bem forte jovens com bastante caráter e desenvolvido qualidades humanas ao longo desse período de existência do clube.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Congratulação sobre o Grupo Desportivo do Juncal, tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Há sensivelmente um ano, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou, aqui, nesta assembleia, um voto de congratulação pela conquista do Campeonato Nacional de Iniciados Femininos em Ténis de Mesa, pelo Grupo Desportivo do Juncal. Hoje temos a honra e o orgulho de felicitar o mesmo grupo por, no passado dia 21 de abril, ter conquistado, de uma assentada, o Campeonato Nacional de Infantis e o de Juniores Femininos em equipas, nas Caldas da Rainha.

As meninas do Juncal, como são carinhosamente conhecidas as atletas daquele clube, reiteraram a proeza, agora noutros escalões etários. E é de meninas do Juncal que se trata, pois as atletas a que nos referimos são, na sua quase totalidade, nascidas e criadas naquela localidade.

Criado a 13 de fevereiro de 2003 no Centro Social do Juncal, dado o interesse que os jovens demonstravam pela modalidade ali praticada, o Grupo Desportivo do Juncal tem vindo a contribuir para a formação desportiva e cívica dos mais jovens, proporcionando-lhes uma sã ocupação dos tempos livres e uma prática competitiva consubstanciada em resultados notáveis.

Ao longo de uma década, este grupo desportivo tem somado êxitos em todos os escalões, quer locais, quer regionais, quer ainda internacionais, valorizando o desporto açoriano de um modo geral e a modalidade em particular, fruto de um trabalho empenhado de atletas e treinadores. E, numa altura em que assistimos a uma crise de dirigismo, devemos realçar o exemplo de trabalho generoso e dedicado desenvolvido pelos dirigentes do Grupo Desportivo do Juncal José Carlos Costa, Luís Maciel e Roberto Andrade, compensado não apenas pelos resultados desportivos alcançados, mas, e sobretudo, pelo serviço público prestado na prevenção de riscos e no desenvolvimento global e harmonioso dos jovens.

Sendo o Ténis de Mesa uma modalidade individual com limitado quadro competitivo ao nível da região, estas atletas participam com frequência em competições no exterior, no entanto, tal facto não condiciona nem interfere minimamente nos seus desempenhos académicos, sendo de realçar o facto de algumas delas serem alunas do quadro de excelência das suas escolas, confirmando a teoria de Oscar Wilde de que “*A melhor maneira de tornar as crianças boas, é torná-las felizes*”.

Que o Grupo Desportivo do Juncal continue a trabalhar com o mesmo empenho e mantenha constantes os seus objetivos, contribuindo para divulgar os Açores além fronteiras e incentivando as gerações futuras para que não desistam de lutar pelos seus ideais.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pela brilhante conquista do Campeonato Nacional de Infantis e o de Juniores Femininos em Ténis de Mesa, pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, felicitando atletas, equipa técnica, dirigentes e associados, desejando-lhes que continuem a somar sucessos desportivos, a bem do desporto açoriano.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2013

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, Luís Rendeiro, António Marinho, António Ventura, António Pedroso, Luís Garcia e Bruno Belo.*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente se associa com muito gosto a este voto, saudando também os dirigentes e os atletas do Grupo Desportivo e Recreativo do Juncal que, como se sabe, tem tido um percurso, diria mesmo, brilhante na prática e no desporto de ténis de mesa.

Uma saudação também especial a quem tem despendido muito tempo da sua vida pessoal para dinamizar esta coletividade da Praia da Vitória: o José Carlos Costa, o Luís Maciel, o Roberto Andrade, e também não só no âmbito do sucesso desportivo, mas também da intervenção social que este grupo desportivo tem desenvolvido.

Ainda me recordo, não há muitos anos, quando este grupo desportivo tinha apenas uma pequena mesa de ténis de mesa junto ao seu bar e, em pouco mais de 10 anos, criou uma dinâmica absolutamente invejável e notável na prática do ténis de mesa e também na dinâmica social que tem potenciado naquela zona da Praia da Vitória. Também fica aqui um reconhecimento e uma saudação aos atletas daquele clube, às meninas do Juncal que conseguiram atingir este feito e àquelas que têm representado ao mais alto nível este clube, sendo, digamos, o seu expoente máximo a Raquel Andrade e a Patrícia Maciel, que são não só boas atletas, como também cumprem aqueles que são os princípios que devemos ter na prática desportiva, na prática cívica e social, atualmente.

Portanto, o Grupo Parlamentar associa-se como muito gosto a este voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Congratulação sobre a Sociedade Filarmónica Recreio Progresso dos Lavradores, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

125º Aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio Progresso dos Lavradores

A Sociedade Filarmónica Recreio Progresso dos Lavradores e a sua Banda Filarmónica mantem atividade de forma ininterrupta desde a sua fundação em 1888, ao longo de 125 anos, na freguesia de Santo Antão, concelho da Calheta, Ilha de São Jorge.

Esta instituição de carácter sociocultural tem desempenhado, ao longo dos tempos, um papel fundamental na formação de muitos jovens e no enriquecimento cultural da população daquela freguesia jorgense.

Esta Banda Filarmónica, que curiosamente foi fundada um ano antes da própria freguesia, continua a ser motivo de grande orgulho para a ilha de S. Jorge.

A Filarmónica Recreio dos Lavradores tem atuado em diferentes ilhas do Arquipélago, nos Estados Unidos da América e continente Português, representado, com grande prestígio, a Região Autónoma dos Açores, a ilha de S. Jorge, o Concelho da Calheta e a freguesia de Santo Antão.

Vários são os sócios e músicos desta coletividade que têm prestado um valioso contributo para o engrandecimento desta instituição, exercendo, com grande mérito, cargos dirigentes, de regentes e de ensaiadores da Banda, ao longo destes 125 anos.

Imprescindível tem sido também a formação musical que é ministrada de forma irrepreensível a tantas crianças, por hábeis e dedicados formadores, que possibilitam a continuidade desta filarmónica com músicos de excelência.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores, reconhecendo o importante papel sociocultural desenvolvido pela Sociedade Filarmónica Recreio e Progresso dos Lavradores, apresenta este voto de congratulação pelos seus 125 anos de existência, desejando a todos os seus sócios e colaboradores muito sucesso em prol da dinâmica cultural da freguesia de Sant Antão, do Concelho da Calheta e da nossa Ilha de São Jorge.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2013

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, António Pedroso, Luís Garcia e Bruno Belo.*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A dimensão e o papel das filarmónicas na ilha de São Jorge é um fator de orgulho para os jorgenses, terra de Francisco Lacerda e de muitos outros grandes músicos.

A freguesia de Santo Antão, na zona do Topo, não foge a essa regra. É uma das freguesias que possui duas filarmónicas. E, hoje, em Santo Antão, temos a Recreio e a Nova Aliança.

Mas, tal qual como nós, que vivemos numa sociedade que hoje atravessa momentos de dificuldades, as nossas filarmónicas também atravessam grandes momentos de dificuldade e, não sei se com maior incidência em São Jorge ou não, nós hoje temos as filarmónicas e as instituições sem fins lucrativos praticamente todos os meses com as autoridades à porta para lhes exigirem o cumprimento de regras fiscais, pagamento de taxas e de muitas dificuldades que não se coadunam com a dimensão dos agentes económicos que são as nossas filarmónicas. Porque mais do que agentes económicos, são agentes sociais e culturais da nossa sociedade.

Contudo, o Partido Socialista quer associar-se a este voto, não deixando de registar a importância que será termos um papel diferente e uma forma diferente

de olhar para estes agentes sob o ponto de vista fiscal e taxativo, ao nível das taxas e licenças, mas gostaria também de dizer que o Partido Socialista apresentará, a devido tempo, o Voto de Congratulação pelos 125 anos desta filarmónica, que se comemoram sempre e sempre no primeiro fim de semana de agosto e que no qual eu tenho sempre gosto em participar dessas festas. Nessa altura, o Partido Socialista voltará, então, a apresentar um voto pelo aniversário desta filarmónica.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, está bem que é mês de eleições autárquicas, mas 5 meses antes?! Podia ser um mês antes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Saudação referente ao Sport Club Marítimo, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

75 anos do Sport Clube Marítimo

Celebraram-se, no passado dia 4 de maio, as Bodas de Diamante do Sport Clube Marítimo, popularmente conhecido na sociedade Terceirense e no panorama desportivo regional como o Marítimo do Corpo Santo, de Angra do Heroísmo.

Fundado a 4 de maio de 1938, em plena II Guerra Mundial, o Marítimo surgiu e emergiu num bairro de pescadores da cidade de Angra do Heroísmo, o Bairro do Corpo Santo, que era, pelas suas gentes e pequenas casas, um lugar típico da urbe.

Naquela altura era no Marítimo que a população do Bairro do Corpo Santo se encontrava para conviver e reanimar as suas apetências culturais, em noites de verbena e fados entoados por artistas locais. A sua fama foi-se perpetuando e

tempos houve em que artistas de além fronteiras chegaram a entoar as suas vozes na esplanada mais concorrida das redondezas de Angra, nos finais da década de 50 do século passado.

Paralelamente a esta animação sociocultural, o Marítimo do Corpo Santo sobressaía na conquista de títulos desportivos em modalidades extra futebol. Constam do seu currículo e palmarés títulos de campeão em modalidades como o ciclismo, o andebol, o basquetebol e o ténis-de-mesa.

Ao longo da sua existência o Sport Clube marítimo foi considerado um “viveiro” de jogadores, pois o excelente trabalho desenvolvido ao nível da formação permitia que, por exemplo, o Sport Clube Lusitânia, então nos seus tempos de glória, se abastecesse de bons atletas.

Hoje, por força das vicissitudes da evolução, o Marítimo está circunscrito à modalidade de Futsal.

Mas “os azuis” do Corpo Santo foram um dos baluartes do desporto Terceirense.

A formação da Cruz de Cristo assumiu-se sempre como um clube diferente, que reuniu, inclusive, a simpatia dos adversários, porque se destacou para além do mérito desportivo.

Atualmente, a coletividade sobrevive pela “carolice” de alguns sócios que não concebem ver o Marítimo de porta fechada, mas sobrevive com muitas dificuldades e necessidades, sendo, por ventura, a mais urgente, a necessidade de apoios para a realização de obras de beneficiação da sua sede social.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Saudação pela passagem dos 75 anos do Sport Clube Marítimo, popularmente conhecido como Marítimo do Corpo Santo.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Direção e demais órgãos sociais da coletividade, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Junta e Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

O Deputado Regional, *Artur Lima.*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com a mesma alegria e entusiasmo com que ontem nos associámos a um voto de idêntico teor proveniente da bancada do Partido Socialista que hoje fazemos o mesmo em relação a este Voto de Saudação pelos 75 anos do Clube Sport Marítimo, apresentado pelo CDS-PP.

E, portanto, sem mais grandes comentários, queria também aproveitar de novo este tempo para dar os parabéns ao Sport Club Marítimo e desejar, pelo menos, mais 75 anos de história.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos Votos de Protesto.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

A Empresa de Electricidade dos Açores - EDA – é um monopólio natural, cujo acionista maioritário é a Região Autónoma dos Açores.

Como produtora de eletricidade, esta empresa tem um papel fundamental na nossa vida coletiva, a todos os níveis, do familiar até ao desenvolvimento económico da Região, constituindo um instrumento essencial na definição de políticas de fomento.

Tem ainda um papel decisivo na coesão territorial, que assenta no facto de ser um monopólio natural e, por isso, pode ter economias de escala que permitem o favorecimento dessa mesma coesão.

É, pois, um sector de vital importância, cujo interesse público é por demais evidente, numa Região com as características da nossa, insular e arquipelágica, na qual os eventuais ganhos de concorrência não existem.

É um sector estratégico, sem qualquer sombra de dúvida.

Ora, as notícias, recentemente vindas a público, dão nota das intenções do Governo Regional de privatizar a maioria do capital que detém na empresa EDA.

Nas próprias palavras de um dirigente sindical do sector, o Presidente do Governo Regional assumiu a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores, no caso da referida privatização total.

Estamos perante um processo de privatização de uma empresa estratégica da nossa Região, nas costas dos/as Açorianos/as e, em particular, às escondidas da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

E estamos, também, perante garantias do Governo Regional aos trabalhadores da EDA, as quais, na eventualidade dessa privatização, não pode garantir.

Por tudo isto, nos termos estatutários e regimentais, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste voto de protesto contra a privatização da EDA.

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos Sindicatos do sector, à Comissão de Trabalhadores, ao Conselho de Administração da EDA e ao Governo Regional dos Açores.

Disse.

Horta, 16 de maio de 2013

A Deputada Regional, Zúrida Soares.

Deputado Berto Messias (PS): É o chamado voto zandinga!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Está inscrito o Sr. Deputado Duarte Freitas. Tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata dos Açores vai associar-se a este voto apresentado pelo Bloco de Esquerda, aliás, no seguimento de afirmações públicas que já proferi, porque entendemos, desde logo, que os setores estratégicos da Região Autónoma dos Açores não devem passar para a esfera privada.

Vivemos numa região com fragilidades grandes, com especificidades muito pronunciadas e entendemos que setores estratégicos, como é o caso da energia, como é o caso dos transportes aéreos, não devem nem podem ser privatizados e devem, portanto, estar na esfera pública.

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Gostaria ainda de sublinhar o seguinte.

No programa eleitoral do Partido Socialista dizia-se “reestruturar o setor empresarial libertando unidades fora da esfera de produção de bens públicos”.

Ora, o que sei, a energia é considerada um bem público.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: No Programa de Governo do Partido Socialista, aqui apresentado, dizia-se, de novo, “reestruturar o setor empresarial libertando unidades fora da esfera de produção de bens públicos”.

O Sr. Presidente do Governo aqui, na discussão do Programa de Governo, dizia o seguinte: “deixar de fora [no processo de privatização] as maiores empresas açorianas, como a transportadora aérea SATA ou a elétrica EDA”. Palavras do Sr. Presidente do Governo.

Agora, como vimos, o primeiro momento em que se dá uma inversão deste, que vem dinamitar o conceito do “compromisso assumido, compromisso cumprido” de uma forma estrondosa, dinamitando essa verbalização, no artigo 12º do Orçamento para 2012 dizia-se que: “ Fica o Governo Regional autorizado a alienar as participações sociais que a Região Autónoma detém em entidades participadas, à exceção das de setores considerados estratégicos para a Região Autónoma dos Açores e de primeira necessidade para as populações”. Entende-se, naturalmente, aqui também a energia.

Pela primeira vez, depois de todo este processo de afirmações políticas, no Orçamento para 2013, que aprovámos em março passado, neste mesmo artigo 12º caiu a segunda parte, isto é, aquela que dizia “à exceção das de setores considerados estratégicos para a Região Autónoma dos Açores”, caiu pela primeira vez. E aí, com essa queda, começou a cair a máscara das intenções do Governo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Toda a oposição votou contra esta alteração.

E, portanto, eu percebo bem a preocupação de muita gente e também, neste caso, aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda, porque toda esta movimentação a partir do Orçamento para 2013 vem no sentido contrário àquilo que tinha sido o compromisso assumido pelo Governo Regional, com o qual nós concordamos. Nós concordamos com este compromisso do PS de antes das eleições, o que não concordamos é com este caminho que o Partido Socialista no Governo começa a trilhar depois das eleições. E este é um exemplo flagrante que devia fazer com que o Governo Regional dos Açores nunca mais pudesse dizer “compromisso assumido é compromisso cumprido”.

Deputados João Bruto da Costa e António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Nunca mais esta afirmação pode ser feita!

Numa matéria destas, desta importância, o Governo Regional, a seguir às eleições, vem fazer algo completamente diferente daquilo que tinha prometido ou, pelo menos, abre a porta, porque isto em política temos que ler aquilo que são as afirmações e as propostas.

Ao fazer-se isto no artigo 12º do Orçamento, esta alteração de 2012 para 2013,

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... é claro que se percebe por que é que se está a abrir a porta. Se não fosse a intenção do Governo de estudar e avançar, eventualmente, com a privatização de setores estratégicos, não tinha retirado a segunda parte do artigo 12º na discussão e na apresentação do Orçamento para 2013.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, fica aqui afirmada a posição intransigente do Partido Social Democrata dos Açores: não contem com o Partido Social Democrata dos Açores para privatizar a EDA, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, fica também claro que nunca mais o Governo dos Açores ou o Partido Socialista podem afirmar que “compromisso assumido é compromisso cumprido”, porque, neste caso, e numa questão desta dimensão política, é claramente o inverso que se passa. Um compromisso assumido, reassumido é depois começado a deixar cair no Orçamento para 2013 e agora por aí fora.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Espero bem que, depois da tomada de posições públicas de um conjunto de entidades da sociedade açoriana, o Governo Regional possa voltar atrás nesta porta que abriu para a privatização da EDA.

E se as finanças regionais estão tão bem como o Sr. Vice-presidente e o Governo todos os dias afirmam, porquê privatizar a EDA?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É um mistério!

O Orador: Porquê? Será que o Governo precisa de mais dinheiro? Mas então diz que não precisa de nada, que está tudo bem!

Ainda ontem ou anteontem ouvimos o Vice-presidente do Governo dizer que vai pagar todas as dívidas aos fornecedores da saúde dentro de um mês e meio.

Muito bem! Então, vamos ver se está tudo bem.

Para quê privatizar? Que necessidade é que o Governo dos Açores tem de dar o “dito pelo não dito”, se está tudo bem em termos das finanças regionais? Ou então o Sr. Presidente do Governo afirma que o caminho é por ali e o Sr. Vice-presidente do Governo vê-se na necessidade de caminhar por outro caminho por ali.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é bom que o Governo Regional e o Presidente do Governo e o Vice-presidente, que, pelos vistos, parece que manda em todo o Governo, se entendam.

Daqui nós não saímos! Somos contra a privatização da EDA...

Deputado Francisco César (PS): Isso é verdade! Daí não saem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e contra o início daquilo que o Partido Socialista começou a fazer, de dar o “dito pelo não dito” para tentar estudar a privatização da EDA.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Isso é verdade: daí os senhores não saem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão da privatização da EDA, a posição do PCP é conhecida. Somos contra! Não há nenhuma vantagem em privatizar a EDA e, por outro lado, consideramos que a EDA, o setor da energia, é de facto, um setor estratégico e não deve passar para o domínio público.

Quero aproveitar para lembrar aqui o seguinte.

O artigo do Orçamento que o Deputado Duarte Freitas acabou de citar tem sido alvo de propostas de eliminação por parte da Representação Parlamentar do PCP, porque o PCP considera que todas as alienações devem ser discutidas nesta Assembleia, uma vez que, como é sabido, o Governo depende desta Assembleia.

E, portanto, tratando-se da alienação de empresas públicas ou de participações em empresas públicas, deve ser esta Assembleia a decidir e não o Governo sozinho.

Mas, Sr. Deputado Duarte Freitas, queria também saudar a posição clara do PSD relativamente a esta matéria. Penso que ficou clara a posição do PSD e não posso deixar de a registar positivamente.

Não vou adiantar-me relativamente a outras questões e isto porquê? Porque considero que a figura regimental que foi utilizada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha outro!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... para levantar o problema, um problema desta dimensão, teria de envolver diretamente o Governo Regional e eu teria todo o gosto em fazer perguntas ao Presidente do Governo Regional, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então faça!

O Orador: ... até pelo seguinte, até porque nas últimas Sessões Plenárias da última legislatura, o Sr. Presidente do Governo Regional, entretanto deputado do Partido Socialista, a um desafio do PCP, deu uma determinada resposta, que eu continuo a confiar nela.

Hoje não me vou adiantar mais nada sobre isto, porque eu quero fazer-lhe essas perguntas, mas não é agora, Sr. Presidente. Haverá outras alturas, com certeza, mas não o faço, porque sei que V. Excia. não tem oportunidade de responder.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas agora alguém diz como é que se usam as figuras?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não disse como é que se usam!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Parece que, efetivamente, está na moda os outros acharem quais as figuras regimentais que os outros devem usar!

Mas o que eu quero significar aqui é que este processo de privatização da EDA, o Governo quer fazê-lo. O Governo quer privatizar a EDA, já o disse aqui no Plenário passado. O Sr. Presidente do Governo diz que não, mas reafirmo, o Governo Regional dos Açores quer privatizar a EDA e já iniciou o seu processo de privatização.

Isto tem de ficar bem claro!

E se num território contínuo, continental, faria algum sentido a privatização de alguns sistemas produtores de energia, temos que ter em causa a realidade

arquipelágica e dos microssistemas produtores de energia que temos em diversas ilhas, ...

Deputado Francisco César (PS): É um especialista!

O Orador: ... mas parece que o Governo já se esqueceu que os Açores são um arquipélago, não só na energia, como em outras áreas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e é cada vez mais um Governo centralista e centralizador, que não tem em conta isto.

E, portanto, é um erro estratégico a privatização da EDA, porque não será nunca competitivo e vai onerar substancialmente os custos de energia, sobretudo nas ilhas mais pequenas e mais desprotegidas.

Isso é bem claro no artigo 12º do Orçamento, mas é também bem claro, Srs. Deputados do Partido Socialista, neste documento da Inspeção Geral de Finanças, *Diagnóstico da situação financeira da Região Autónoma dos Açores*.

Passo a citar: “A Região Autónoma dos Açores considera esta participação na EDA como não estratégica, tendo dado, em 2011, instruções ao Conselho de Administração da EDA para iniciar o processo com vista à alienação da maior parte destas participações do Grupo. De acordo com as informações que nos foram transmitidas, encontra-se em fase final o processo de avaliação de participação de 50,1% da EDA. A eventual alienação daquela participação, em 2012 ou 2013, implicará um encaixe financeiro interessante [disse o Sr. Vice-presidente e o Governo Regional dos Açores], permitindo à Região Autónoma dos Açores alguma margem de manobra financeira que poderá direccionar, pelo menos em parte, para recapitalizar algumas empresas do SPER”. Imagine-se!

E, portanto, isto é a pura realidade que o Partido Socialista não pode desmentir, que já vem do velho governo, que é reafirmado pelo novo governo e que está até calendarizada.

E, portanto, o que os senhores pretendem é ir buscar dinheiro para recapitalizar um SPER falido, que os senhores são incapazes de reestruturar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Protesto ou interpelação?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para um protesto. Para fazer um protesto.

Presidente: Um protesto em relação?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em relação à fase inicial da intervenção do Deputado Artur Lima.

Presidente: Oh, Sr. Deputado, não me parece que o Sr. Deputado Artur Lima...

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas parece-me a mim, Sra. Presidente!

Oh, Sra. Presidente, a questão é a seguinte.

O Deputado Artur Lima referiu-se à minha intervenção. Como se sabe, nesta figura regimental só se pode falar uma vez e eu tenho todo o direito a protestar relativamente à parte inicial em que o Deputado Artur Lima se referiu à minha intervenção.

Presidente: Sr. Deputado, não me pareceu, efetivamente, que houvesse aqui lugar...

Eu vou-lhe dar a palavra para, de uma forma muito rápida, fazer...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim, Sra. Presidente.

Presidente: Parece-me que isto é mais um esclarecimento do que propriamente um protesto, mas tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não, é um protesto, efetivamente.

Presidente: É um protesto?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Oh, Sr. Deputado, não faz sentido!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** É um protesto e eu protesto contra a forma como o Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não me dirigi a ninguém!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Pelo amor de Deus!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem devia protestar era a Sra. Deputada Zuraida Soares em relação à sua intervenção!

O Orador: ... se referiu à minha intervenção, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não me referi à sua intervenção!

O Orador: ... porque eu não pus em causa a utilização, a legitimidade de cada uma das bancadas parlamentares utilizarem as figuras regimentais da forma que muito bem entenderem.

O PCP não utiliza esta figura regimental da maneira como gostaria de fazer, questionando o Governo sobre uma eventual privatização da EDA, porque o Presidente do Governo Regional, o Governo Regional, não podem responder. E eu isso não faço! É uma questão de ética, é uma questão de princípio pessoal.

Deputada Zuraída Soares (BE): Agora quem usa da palavra sou eu, para defesa da honra!

O Orador: E, já agora, relativamente ao artigo 12º, ...

Presidente: Sr. Deputado! Sr. Deputado!

O Orador: ... digam-me lá V. Excias, ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... votaram favoravelmente a proposta do PP?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires!

O Orador: Não votaram!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, ...

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: ... excedeu-se ligeiramente nesta questão do protesto.

Sra. Deputada Zuraída Soares, eu terei de dar a palavra primeiro ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, para uma interpelação e é para a defesa da honra.

Isto vai em dominó!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada, eu primeiro tenho que dar a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, se quiser fazer um contra protesto...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, muito bem!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é só para dizer que, efetivamente, eu não me referi à intervenção...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Referiu-se sim, senhor!

O Orador: ... do Sr. Deputado Aníbal Pires, eu referi-me na generalidade, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Referiu sim, senhor! Até se referiu nos apartes!

O Orador: ... como já várias vezes aqui aconteceu de acharmos uns dos outros e, portanto, o que eu tenho a dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires é que nem sequer lhe quero alimentar este voto de protesto. Presunção e água benta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então não diga nada!

O Orador: ... cada um toma a que quer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares, qual foi a expressão ofensiva da sua honra para que...

Deputada Zuraída Soares (BE): O juízo de valor sobre a ética da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade! Eu estava a referir-me a mim!

Deputada Zuraída Soares (BE): ... e sobre a ética e a legitimidade do uso...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires!

Deputada Zuraída Soares (BE): ... desta figura regimental do voto de protesto e eu gostaria de me poder pronunciar sobre isso.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falando de ética, eu gostaria de dizer o seguinte.

O Governo Regional tem toda a legitimidade de decidir o que muito bem entender da forma que muito bem entender, informando ou não esta Assembleia e assumindo a responsabilidade dessa decisão. Qualquer partido, nesta Casa, ...

Presidente: A Sra. Deputada está a fazer defesa da honra?

A Oradora: Estou, estou! Tal e qual!

Presidente: Mas em relação ao que o Sr. Deputado Aníbal Pires disse.

A Oradora: Sra. Presidente, dê-me dois segundos para acabar o raciocínio.

Qualquer representação parlamentar e qualquer partido dentro desta Casa tem a legitimidade de usar a figura regimental que muito bem entender e não tem a obrigação de fazer perguntas ao Governo. Tem a legitimidade de acusar o Governo, constatar afirmações feitas pelo Governo e protestar contra isso; o Governo Regional utilizará as figuras regimentais que tem ao seu dispor para se defender oportunamente ou não das acusações que lhe são feitas, se para isso não tiver preguiça.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isto é que é um comentário franco e justo!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Parece-me que há aqui um equívoco e que a Deputada Zuraida Soares ou dormiu mal ou então está com algumas dificuldades de compreensão logo pela manhã.

E a questão é a seguinte.

Quando me referi, quando fiz o juízo, foi sobre o cidadão Aníbal Pires e a Representação Parlamentar do PCP.

Cada uma das bancadas parlamentares utiliza as figuras regimentais como muito bem entende.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja a satisfação do Governo!

O Orador: A Representação Parlamentar do PCP e o cidadão Aníbal Pires não utilizam e nem se escondem cobardemente através de figuras regimentais...

Deputado Berto Messias (PS): Mas o que é isso?

O Orador: ... em que...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... há um dos interlocutores, o que é visado, que não pode responder. Isso eu nunca farei.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação. Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Está concedido.

Regressamos às dez para o meio-dia.

Eram 11 horas e 19 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 57 minutos.

(Pausa)

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Protesto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Peço desculpa! Não se votou.

Sra. Deputada!

Peço desculpa. Estava a adiantar-me aos trabalhos. *(Risos)*

Muito bem!

Então, continuam abertas as inscrições.

Já tinha usado da palavra o PSD, o PCP e o CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos lá: IGF!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A verdade é que o Partido Socialista considera que apesar de ser legítimo ao Bloco de Esquerda a utilização deste ponto, a verdade é que este ponto não permite os esclarecimentos da parte do Governo sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É só dizer se é a favor ou é contra!

O Orador: Aliás, é lamentável que da parte do PSD a postura seja, com base em notícia nenhuma, com base em nenhuma alteração de circunstâncias,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Orçamento regional, Programa do Governo!

O Orador: ... vir aqui fazer um conjunto de considerações sem ter e sem querer ouvir, da parte do Governo, qualquer tipo de esclarecimentos.

Deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado Duarte Freitas, que esta postura não é, a meu ver, a mais aconselhável. Aliás, a única coisa que esta postura revela é que o senhor, na sua afirmação, só disse uma coisa que estava certa. O senhor, com essa postura, daí não vai sair.

O Governo dos Açores mantém a posição que sempre teve. Basta ouvir as palavras do Presidente do Governo quando disse que “a posição que transmitiu no passado foi que, com os dados que tinha conhecimento na altura, não se...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a citar o Sr. Deputado!

O Orador: ... afigurava necessária a privatização nem da EDA nem da SATA. Posteriormente a isso, [e continuo a citar] assumi um compromisso na Assembleia Legislativa Regional que se e quando essa perspectiva do Governo se alterasse seria no Parlamento local onde o Governo a explicitaria”.

O Governo também disse que os estudos que estão a ser realizados e o trabalho que o Governo está a fazer na EDA não são apenas realizados na EDA, são realizados em outras empresas públicas de avaliação, mas que se prendem não com a perspectiva de privatização, mas com a gestão de património da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, este Voto de Protesto não faz sentido, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque não há nenhuma alteração de circunstâncias, não há nenhum dado novo nessa discussão. E como não há nenhum dado novo nesta

discussão, não há nenhuma novidade. Nós não podemos concordar com um voto de protesto que protesta contra algo que não está em cima da mesa.

Portanto, o Partido Socialista, pelo facto de não existir nenhuma alteração, não poderá, com certeza, votar a favor deste Voto de Protesto.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Que novidade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Podia só ter dito se era a favor ou contra! Curioso o PS não ter nada a dizer sobre a privatização da EDA!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu começo por referenciar aquela que é a questão regimental.

De uma vez por todas, temos que, em relação a esta questão, assentar o seguinte.

Isto é um sistema parlamentar e num sistema parlamentar existem os votos de diferente natureza.

Deputado Francisco César (PS): O Governo não pode responder!

Deputado Berto Messias (PS): Mas o Governo não pode responder!

O Orador: E, portanto, os Grupos Parlamentares não podem, ...

Deputado Francisco César (PS): Não o querem ouvir!

O Orador: ... de forma nenhuma, autolimitar-se no seu direito a apresentar um voto de protesto contra uma determinada atuação do Governo Regional, da mesma forma...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor pode apresentar o que quiser e nós temos o direito de criticar!

O Orador: ... que os parlamentares não pedem para ir para o Conselho do Governo deliberar sobre estas matérias e também terem voz.

Portanto, são órgãos diferentes, aqui nós estamos a funcionar a nível do Parlamento, dos eleitos do Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): Não devíamos estar aqui, na sua opinião!

O Orador: Nós exercemos a função de fiscalização e de tomada de posição política.

Deputado Francisco César (PS): Aliás, na sua opinião o Governo nem devia estar aqui!

O Orador: Evidentemente, o Governo, para se defender, tem outras figuras regimentais que este Parlamento lhe reconhece. Isto é assim em todos os parlamentos do mundo. É assim em todos os parlamentos do mundo! Não há nada de extraordinário!

Eu volto a repetir aquilo que disse da última vez também em relação...

Deputado Berto Messias (PS): Não é não, senhor. Nos outros parlamentos o senhor não teria o tempo que tem!

O Orador: Nós sabemos que a autoria do atual Regimento é precisamente do atual Presidente do Governo Regional.

O Presidente do Governo Regional não pode queixar-se de um Regimento que foi redigido essencialmente por ele.

Portanto, esta questão é uma questão absolutamente artificial. As regras são estas. O que não pode acontecer é que a oposição não critique o Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Ninguém está a criticar o Regimento!

O Orador: Bom! Isso pode ser assim na Síria ou na Coreia do Norte, mas aqui a oposição tem o direito de apresentar um voto de protesto sobre determinada conduta ou posicionamento do Governo Regional.

Era só o que faltava que isso não pudesse ser feito! Era só o que faltava!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero referenciar, em relação a esta questão, para terminar a minha intervenção, três aspetos muito sinteticamente.

Primeiro. Este é ou não é um setor estratégico? É. É um setor estratégico essencial para a região.

Nós somos muito vulneráveis na área energética. Era só o que faltava que nós ficássemos na mão de grupos privados nesta matéria!

Quer dizer, eu é que sou da direita? E os senhores são do quê? O que é que representam aqui? Qual é o vosso posicionamento do ponto de vista ideológico?

Porque os senhores aqui o que deviam dizer, os senhores do Partido Socialista, não é conforme as circunstâncias, não, é dizer : “Do nosso programa, nós não estamos legitimados para privatizar a EDA”. Não estão legitimados, do ponto de vista democrático, porque não está no Programa do Governo, não está no Programa do Partido Socialista. Os senhores, o que têm aqui que dizer, o que tinham que dizer, não é conforme as circunstâncias, é: “nós não privatizamos a EDA, nós temos um compromisso de não privatizar a EDA”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: É isso que os açorianos esperavam que os senhores dissessem.

Depois, esta é uma empresa que significa uma despesa acrescida para o Orçamento da região? Não! É uma empresa que dá lucro! Esta é uma empresa que dá lucro! Então, por que é que vamos privatizar uma empresa que é estratégica numa área em que nós somos vulneráveis e uma empresa que dá lucro?

Só há duas explicações possíveis!

Ou os senhores estão convertidos ao neoliberalismo selvagem ou os senhores não têm interesse naquelas que são as questões fundamentais, as questões estratégicas para a Região Autónoma dos Açores neste setor. Ou então existe algum tipo de conivência com alguns grupos privados.

Quero, para terminar, dizer o seguinte.

Da parte do Partido Popular Monárquico, nós deixamos aqui uma garantia aos açorianos, uma garantia que contrasta com a posição que o Partido Socialista assumiu. A posição do Partido Socialista é: “Não damos garantias nenhuma. Vamos fazer, não sabemos bem como, até ao final da legislatura”.

O compromisso do PPM é que votaremos sempre contra e vamos opor-nos firmemente à privatização da EDA na Região Autónoma dos Açores.

A nossa posição é esta e daqui também, vos digo, não saímos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dois breves comentários.

O Bloco de Esquerda não pediu nenhum esclarecimento ao Governo Regional, o Bloco de Esquerda protestou contra uma decisão do Governo Regional.

Que fique bem claro, relativamente à discussão sobre figuras regimentais.

E depois, quanto a dados novos, eu convido todos os açorianos e açorianas a irem à net, a ouvirem o noticiário da Antena 1 do dia 11 de maio, 18 horas, para perceberem bem, juntando a isso as notícias da Lusa e de vários órgãos de comunicação social, mas o noticiário da Antena 1, dia 11 de maio, 18 horas. Açorianos e açorianas, oiçam com atenção para perceberem a manobra de diversão que o Partido Socialista fez na apreciação deste Voto de Protesto.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Manobras de diversão?

Deputados Duarte Freitas (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não há mais inscrições e agora, sim, vamos votar este Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto foi rejeitado com 29 votos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Orgulhosamente sós!

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Secretária está a fazer a leitura da votação.

Agradeço algum silêncio.

Secretária: O Voto de Protesto foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora, sim, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para a leitura do último voto que a Mesa dispõe, um Voto de Protesto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

As entregas de prémios, as conquistas coletivas e individuais e as ‘palmadinhas nas costas’ dadas a muitos dirigentes desportivos – para, quem sabe, esquecerem as contrariedades com que se confrontam diariamente – não conseguem esconder um sistema cada vez mais marcado por lacunas e incoerências.

Se a Região tudo faz para que, publicamente, a sua política desportiva demonstre dar grande importância ao investimento na formação (utilizando exemplos como o projeto das 'escolinhas', nas suas mais diversas modalidades desportivas) por outro lado, e de forma silenciosa, nos últimos 3 anos, só na Associação de Futebol de Ponta Delgada, o financiamento aos escalões de formação sofreu um corte cumulativo de 50%, sendo que este ano esse corte atingiu os 27%.

O desinvestimento na formação desportiva atinge, em primeira linha, as crianças e jovens e é mais sentido nas ilhas mais pequenas, onde o sentimento de pertença comunitário é mais forte e facilitador do envolvimento na atividade desportiva.

Os cortes no financiamento também comprometem recursos humanos técnicos, essenciais para a formação desportiva de crianças e jovens, limitando a componente competitiva (que também é essencial para a formação) e levando ao cancelamento de iniciativas competitivas, com consequências, apesar de indiretas, na economia das ilhas mais pequenas.

São crianças e jovens que se dedicam à prática desportiva. Porque foram motivados e a motivação cria expectativas e quando goradas, por fatores extracompetitivos, o desinteresse instala-se. O incentivo à prática desportiva não pode, nem deve, estar limitado à formação de atletas de alta competição e nisso, todos concordarão, pois trata-se de um investimento e não um custo, com efeitos na educação e na saúde dos cidadãos.

O Governo Regional não pode, nem deve, alicerçar a sua política desportiva no desinvestimento e na sua desresponsabilização, ao atribuir aos clubes e coletividades a responsabilidade pelos efeitos da falta de recursos, quando,

simultaneamente, exige total reconhecimento pelo mérito da sua política desportiva.

Bem sabemos que, tradicionalmente, parece que uns desportos são mais estratégicos do que outros, pois, ainda há relativamente pouco tempo, tudo se conjugava para tornar a roleta e o blackjack nos desportos de eleição da Região e, para esse campeonato, todo o investimento foi convocado.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Agora, a tradição concretiza-se nos torneios de brigue e nos torneios de golf da Banca para, quem sabe, mais cedo do que tarde, a formação desportiva do(a)s açoriano(a)s se limitar, novamente, aos jogos com bolas de trapo ou bexiga de porco.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Tempos que, estamos certos, ninguém quererá ou admitirá voltar.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste voto de protesto contra...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, senhora, em grande forma!

A Oradora: ... o desinvestimento no apoio financeiro aos clubes, coletividades, federações e associações desportivas.

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos clubes, coletividades, federações, associações desportivas, assim como às associações de juventude.

Disse.

Horta, 16 de maio de 2013

A Deputada Regional, Zuraida Soares.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos então passar...

Sr. Deputado Carlos Mendonça, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma tarefa ingrata!

(*) Deputado Carlos Mendonça (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este Voto de Protesto, gostava de colocar aqui em discussão (em discussão não é permitido), mas alertar sobre alguns factos.

Nas três associações de futebol dos Açores, de 2010 a 2012, houve uma redução global de 7,8% nos Contrato-Programa com a Direção Regional do Desporto, ou seja, em 2010, estamos a falar em 742 mil 781 euros e 80 cêntimos, em 2012, em 684 mil 967 euros.

No âmbito daquilo que está mencionado aqui no âmbito da Associação de Futebol de Ponta Delgada, o valor global do Contrato-Programa com a Associação de Futebol de Ponta Delgada, em 2012, estamos a falar em 227 mil 823 euros e 55 cêntimos, 2011, 242 mil 984 euros e 50 cêntimos, 2010, 285 mil 181 euros e 27 cêntimos, 2013, ainda não é possível determinar, porque a época ainda não terminou. Ou seja, a diferença, entre 2011 e 2012, ...

Deputado Costa Pereira (PSD): E entre 2009?

O Orador: ... é de 6,3%. Entre 2010 e 2012, é de 20,2%.

No Plano e Orçamento para 2013, aprovado aqui nesta Casa, que demonstrou que este Governo mantém o mesmo grau de importância para a área do desporto, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade! No plano foram 27. Foi o dobro!

O Orador: ... ou seja, a sua percentagem no total do Plano é muito idêntica à do ano de 2012.

Sr. Deputado, em 2012, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... a percentagem no total do Plano foi de 2,47%, em 2013, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O plano decresceu 15% e o desporto 27%! O dobro!

O Orador: ... 2,57%, ou seja, continua a haver uma aposta direcionada ao reforço, por exemplo, das instalações desportivas, disponibilizando espaços com as devidas condições em locais mais carenciados e descentralizados, como é o caso do Polidesportivo do Corvo, a construção de pavilhões nos concelhos do Nordeste e Angra do Heroísmo e Santa Maria.

Os Açores apresentam mais de 23 mil atletas federados, uma taxa de participação absoluta de aproximadamente 9,6%, bem mais elevada do que aquilo que é no continente e na Madeira.

No âmbito dos escalões de formação aqui discutidos, mais de 17 mil e 400 atletas federados, ou seja, entre os 8 e os 18 anos de idade, temos uma participação de mais de 41,7% em modalidades federadas nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Correm atrás do dinheiro!

O Orador: No âmbito do projeto “Escolinhas do Desporto”, de 2011 a 2012, existiam 378 núcleos com financiamento de 211 mil e 900 euros, em 2012/2013, existem 388 núcleos com financiamento (menor, é certo) de 192 mil e 300 euros, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): São só números!

O Orador: ... envolvendo 4 mil e 400 crianças, ...

(Mas são números que interessam para percebermos o voto).

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a realidade? Quantas crianças açorianas estão nas competições nacionais?

O Orador: ... o que demonstra claramente que este Governo continua a apostar na formação desportiva e não no alto rendimento, como a Sra. Deputada mencionou no seu voto.

No âmbito da atividade de treino e competição dos escalões de formação, 2011/2012, 810 equipas, 2012/2013, 848 equipas.

Apresenta também uma diferença no financiamento. Em 2011/2012, 1 milhão 586 mil 942 euros e 32 cêntimos, em 2012/2013, está previsto (a época ainda não terminou), 1 milhão 561 mil 46 euros e 41 cêntimos, ou seja, ...

(Aparte inaudível do Deputado Lúcio Rodrigues)

Deputado Luís Garcia (PSD): Boa gestão!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E o dinheiro vem de onde?

Deputado Luís Garcia (PSD): Das nossas poupanças!

O Orador: ... nós não podemos aceitar este protesto, uma vez que mesmo com os cortes necessários, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E a Associação da Horta?

Deputado Luís Garcia (PSD): Boa gestão!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E o dinheiro vem de onde?

O Orador: ... atendendo aos tempos em que vivemos, podemos perceber que os dados demonstram claramente que, com menos, este Governo, os atletas, os dirigentes desportivos açorianos e todos os colaboradores diretos e indiretos relacionados conseguem perfeitamente fazer o mesmo com a mesma convicção e a mesma qualidade e com o objetivo único e principal: prestigiar o desporto açoriano ao mais alto nível, no âmbito do desporto para todos, desporto de formação, desporto federado e desporto açoriano de alto rendimento.

Somos um verdadeiro exemplo no país de como se pode fazer mais e com qualidade com menos recursos. E aqui importa, certamente, congratular, sim, todos os envolvidos no desporto açoriano.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a formação e os escalões de formação, hoje em dia, têm que ser essenciais para a sobrevivência dos clubes.

É fundamental a prática desportiva, e a prática desportiva deve começar, nomeadamente, pelos mais jovens.

Deve haver um investimento claro na nossa juventude e deve haver um investimento claro nos escalões de formação e nas camadas jovens.

Investir nas camadas jovens é investir no futuro, Srs. Deputados, e aquilo que o Governo Regional fez, nomeadamente em relação aos cortes para a formação desportiva, é uma clara machadada no futuro...

Deputados Luís Garcia e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... dos nossos jovens atletas açorianos.

O que o Governo fez foi mudar as regras a meio do jogo e, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mudar as regras a meio do jogo! Isso é condenável!

O Orador: ... Srs. Deputados, não se mudam as regras a meio do jogo, muda-se, claramente, no início da época ou antes de começar a época. A meio do jogo, nunca se pode mudar as regras! Os clubes estão a contar com um determinado valor para acabar ou terminar uma época e veem-se defraudados a meio da época...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não é verdade!

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em relação aos apoios para as camadas mais jovens.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso era no tempo que os jogos tinham 90 minutos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem o Capela!

O Orador: Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os clubes estão a contar com as escolas de formação, os clubes querem...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... apostar nos nossos jovens e o Governo Regional e o Partido Socialista não podem privar os clubes de apostarem nas camadas mais jovens. Têm é de incentivar os nossos jovens à prática de desporto, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... têm de incentivar os clubes à formação nas escolas de formação. E, Srs. Deputados, continua ainda essa indefinição em relação a este assunto. Os clubes não sabem o que é que têm de fazer. Continua essa indefinição por falta de diretrizes do Governo Regional em relação a este assunto.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não confunda as coisas!

O Orador: São muitos os jovens, por todas as ilhas, que estão inscritos nas escolas de formação, e muitos deles sem grandes possibilidades financeiras, mas que veem nos clubes e nas escolas de formação um verdadeiro futuro.

Os clubes, nomeadamente nas camadas mais jovens, têm por hábito acarinhar os seus jovens, dar-lhes condições para a prática do desporto e o Governo Regional não os pode privar disso.

Deputado Carlos Mendonça (PS): 22% dos nossos jovens são praticantes!

O Orador: E, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, o escalão principal, nomeadamente no futebol e em outras áreas, nomeadamente em equipas que estão a competir a nível nacional, têm poucos açorianos e nós não queremos que os clubes que estão a competir em competições nacionais tenham poucos açorianos, nós queremos é que eles tenham açorianos, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e é por isso que é preciso apostar na formação e nas camadas jovens, para que esses clubes possam vingar os atletas açorianos.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Devo dizer que o Governo Regional e o Partido Socialista não podem sustentar constantemente atletas estrangeiros nas nossas equipas, têm que sustentar atletas regionais, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora aí está!

O Orador: ... têm que sustentar e valorizar os nossos jovens...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e é na aposta na formação que devemos colmatar essas necessidades, é na aposta na formação que podemos atingir esse objetivo, de valorizar os atletas jovens e as camadas jovens, e só assim, com a aposta na formação, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é colocar o dedo na ferida!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O Sr. Deputado Luís Garcia sabe como é na Associação de Futebol da Horta!

O Orador: ... daqui a alguns anos, podemos ter bons atletas açorianos nos escalões profissionais, nomeadamente em equipas açorianas que disputam competições nacionais.

Deputado Carlos Mendonça (PS): E os escalões?

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: É este o nosso objetivo, é isto que nós temos que valorizar e também, acima de tudo, pensar que o desporto e a formação dos nossos jovens é um meio para atingir boas condições de saúde para os nossos jovens, para dar boas condições de saúde aos nossos jovens.

A prática desportiva também é um meio para fixar os jovens nas nossas ilhas, nomeadamente nas ilhas que padecem de desertificação e trazer investimento a essas ilhas.

Deputado Carlos Mendonça (PS): São 42% dos nossos jovens. Não se esqueça disso!

O Orador: Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Como é que se faz?

Deputado Carlos Mendonça (PS): São 42%!

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados:

Devo-lhes dizer que parece que o Sr. Deputado Carlos Mendonça fica satisfeito com esses cortes, pois o senhor como dirigente desportivo que é e responsável desportivo devia estar sensibilizado e devia estar, acima de tudo, ao lado dos dirigentes desportivos em relação a este assunto e é isto que lamento.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, o PSD irá aprovar, nesta Casa, o voto do Bloco de Esquerda.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O Sr. Deputado Luís Garcia devia dar algumas lições de desporto ao Sr. Deputado Cláudio Almeida!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM também se associa a este Voto de Protesto do Bloco de Esquerda. De facto, são preocupantes nos dados que V. Excia. aqui enuncia.

Nos últimos três anos, só na Associação de Futebol de Ponta Delgada o financiamento aos escalões de formação sofreu um corte cumulativo de 50% - repito, 50% -,...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não é verdade!

O Orador: ... sendo que este ano esse corte atingiu os 27%.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade, sim, senhor!

O Orador: Ora, matar a formação é matar o desporto nos Açores, desporto que tem obtido enormes êxitos para os Açores, e isso tem sido possível através do esforço que os clubes estão a realizar, mas não é possível, com cortes desta dimensão nos escalões de formação, garantir o futuro destas modalidades, garantir o futuro competitivo destes clubes.

Por isso, o Bloco de Esquerda apresentou este Voto de Protesto, com o qual nós concordamos, e que, de facto, consideramos que é uma situação absolutamente preocupante para o futuro do desporto açoriano.

Quero referir o que o Sr. Deputado do Partido Socialista referiu em relação ao Polidesportivo do Corvo e dizer-lhe o seguinte.

O Governo vai deslocar-se, na próxima semana, à ilha do Corvo, e espero que faça o seguinte, é que, finalmente, faça aquilo que eu tenho pedido ao longo destes anos. Depois de ter tido quinze anos de investimento zero no desporto no Corvo – investimento zero –, agora está a construir uma estrutura que só se pode utilizar nos três meses do verão, uma vez que, como não é totalmente coberta, chove lá no inverno.

E, portanto, o que eu peço, o que eu solicito ao Governo Regional é que faça a cobertura total do edifício para que se possa jogar futebol e se possa praticar os outros desportos, porque, no inverno, se a cobertura não está fechada, o que vai acontecer é que chove lá dentro.

Deputado Berto Messias (PS): Só se no Corvo chove na horizontal!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se ria!

O Orador: E, portanto, não se consegue realizar a prática desportiva.

Eu considero que essa situação é uma situação lamentável – lamentável –, é uma situação verdadeiramente terceiro-mundista – terceiro-mundista – conceber um projeto em que se realiza um pavilhão que está aberto e que fica aberto. E, portanto, a partir daí não há condições para a prática desportiva durante grande parte do ano.

Deputado Berto Messias (PS): Não sabia que no Corvo chovia na horizontal!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No Corvo e em todo o mundo. Basta estar vento!

O Orador: É evidente! Durante grande parte do ano, nós não vamos ter condições.

Uma ideia destas, só podia vir do Governo Socialista.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Só mesmo o Governo Socialista é que se lembrava de construir um pavilhão sem cobertura total.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá associar-se a este Voto de Protesto do Bloco de Esquerda, porque, efetivamente, não se podem alterar as regras a meio do jogo e a formação de atletas na região é fundamental para a formação integral dos nossos jovens e, tendo ainda outras componentes (não vou agora aqui enumerar), parece-me fundamental que a aposta deveria ser reforçada e que as poupanças deveriam ter sido feitas noutros níveis...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso mesmo!

O Orador: ... e procurar outros equilíbrios, porque há muitos desequilíbrios em termos dos apoios desportivos, desequilíbrios entre os escalões de formação e as equipas seniores, desequilíbrios e discriminação até de género, uma vez que o desporto feminino, que é aquele que tem obtido mais troféus para a região, é claramente discriminado em termos dos apoios oficiais.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que gravidade do Partido Socialista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É mais um protesto, o que se torna cada vez mais frequente contra a política deste Governo.

Eu começo, em primeiro lugar, pelos números que o Sr. Deputado do PS referiu. Não se referiu a pessoas, referiu-se a números, debitou ali números, números, números.

Sr. Deputado, o número que interessa é este: em termos globais, o investimento de desporto e juventude dos Governos do PS.

Em 2007, 2009: 20,7 milhões; 2013: 14,7 milhões. Isto é que é a realidade.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Aumentou!

O Orador: Portanto, um corte de 40%.

É assim, Sr. Deputado, tem dúvidas? Olhe! É assim.

(Neste momento, o Deputado Artur Lima mostrou um gráfico à Câmara)

Deputado Berto Messias (PS): Tem de virar para qui! Da próxima faz um gráfico com colunas laranja, amarelo e azul!

O Orador: Está a perceber? É assim, é assim.

Para a próxima, faz-se cor-de-rosa, para o senhor ficar mais satisfeito.

E por falar em cor-de-rosa, a política de apoios do Governo, e socorrendo-me ali de um termo do Sr. Deputado Cláudio Almeida, ...

Deputado Berto Messias (PS): No seu parceiro de coligação!

O Orador: ... o Governo não deve, que é o erro, sustentar atletas, nem deve sustentar clubes, nem deve, muito menos, sustentar outras instituições, deve, o Governo, apoiar com rigor, com isenção e com critério todos e não...

Deputado Carlos Mendonça (PS): E é o que faz!

O Orador: ... ter preferências de cores – e não ter preferências de cores – e muito menos ter preferências quando os dirigentes são simultaneamente dirigentes do clube e dirigentes do PS.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Vinte e três mil atletas, são 23 mil pessoas!

O Orador: E sobretudo aí é que devia ter muito cuidado e muito rigor e muita isenção. Aí é que devia ser, porque o que acontece, o que acontece...

Deputado Berto Messias (PS): Está a referir-se a alguém em concreto?

O Orador: São vários, são vários!

É generalizado! É a governo-dependência, nesta região, Sr. Deputado Berto Messias. São vários, não é um caso, são vários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até para créditos automóveis!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo!

O Orador: E, depois, resulta do...

Deputado José San-Bento (PS): Por que é que contesta os cortes se são os Deputados que os fazem?!

O Orador: ... esbanjamento que os senhores fizeram em algumas infraestruturas desportivas.

E dou um exemplo muito claro, que era a especialidade (está hoje ausente aqui) do Sr. Vice-presidente enquanto autarca, dos campos sintéticos, que estão ao abandono, estragados, a se estragarem e alguns deles pior do que isso,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Podiam vir alguns para o Faial!

O Orador: ... do que se estarem a estragar, é que ainda se estão a pagar, de contratos a dez e a quinze anos, que está lá tudo enrolado...

Deputado Carlos Mendonça (PS): É contra os campos sintéticos?

O Orador: ... e tudo estragado, onde se gastou e esbanjou milhões.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os que estão em abandono! O senhor sabe que é verdade!

Deputado Carlos Mendonça (PS): O Sr. Deputado é contra os desportos!

Diga isso aos jovens!

O Orador: E por isso é que o Governo do Partido Socialista teve que reduzir os apoios ao desporto, sobretudo à formação.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não sabe do que é que está a falar!

Deputado Berto Messias (PS): Aguardo o manifesto!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Quando o Sr. Deputado Mendonça e o Sr. Deputado Rendeiro acabarem de falar, ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... eu depois continuarei a minha intervenção.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Artur Lima, pode continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Sr. Deputado Berto Messias está muito preocupado com a coligação em Angra.

Deputado Berto Messias (PS): Não dormi esta noite a pensar nisso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas já com créditos automóveis há preocupação!

O Orador: É bom que esteja preocupado. É bom que esteja preocupado. É bom que esteja preocupado.

Presidente: Sr. Deputado, não entre em diálogo.

Faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: E, portanto, o que é preciso...

Sra. Presidente, não havendo condições, eu termino a minha intervenção aqui com o crédito automóvel do Sr. Deputado Luís Rendeiro. Eu dou por terminada a minha intervenção.

Deputado Luís Garcia (PSD): São fundos europeus!

Deputado Berto Messias (PS): Tenha a coragem de dizer isso mais alto!

Presidente: Srs. Deputados!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São créditos automóveis!

Deputado Berto Messias (PS): E nos artigos de opinião tenha a coragem de assumir o que diz!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Srs. Deputados, não posso deixar de pedir a todos que percebam que apesar dos apartes serem regimentais, não podem, de forma alguma, interferir de forma tão direta com as intervenções, muito menos quando estou eu a pedir para falar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: E por isso também peço a todos que os apartes são isso mesmo, são apartes, não são diálogos entre as bancadas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: ... e, portanto, ...

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(* **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas um comentário para finalizar este Voto de Protesto.

Enquanto o Governo Regional desinveste brutalmente nos escalões de formação desportiva, nas crianças e nos jovens da nossa região, simultaneamente patrocina, e, portanto, patrocina todos os açorianos e açorianas, uma coisa chamada Liga ZON Kids, Açores, uma empresa privada, que entrega a cada criança que ganha um prémio nestes campeonatos uma folhinha que diz assim: “Sou o vencedor [a criança] da Liga ZON Kids, Açores, 2013, e ganhei, juntamente com a *pen* de banda larga, um mês gratuito de internet no valor de 22,49 euros”, mas tenho que ser cliente ZON Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que escândalo!

A Oradora: ... ou tenho que pedir aos meus paizinhos para serem, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que escândalo!

A Oradora: ... porque se não forem, as crianças que ganham qualquer tipo de prémio nesta liga não recebem o prémio. Ou dito de outra maneira, o Governo Regional, que não tem dinheiro para investir nos escalões de formação de crianças e jovens,...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Isso não foi do Governo!

A Oradora: ... tem-no para patrocinar o negócio de uma empresa privada, ...

Deputado José Ávila (PS): Isso não é o Governo!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quem é o cliente da ZON, alguém sabe?

A Oradora: ... à custa de crianças e jovens nesta região.

Quanto a política desportiva, Sra. Presidente, está tudo dito.

Muito obrigada.

Deputado Cláudio Mendonça (PS): Quem é que está à frente da ZON?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Sr. Deputado Carlos Mendonça, pede a palavra para uma interpelação à Mesa.

Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A interpelação deve-se ao facto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Interpelação ou uma intervenção?

O Orador: ... daquilo que foi apresentado, neste momento, pela Sra. Deputada, em que está a confundir por completo aquilo que está a referir.

O único apoio, o único apoio do Governo foi a cedência do espaço, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh, Sra. Presidente! Isso não é uma interpelação à Mesa!

O Orador: ... a cedência do espaço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é uma interpelação à Mesa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é uma chantagem!

O Orador: É um apoio para as crianças praticarem a modalidade desportiva!

Mas é contra esse apoio? É contra o apoio da cedência de espaço?

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: O Governo investiu zero, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso são negócios privados!

Presidente: Sr. Deputado Carlos Mendonça!

O Orador: ... Sra. Deputada! O Governo investiu zero.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Mendonça, acho que ficamos esclarecidos.

O Orador: O Governo investiu zero!

Só para terminar, o Governo investiu zero cêntimos nisso.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Mendonça, já percebemos o esclarecimento.

Sr. Deputado Artur Lima, quer fazer uma interpelação à Mesa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu quero interpelar a Sra. Deputada Zuraida Soares, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, o senhor sabe que não pode interpelar a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se eu não posso interpelar, o Sr. Deputado Carlos Mendonça também não podia, Sra. Presidente. E aqui temos que ter regras.

Deputada Zuraida Soares (BE): É evidente!

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça...

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Peço-lhe imensa desculpa, mas é que isto começa a ser hábito da parte do Partido Socialista,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... usar a figura da interpelação à Mesa e dirigirem-se para responderem às outras bancadas.

E, portanto, não é um reparo, mas eu acho que o Sr. Deputado Carlos Mendonça não pediu nenhum esclarecimento à Mesa e, portanto, eu acho que isso não deve ser permitido.

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação para esclarecer a Câmara!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não existe esta figura regimental!

O Orador: Sendo permitido a um, tem de ser permitido a outro e com uma dúvida fundamentada. É porque fiquei na dúvida se o Governo Regional patrocina uma empresa e que depois as pessoas têm de ser sócias dessa empresa cativando clientes. Está a ajudar a cativar clientes para essa empresa. A minha dúvida é esta.

Peço desculpa, pela interpelação à Mesa.

Deputado Rogério Veiros (PS): É tão legítima a sua como a do Deputado Carlos Mendonça!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o artigo 86º do Regimento diz que “as interpelações à Mesa podem ocorrer quando os intervenientes tenham dúvidas sobre as decisões desta ou orientação dos trabalhos”.

A verdade é que é prática parlamentar, faz parte da praxe usar-se a figura da interpelação como um esclarecimento à Mesa e à Câmara. Tem sido prática por todos os partidos...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: ... e ninguém usa a figura regimental concreta de interpelação à Mesa sobre a orientação dos trabalhos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

Presidente: ... e os senhores podem consultar os Diários e verificar, pelo menos nesta legislatura, que todos os partidos já usaram esta figura como uma forma de prestar um esclarecimento à Mesa e à Câmara.

A verdade é que a Mesa tem permitido esta figura porque não há outra, de facto, no nosso Regimento, que permita este tipo de intervenção.

Podemos, depois, providenciar alguma alteração ao regimento, se entenderem que deve haver uma figura específica para este tipo de situação, mas a verdade é que esta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Regimento está bem feito!

Presidente: ... esta figura da interpelação à Mesa tem sido, por variadíssimas vezes, utilizada para este fim. E, portanto, a Mesa tem apenas cumprido com a praxe da Casa.

Não havendo mais interpelações, vamos passar à votação do Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam...

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Uma interpelação para fazer uma solicitação a V. Excia., tendo em conta aquilo que acabou de ser dito pela Sra. Deputada do Bloco de Esquerda.

Que V. Excia. possa providenciar, junto do Bloco de Esquerda, que forneça à Mesa e que depois possa ser distribuído a todos os líderes parlamentares, a que liga se refere, qual foi a metodologia de organização da liga a que se refere e qual foi a participação, quer das entidades privadas, quer do Governo dos Açores ou das entidades públicas, nesta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quem é que fez negócio?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte ao Governo! O Governo é que deve saber!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que agora, sim, não há mais interpelações.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 18 a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra?

Faça favor.

Deputado Berto Messias (PS): Para pedir a V. Excia., tendo em conta o que foi acertado na Conferência de Líderes, que partido faria agora a Declaração Política?

Presidente: Era o Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Presidente: É regimental. Nós terminamos os trabalhos por agora, uma vez que...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para fazer uma interpelação à Mesa, nos mesmos moldes, e perguntar quais eram os dois partidos, uma vez que o Partido Socialista também utilizou esta figura do intervalo regimental, qual era o outro partido, depois do Partido Socialista, que faria uma intervenção.

Presidente: Era o PS e o PSD, uma vez que o PPM abdicou do direito de apresentar a sua Declaração Política hoje.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigado.

Presidente: Estamos esclarecidos.

Considerando o horário, após o intervalo vamos dar por encerrados os nossos trabalhos da parte da manhã.

Regressamos às 15 horas com a Agenda da Reunião.

Deputado Francisco Coelho (PS): Já não faria!

Eram 12 horas e 40 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

(Pausa)

Vamos entrar na Agenda da Reunião com o ponto 11: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 32/X – “Recomenda ao Governo Regional o pagamento integral do subsídio de férias de 2013, no próximo mês de junho”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A justificação da urgência deste nosso Projeto de Resolução é o mais cristalina possível.

Primeiro, considerando a própria recomendação que é que o Governo Regional faça o pagamento integral do subsídio de férias de 2013 no próximo mês de junho.

Considerando que, de acordo com o calendário, junho é o mês que se segue a maio e nós estamos exatamente no mês de maio; e considerando também aquilo que faz parte do nosso diploma, o interesse público de que esta matéria se reverte e, portanto, a necessidade e a urgência de que este Projeto de Resolução seja debatido e votado o mais rapidamente possível de modo a permitir ao Governo Regional a sua execução em tempo útil, pensamos serem razões suficientes e mais do que suficientes para invocar a urgência deste Projeto de Resolução.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então...

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós, nestas questões, em nome do rigor e da seriedade que devemos ter no tratamento destas questões, gostava de referir que este pedido de urgência, em nosso entender, não faz sentido. E nós não vamos confundir a questão da urgência propriamente dita com aquilo que é o conteúdo desta proposta e o seu eventual mérito.

Eu chamo só a atenção para o seguinte.

Neste momento, não há ainda conhecimento em relação àquele que terá que ser o Orçamento Retificativo do nosso país,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não tem nada uma coisa a ver com a outra!

O Orador: ... que permite ter o conhecimento rigoroso de medidas que têm que ser tomadas e que, algumas delas, terão que ser acomodadas naquilo que será obrigatoriamente o Orçamento Retificativo no caso da Região Autónoma dos Açores.

E, portanto, é por essas razões, e em síntese, que nós vamos chumbar esta urgência.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Com certeza! Eu bem percebo!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós entendemos que faz todo o sentido que esta urgência seja aprovada e que seja rapidamente colocada em vigor esta proposta do Bloco de Esquerda, para que ainda se tenha tempo de, em junho, se pagar o subsídio de férias aos funcionários.

E por isso mesmo é que ela é tão evidente, tão evidente, tão cristalina, que faz sentido que seja aprovada hoje,...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Apoiado!

O Orador: ... porque só depende, apenas e só, do Governo Regional. Apenas e só do Orçamento regional, que, aliás, já acomodava isso.

Não sendo assim, é a prova mais do que evidente de que o Governo Regional não tem dinheiro, de que o Governo Regional não pode pagar, de que o Orçamento não comporta isto e o PS, mais uma vez, criticando o Governo da República, vem fazer exatamente a mesma coisa ou, por outra,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... pior do que o Governo da República,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... porque tem orçamento e verbas próprias e vem-se, mais uma vez, refugiar na República, esconder sob a República, para não cumprir aquilo que é até um desejo que o Sr. Presidente do Governo faria com muito gosto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente a urgência e sem querer, digamos, aduzir aqui muitos argumentos para a urgência deste pedido do Bloco de Esquerda, a questão é a seguinte.

O acórdão do Tribunal Constitucional não diz nem tinha que dizer quais as datas do pagamento dos subsídios. Ora, o que fica a valer é a Lei da Contratação de Trabalho em Funções Públicas e, portanto, era fundamental que o Parlamento decidisse, hoje, sobre este assunto para, tal como disse o Deputado Artur Lima, o subsídio de férias fosse pago em tempo útil, isto é, na data que está indicada, que é o mês de junho.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente:

Nesta que é a primeira vez que uso da palavra durante esta legislatura, queria cumprimentar V. Excia. e reafirmar o meu propósito e a minha vontade, o meu empenhamento para tudo fazer no sentido de, através de um debate leal, frontal, mas respeitador da pluralidade que é própria da democracia, ajudar a prestigiar este Parlamento, que o mesmo é dizer, defender a autonomia, o progresso das nossas ilhas e o bem estar das nossas populações.

Ao cumprimentar V. Excia., naturalmente que estou a saudar todas as Sras. e Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo, principalmente aqueles que me dirigiram palavras de cordialidade e até mesmo de amizade neste regresso a este Parlamento, e permita-me que sublinhe regresso, porque quero com isso significar aquilo que é o meu entendimento do que são funções públicas: um serviço prestado às causas públicas, ao progresso e ao desenvolvimento da nossa terra, das nossas comunidades, feito num intervalo, isto é, esporadicamente entre uma carreira e uma vida profissional, sendo que a condição prévia e para mim necessária para o exercício de funções públicas é o desprendimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a todos, sem exceção, fico muito reconhecido pelas palavras que me dirigiram e agradeço a todos.

E dito isto, vamos então ao assunto.

O Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este pedido de urgência por uma razão óbvia, e a razão funda-se exatamente no seguinte: é que o pagamento deste subsídio de férias permite, como disse o Sr. Presidente do Governo, “repor aquilo que nunca devia ter sido tirado e repor [estou sempre a citar] o rendimento os rendimentos dos trabalhadores da função pública dá uma boa ajuda à economia”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas disse ainda mais o Sr. Presidente do Governo: “Fazer o pagamento deste subsídio cria condições para pôr mais dinheiro a circular na economia, constitui uma boa ajuda para o início da recuperação que todos

desejamos. A economia açoriana fica a ganhar, as famílias, os trabalhadores, as empresas ficam a ganhar”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, tendo dito tudo isto, ainda acrescentou, numa expressão de um sentimento pessoal, mas que todos nós queremos e entendemos que era também uma motivação política, de que era com gosto que pagava o subsídio de férias aos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Portanto, nós entendemos que é muito pertinente este pedido de urgência, que faz todo o sentido debatê-lo, mas por aquilo que já foi a posição adiantada pelo Partido Socialista, se calhar, ao mesmo tempo que estamos a discutir o pedido de urgência, temos que entrar já num certo debate da matéria que está em causa.

Deputado José San-Bento (PS): Não!

O Orador: E, portanto, torna-se muito, muito curiosa, eu diria até irónica, para não usar uma outra expressão que também rima que é hipócrita,...

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... esta posição do Governo Regional e do Partido Socialista.

Em primeiro lugar, porque parece-nos que esta posição do Partido Socialista põe em dúvida toda a propaganda feita à volta da saúde financeira da região. O *superavit* que tanto orgulha o Governo Regional e o PS, afinal, parece que não é suficiente para...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado, só queria esclarecer que, neste momento, só pode justificar ou não a urgência.

O Orador: Mas é porque nós temos que atender, de algum modo, a matéria que está aqui em causa para percebermos da urgência ou não.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem mais!

O Orador: E, de facto, quando se trata de pagar, no próximo mês de junho, como de resto decorre do que seria a normalidade do pagamento deste subsídio, se nós não aprovarmos aqui este pedido de urgência, naturalmente que não se pode dar corpo a isto.

E, portanto, a urgência naturalmente que está ligada à matéria que temos aqui em apreço.

Portanto, parece que afinal o *superavit* não é suficiente para pagar o subsídio já em junho, talvez também por uma outra razão. Aquilo que ontem era bom para as famílias, para a economia e para as empresas, hoje já não é, porque vem da oposição. O que ontem era bom para animar a economia, afinal parece que já não é capaz de fazer as empresas ganharem uma outra vitalidade.

Vou terminar, portanto, reafirmando que o Partido Social Democrata vai votar este pedido de urgência, porque se ontem todos ficavam a ganhar com o pagamento e com o gosto que o Sr. Presidente do Governo Regional tinha em pagar este subsídio, eu penso que só resta uma coisa ao Partido Socialista, é não impedir...

Deputada Judite Parreira e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... esse prazer ao Sr. Presidente do Governo de pagar o subsídio,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e na data certa, que é em junho, como, de resto, devia sempre acontecer.

Deputado Luis Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Ligue o micro!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que, em relação a este pedido de urgência e ao posicionamento do Partido Socialista nesta matéria, eu tenho uma enorme desilusão. Não consigo compreender,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é um problema seu!

O Orador: ... porque o que aqui se exige, em política, é verdade, verdade, confiança, que as pessoas digam aquilo que pensam, que digam que têm muito

gosto e depois que o façam e, portanto, que cumpram a imagem que querem deixar transparecer para o povo. E o que nós vemos é o seguinte.

Os governantes, os deputados dos Açores juram cumprir a Constituição, juram cumprir o Estatuto Político-Administrativo.

Ora, o Tribunal Constitucional já veio dizer, em relação a essa matéria, que a questão é absolutamente evidente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vocês não têm é dinheiro! Estão tesos como carapau!

O Orador: ... ou seja, o que é legal, o que se exige ao Governo da República, tal como se exige ao Governo dos Açores, é cumprir a lei, e cumprir a lei e cumprir a Constituição é pagar o subsídio.

Pois, o que é que nós temos agora em relação a esta questão, que é uma questão fundamental e que é uma questão verdadeiramente urgente, dado os prazos com que estamos a trabalhar, dados os prazos com que estamos, neste momento, é enfrentar.

Eu considero que esta matéria é de urgência absolutamente evidente do ponto de vista dos prazos, é de urgência absolutamente evidente no âmbito do cumprimento da Constituição, daquela interpretação que foi a interpretação do Tribunal Constitucional, tudo isto é urgente. Mais do que isto, não só é urgente, como é justo que se faça este pagamento.

Ora, o Governo Regional não pode, de forma alguma, novamente, esvaziar completamente a autonomia dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *No money, no funny!*

O Orador: ... e dizer que fica à espera de documentos que, pelos quais, não tem que esperar, porque nós estamos, ou seja, o que acontece com o Governo Regional dos Açores é que se estão a comportar não como um Governo e tentar que esta Câmara tome posições não como uma Câmara autónoma, do ponto de vista legislativo, mas, pura e simplesmente, esvaziando todo o conteúdo político conquistado ao longo de quatro décadas de autonomia. É isto que aqui está em causa. O Partido Socialista, o partido da autonomia, hoje, nesta matéria, novamente, prova que não é o partido da autonomia, é o partido das desculpas e

é o partido que, em relação a esta matéria, como em relação a muitas outras, utiliza uma coisa que é a hipocrisia política.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado José San-Bento pediu a palavra para?

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, obrigado por me conceder a palavra.

Sras. e Srs. Deputados:

Eu vou apenas referir à Mesa que o compromisso do meu grupo parlamentar é em haver uma gestão rigorosa e transparente das finanças públicas regionais.

Tem sido esta a prática do PS...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isto é uma interpelação?

O Orador: ... e tem sido esta a forma como nós procuramos sempre atuar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: E eu estou a fazer esta intervenção, se me permitem, porque...

Presidente: Sr. Deputado!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e BE: Isso é uma intervenção!

O Orador: É uma intervenção. Tem a ver com a interpelação que eu solicitei, pela razão muito simples, nós temos que ter...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... dotações orçamentais, temos que ter uma política de rigor...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento!

O Orador: ... para podermos efetuar essas operações que estão aqui em causa.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, se quer prestar algum esclarecimento à Mesa, agradeço que o faça de imediato.

O Orador: Neste debate, o Grupo Parlamentar foi interpelado com um conjunto de intervenções...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... que se debruçaram na matéria e não se ...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento!

O Orador: ... ativeram apenas na questão da urgência.

Deputada Judite Parreira (PSD): É uma psicose!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, respeite a Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, o senhor iria prestar um esclarecimento que não o fez, portanto, não me parece que tenha utilizado de forma adequada esta figura regimental.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Mesa não tem mais inscrições.

Penso que estamos em condições de votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 19 a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prepotentemente sós!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tendo sido rejeitado o ponto 11...

Sra. Deputada Zuraída Soares, Declaração de Voto.

Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:...

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, eu peço desculpa de interromper.

O PSD pediu a palavra?

Deputado António Marinho (PSD): Para a repetição da votação.

Presidente: Quer a repetição da votação.

Sra. Secretária, faça o favor.

Secretária: O pedido de urgência foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 19 a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está esclarecido.

Sra. Deputada Zuraída Soares, peço desculpa por ter interrompido.

Faça o favor.

Tem a palavra para uma Declaração de Voto.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu queria começar a minha Declaração de Voto por dizer o seguinte.

O Partido Socialista não tem qualquer tipo de legitimidade nesta Casa para se reivindicar o único partido sério e rigoroso, porque isso é de uma arrogância antidemocrática que só justifica...

Deputado José San-Bento (PS): Eu não disse que era o único!

A Oradora: ... e comprova a minha intervenção de ontem à tarde, neste plenário.

Deputada Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Segunda questão.

Se temos que estar à espera de algum orçamento retificativo (e, na realidade, temos), não é o Orçamento Retificativo da República, é o Orçamento Retificativo da Região Autónoma dos Açores, que já devia estar apresentado e está atrasado.

Deputado José San-Bento (PS): E é feito como?

Deputado Berto Messias (PS): Que estranha noção de democracia, Sra. Deputada!

A Oradora: Porque aqui, Sras. e Srs. Deputados, enquanto o Estatuto Político-Administrativo desta região, enquanto a Constituição da República estiver em vigor, nós não temos que esperar para o Orçamento Retificativo da República para pagarmos o subsídio de férias aos trabalhadores da Administração Pública integralmente no mês de junho, só temos que ter a aprovação do partido maioritário e a concordância, obviamente, do Governo Regional.

Se cumprir as regras, invocar as regras daquilo que ainda a troika não nos tirou, mesmo a troika inspirada pela Nossa Sra. de Fátima, como diz o Presidente da República, o nosso estatuto ainda está em vigor e o Governo Regional e o Partido Socialista têm o dever redobrado de o executar, de o pôr em prática e de o defender.

E, portanto, o Partido Socialista, neste momento, esclareceu uma coisa, disse exatamente de que lado é que estava, porque até agora tem dito que não está do lado das políticas do Governo da República, que não está do lado da austeridade estúpida, que não está do lado de Victor Gaspar nem do seu posicionamento ideológico de humilhação permanente de quem trabalha.

Mas a verdade é que o Partido Socialista hoje provou aqui que não está do lado dos trabalhadores, que não está do lado da autonomia, que não está do lado da economia açoriana, mas que, pelo contrário, está agarrado à troika e a Vítor Gaspar o mais que seria possível.

E para concluir, dizer o seguinte.

Quando o Partido Socialista se recusa a pagar o que deve,...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: ... quando deve e a quem deve, que são os trabalhadores da Administração Pública, das duas uma, e agora, Sras. e Srs. Deputados, cada um e cada açoriano e açoriana tirará a sua conclusão, ou o Governo Regional mentiu quando disse que o Memorando de Entendimento que assinou com a República não condicionava...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

A Oradora: ... as suas políticas e as suas decisões e as suas escolhas, ou o Governo Regional mentiu...

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está!

A Oradora: ... quando disse estar contra a austeridade estúpida, ou o Governo Regional mentiu quando disse ter muito gosto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... em pagar este subsídio, cumprindo o acórdão do Tribunal Constitucional.

De qualquer das maneiras, mentiu, porque a única verdade é que está agarrado à troika com gosto e o resto, Sra. e Srs. Deputados, é retórica, é conversa fiada,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... não é defesa dos trabalhadores desta região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado José San-Bento pediu a palavra para uma Declaração de Voto.

Tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, a senhora deu aqui um espetáculo de demagogia e de populismo do mais básico que eu já vi.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só isso que o senhor tem para dizer?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: E o senhor também fez, por uma razão muito simples.

Nós estamos aqui a discutir uma urgência em relação a uma proposta que o Bloco de Esquerda apresentou. Não está nem nunca esteve em causa não pagar aquilo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está, está!

O Orador: ... que o Tribunal Constitucional obrigou a pagar...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tinha mais que ver!

O Orador: ... e aquilo que era a intenção do Governo da República, do CDS e do PSD...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... retirar aos trabalhadores. Esta é que é a verdade.

E, portanto, isto não está em causa, não foi isso que se esteve aqui a discutir,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que os senhores retêm!

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah foi, foi!

O Orador: ... não era esta a razão nem era esta a questão central do objeto desta proposta.

Não era não, senhora! Não era não, senhora!

E digo-lhe mais uma coisa, Sra. Deputada,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Então tem de voltar a ler outra vez!

O Orador: ... eu reitero aquilo que disse.

Deputada Zuraída Soares (BE): Logotipo! O Bloco de Esquerda vota contra!

O Orador: Eu reitero aquilo que disse! E digo-lhe mais, Sra. Deputada, esta sua intervenção, a senhora prepare-se para engolir todos os argumentos...

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é uma ameaça?

O Orador: ... que a senhora...

Não é ameaça!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Não é ameaça, Sra. Deputada. Evidentemente que não é uma ameaça, mas esse é o preço que se paga quando se recorre à demagogia que a senhora aqui recorreu.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Deputado, essa lição vinda de si!

O Orador: Porque o que está em causa foi aquilo que eu referi: nós vamos ter necessidade de ter um Orçamento Retificativo que contemplará, nomeadamente, esta operação de muitos milhões de euros; nós vamos ter ainda que preceder esse pagamento de uma ordem para tesouraria, de quatro a cinco semanas de antecedência, e depois haverá este pagamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputada Zuraída Soares (BE): Então, vote!

O Orador: E, portanto, repito, não está em causa, não está em causa pagar ou não pagar esse subsídio. Os senhores sejam leais neste debate.

E, já agora, gostava também de dizer que o Partido Socialista teve essa votação porque não poderia ter outra. Nós não nos deixamos inebriar pelo aplauso fácil e pelo facilitismo e por essa generosidade artificial que é aqui apresentada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é dirigido ao Sr. Presidente do Governo!

O Orador: É dirigido a todos os partidos que votaram a favor desta proposta, Sr. Deputado.

E além disso também há outra coisa que é preciso o Bloco de Esquerda perceber. O PS nunca se deixará colonizar pela demagogia da extrema esquerda. Nunca!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso seria um erro tremendo para o PS.

Deputada Zuraída Soares (BE): Cada um escolhe a coligação que quer!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A rejeição do pedido de urgência que o Partido Socialista acaba de fazer faz-lhe cair a máscara de uma hipocrisia política...

Deputada Zuraída Soares (BE): Sem dúvida!

O Orador: ... que usa com frequência em nome do que supostamente é a defesa dos interesses dos Açores e dos trabalhadores, neste caso, dos trabalhadores da Administração pública Regional. E debaixo dessa máscara fica ainda uma outra máscara, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tirem essa!

O Orador: ... uma máscara de arrogância, que se infere rápida e facilmente das palavras do Sr. Deputado José San-Bento, que diz que o que está em causa não é pagar aquilo que o Tribunal Constitucional agora determinou.

Tinha mais que ver, Sr. Deputado José San-Bento, se alguma vez isto estivesse em causa...

Deputado José San-Bento (PS): Foi isso que o senhor pôs em causa!

O Orador: ... depois do acórdão do Tribunal Constitucional.

Este sentido de voto do Partido Socialista prova que, de facto, o Governo Regional e o PS estão sempre prontos para apontar o dedo acusador a outras entidades, mas falham quando são chamados a assumir as suas responsabilidades. O Governo e o PS são fartos nas promessas e na propaganda, mas depois austeros na hora de cumprir.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O que em abril era uma boa notícia, hoje, porque vem da oposição, já é demagogia; o que ontem animava a economia, hoje, porque vem da oposição, já não tem urgência; ontem, as famílias, os trabalhadores e as empresas ficavam a ganhar, hoje, vão ficar todos a perder, porque a proposta vem da oposição e isso incomoda o PS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Orçamento não tem dinheiro! *No money!*
Só papel!

O Orador: Mas também o problema aqui não é dos estudos nem do Orçamento Retificativo da República, porque já no dia 9 de abril o Sr. Presidente do Governo dizia: “Essa é uma matéria que está a ser estudada do ponto de vista técnico, a ser trabalhada no âmbito do departamento competente do Governo. A seu tempo, será tornada pública”.

Passaram-se cinco semanas – cinco semanas –,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor sabe que isso depende do orçamento retificativo!

O Orador: ... convenhamos que é muito tempo para quem aqui, por vezes, vem aduzir o argumento da preguiça.

O que o Governo Regional e o Partido Socialista agora acabam de decidir é apenas isto: impedir que os açorianos, funcionários da Administração Pública Regional possam receber, no mês de junho,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é lamentável!

O Orador: ... na íntegra, o seu subsídio de férias.

É tempo deste governo deixar de se desculpar e começar a governar, para bem dos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Grande Lata!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor agora tem que remeter essa intervenção ao líder do PSD a nível nacional. Não se esqueça!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor também!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PS-Açores foi célere a fazer propaganda política, demagogia de altíssimo nível, ao apresentar ufanamente a queixa ao Tribunal Constitucional, porque não se pagavam os subsídios de férias e de Natal.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Bem lembrado!

O Orador: O Sr. Líder Parlamentar encheu páginas de jornais com toda essa demagogia ...

Deputado Berto Messias (PS): O Zorrinho!

O Orador: Não. O senhor também apresentou queixa ao Tribunal Constitucional, o senhor e o PS-Açores, ...

Deputado Berto Messias (PS): Não constava a questão dos subsídios. Seja sério!

O Orador: ... ufanamente na defesa intransigente dos funcionários dos Açores, convictamente mentindo aos açorianos. Mentindo aos açorianos! Não sou só eu a dizer.

Deputado Berto Messias (PS): Seja sério!

O Orador: Agora, que o Tribunal Constitucional diz que se pague, o Governo Regional diz: não pago!

Essa é que é a vossa coerência e a vossa seriedade, para usar um adjetivo, um adjetivo seu. A vossa coerência e seriedade é dizer uma coisa num dia e o seu contrário no outro, porque os senhores efetivamente estão falidos e não têm dinheiro para pagar o subsídio de férias em Junho, na Administração Pública Regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em junho é que não será!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pelo adiantamento das propostas, será só em dezembro!

O Orador: Esse é que é o problema.

Mas ainda há outro mais grave: os senhores agora podiam, como o Zorrinho diz e outros camaradas, dar um impulso na economia. Podiam, mas não querem. Não querem porque os senhores têm estratégia e ela já está à vista: os senhores querem juntar isto às eleições autárquicas para fazerem outra vez política...

Deputado Francisco César (PS): Afinal estamos falidos ou queremos fazer campanha?

O Orador: ... com o sofrimento dos outros, com as necessidades dos outros, das famílias açorianas e os senhores vão atirar isto o mais possível para outubro, ou para a proximidade de outubro. Essa é que é a realidade e o tempo dar-me-à razão, mais uma vez...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor julga os outros por aquilo que é capaz de fazer!

O Orador: ... se os senhores em, Setembro, não irão pagar por inteiro, e de uma só vez, os subsídios de férias dos funcionários da Administração Pública Regional.

Isso é que é demagogia, isso é que é politiquice e já não há máscara que vos chegue, porque os senhores nem mascarados totalmente já passam despercebidos. Já não é só a máscara que vos chega.

Mais, pelo facto de estarem amarrados ao Memorando de Entendimento feito com a República, não vos permite fazer determinadas coisas.

Mais, hipotecaram a autonomia, quando vêm dizer que defendem a autonomia.

Portanto, os senhores estão a penalizar com a austeridade socialista o povo dos Açores, estão a penalizar a autonomia dos Açores e estão a fazê-lo propositadamente com fins eleitoralistas.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem! O tempo falará por si!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que o Governo Regional dos Açores tem toda a legitimidade e este Parlamento tem toda a legitimidade para decidir sobre a matéria que temos em apreço.

O levar esta questão para a Comissão apenas, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, encontra uma justificação e a justificação tem, de facto, a ver com o Memorando de Entendimento Açores/Lisboa e os vistos prévios que, entretanto, são necessários ou que foram impostos por via do Memorando que o Governo Regional assinou com o Governo da República.

Só isso é que pode justificar esta negação do PS. Só o Memorando de Entendimento entre os Açores e Lisboa é que pode justificar esta negação do PS, porque o PS não pode dizer que está contra as medidas de austeridade, não pode o Presidente do Governo Regional dizer aquilo que disse sobre o pagamento dos subsídios de férias e de Natal e agora negar aqui esta

possibilidade, quando esta Câmara tem toda a legitimidade para decidir sobre o assunto.

De facto, para que o subsídio de férias fosse pago em tempo útil, esta urgência, que foi agora aqui negada BE, inviabiliza que os funcionários públicos possam receber o seu subsídio de férias, tal como decorre do contrato de trabalho em funções públicas e que só decorre disso, porque isso é que determina as datas do pagamento dos subsídios.

O PS faz aqui, hoje, a negação de tudo aquilo que tem vindo a afirmar relativamente ao distanciamento que quer marcar em relação às políticas que têm sido realizadas pelo Governo da República.

É lamentável esta negação do PS.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada, que teve oportunidade de apresentar esta iniciativa, foi acusada aqui de demagogia.

O que eu quero dizer é o seguinte: demagogia é isto, mal saiu o Acórdão do Tribunal Constitucional, o PS fez esta campanha. “Fazer férias é constitucional, aproveite para vir aos Açores”!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem lembrado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que vergonha!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se houver subsídio!

O Orador: Isto é que é a demagogia de V. Excias.

Este é que é um posicionamento: quando os senhores têm oportunidade de concretizar na prática aquilo que andaram a dizer que não o faziam porque estavam impedidos, assim que o Tribunal Constitucional vos disse e ao Governo da República que os senhores têm que cumprir a lei e que cumprir a lei é pagar os subsídios, os senhores aproveitaram e fizeram a demagogia barata que aqui está, que é: “Fazer férias é constitucional”. Quando são confrontados

com a vossa responsabilidade e as vossas afirmações, os senhores vêm dizer: ah, não, não, afinal nós não temos autonomia, nós negamos aqui a autonomia, negamos tudo o que dissemos, não temos gosto nenhum em pagar. Nós não pagamos, este cartaz é falso, este cartaz é demagógico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação e prometo que não farei referências a terminologias futebolísticas.

Presidente: Sr. Deputado, mas então seja conciso na sua interpelação.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, tenho direito de fazer uma interpelação sendo conciso ou não.

Presidente: Sim, sim. Estou a dar-lhe a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Aquilo que lhe queria pedir era que pudesse explicar à Câmara e a quem nos ouve o que é que significa não aprovar um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Neste caso é possível!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Afinal quem é que não sabe o Regimento?

Presidente: Srs. Deputados, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora explique à Câmara em que mês é que estamos!

Presidente: Srs. Deputados, eu já vos chamei a atenção hoje e vou ter que fazê-lo pela segunda vez.

O Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra e a Mesa deu-lhe a palavra.

Agradeço que deixem terminar a sua intervenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Alguém o amordaçou?

Presidente: Os apartes são regimentais, como referi de manhã, mas não podem interferir desta forma com o normal funcionamento dos trabalhos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Só estou a lembrar ao Sr. Deputado que não foi amordaçado!

O Orador: Sra. Presidente, repito o que referi.

Peço à Sra. Presidente que explique à Câmara e a quem nos ouve o que é que significa não aprovar um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão e qual o destino da proposta que era aqui trazida com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, não sendo discutida aqui e agora.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Vou responder à interpelação do Sr. Deputado Berto Messias...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era o mesmo esclarecimento.

Presidente: Se quer o mesmo esclarecimento eu esclareço, os dois de uma vez.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu preferia fazer primeiro a interpelação...

Presidente: Mas eu tenho que responder primeiro ao Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era um pedido para que V. Exa. fosse dispensada dessa tarefa.

Presidente: Sr. Deputado obrigada, mas naturalmente...

Deputado Rogério Veiros (PS): A arrogância da oposição!

Presidente: Srs. Deputados, esta apesar de tudo, é uma interpelação à Mesa que está enquadrada perfeitamente no Regimento, que fez uma pergunta concreta à Mesa, no sentido da Mesa esclarecer toda a Assembleia. Apesar de me parecer que não haja grande necessidade, vou esclarecer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Assembleia está esclarecida!

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu dispenso essa explicação!

Presidente: Srs. Deputados, quando os pedidos de urgência são rejeitados em Plenário, descem à Comissão, onde são discutidos, onde é feito um relatório que subirá novamente a Plenário para depois ser novamente debatido e votado em Assembleia.

Deputada Zuraida Soares (BE): Daqui a uns meses!

Presidente: No tempo que for necessário, naturalmente, às Comissões trabalharemos sobre a matéria em causa.

Penso que estão todos esclarecidos sobre essa matéria.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sentido da minha interpelação antes era para V. Exa. ficar dispensada deste esclarecimento que aqui nos fez, porque julgo que todos nós, contrariamente ao que disse ontem o Sr. Presidente do Governo, com maior ou mais ligeira profundidade, conhecemos o Regimento.

Deputado Berto Messias (PS): Não parece, Sr. Deputado!

O Orador: A senhora entendeu assim, julgo que também fez bem. A Câmara agradece o esclarecimento, mas a sua explicação suscita-me uma dúvida que é aquela que lhe vou colocar: baixando esta iniciativa legislativa à Comissão, se é previsível que no mês de junho, ...

Deputado Berto Messias (PS): É, sim senhor!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): A ver vamos!

O Orador: ... tudo isto esteja resolvido de modo a que os funcionários da Administração Pública Regional recebam o subsídio de férias nesse mês?

Deputado Berto Messias (PS): Foi uma boa tentativa!

Presidente: Sr. Deputado, como compreende, eu não lhe posso dar esta resposta de forma clara.

As comissões parlamentares, naturalmente, para além, do trabalho de apreciação dos projetos e propostas que entram nesta Casa, também têm as audições à República para responder e todas as diligências relacionadas com as petições e com os próprios projetos e propostas que entram nesta Casa.

Neste sentido, naturalmente, que não lhe vou prestar essa informação, pois não tenho elementos que me permitam dizer quando é que a Comissão, depois de receber o despacho com este projeto, terá o seu trabalho concluído.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sim, uma interpelação pedindo um esclarecimento. Uma vez que a Sra. Presidente está a fazer o favor de nos esclarecer a todos sucessivamente, tenho dois pedidos de esclarecimento a fazer à Mesa, pedindo à Sra. Presidente que lhes dê voz.

Primeiro, agradecia que a Sra. Presidente informasse a Câmara e também todos os açorianos e açorianas que nos estão a ouvir que há projetos entregues em sede de comissão, nomeadamente o BE desde dezembro de 2012.

É importante saberem isto para perceberem quanto tempo é que o projeto de maio de 2013 pode ficar à espera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Segunda questão que lhe queria levar e pedir um esclarecimento.

O BE quer seguir este Projeto de Resolução e a sua regimental descida à Comissão com urgência, ou seja, utilizar todos os mecanismos regimentais para que este Projeto de Resolução não corra o risco de, em dezembro de 2013, ainda não ter sido analisado e ainda não ter parecer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, quais são os trâmites regimentais para que, uma vez em sede de Comissão, este projeto seja imediatamente analisado?

Muito obrigada Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada, terei em consideração o pedido de urgência que coloca.

Penso que em relação ao primeiro esclarecimento já o prestei. As comissões têm um sem número de diligências que têm que efetuar e, sendo compostas por todos os partidos desta Assembleia, acredito que todos fazem o seu melhor para poder ter os projetos e as propostas relatadas no tempo que é necessário, para que também possam ser devidamente relatadas, com fundamentação e de forma a prestar um bom trabalho a todos e penso que todos os deputados que têm assento nas Comissões é isso que fazem quando trabalham sobre esses projetos e propostas.

Penso que não há mais nenhum pedido de esclarecimento.

Sendo assim, vamos avançar na nossa Agenda.

Avançamos para o ponto 15: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 34/X – “Defesa dos interesses dos Açores na gestão e ordenamento do espaço marítimo português”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.**

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do CDS-PP e do PSD: Isto é que é uma urgência!

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta é apresentada com um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, porque ela é especialmente dirigida a uma Proposta de Lei que está em apreciação na Assembleia da República, que é a Proposta de Lei de Bases de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo.

Como sabem os senhores Deputados, até porque a comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, quando esta Proposta de Lei veio para audição, remetida pela Presidência de Conselho de Ministros, deu um parecer unanimemente desfavorável porque esta Proposta de Lei coloca questões sérias e graves, relativamente àquela que é a gestão do mar dos Açores.

Desde logo põe em causa a gestão das nossas áreas marítimas protegidas, classificadas no âmbito da Convenção OSPAR e todas aquelas que se situam para além do limite do mar territorial, mas com particular incidência nas quatro que se situam para além das 200 milhas.

A razão da urgência (eu percebi que causou um burburinho nesta sala quando a Sra. Presidente anunciou este pedido de urgência) é desde logo porque as nossas propostas não foram acolhidas em sede da Presidência do Conselho de Ministros.

Em segundo lugar porque esta Proposta de Lei de Bases foi discutida na generalidade na Assembleia da República, baixou novamente à Comissão sem votação (baixou no dia 19 de Abril, por um período de 45 dias, que calha sensivelmente o seu fim a 3 de junho) e baixou por via de um requerimento apresentado. Nós entendemos que essa é a janela de oportunidade para em

conversações diretas com a Sra. Ministra que tutela a matéria e com a Comissão de Agricultura e Mar, que é a Comissão Parlamentar da Assembleia da República que tem competência sobre esta matéria, tentarmos sensibilizar as Sras. e os Srs. Deputados da Assembleia da República, para a importância de serem acolhidas as propostas de alteração que foram elaboradas em sede da CAPAT.

Este é um daqueles casos que se deixarmos passar este prazo corremos o risco de a lei ser aprovada na Assembleia da República, sem que tenhamos tido oportunidade de lá levar de viva voz aquela que é a nossa posição e penso que é uma posição muito importante porque o que está em causa não é um capricho do PS, o que está em causa são os interesses dos Açores na gestão e a afirmação de que a gestão partilhada do mar dos Açores se faz com a participação ativa dos órgãos de governo próprio da Região.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é vergonhoso!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É óbvio que a Representação Parlamentar do PPM vai votar a favor da urgência e vamos votar a favor da urgência convictamente, porque é para isso que nós cá estamos, para defender os interesses das populações, para defender os interesses dos Açores e nós estamos prontos para discutir essas questões e em relação a estas matérias nós não adiamos 1, 2, 3, 4 meses. Estamos cá sempre e dizemos sempre: presente, presente, para defender os interesses dos Açores; presente, para defender os interesses da população; presente para cumprir a Constituição; presente, presente, para defender aquela que é a riqueza dos Açores nesta matéria específica no mar dos Açores.

Presente, sempre, sempre e nestas questões das urgências nós estamos cá para cumprir o nosso dever de representação da população dos Açores.

Como sabem uma sessão plenária só termina quando este parlamento delibera nesse sentido, por isso temos todo o tempo do mundo para deliberarmos sobre questões que são questões urgentes.

Por isso, coerentemente, como sempre fazemos, independentemente da proposta agora ser do PS, nós não agimos da forma como age o PS. Os senhores consideram urgente, nós estamos disponíveis para debater neste Parlamento a questão que os senhores consideram urgente e digo-vos já que concordo com esta questão da urgência e também com uma parte muito importante dos pressupostos que os senhores aqui avançam.

Por isso o nosso comportamento é diferente do vosso e evidentemente vamos votar positivamente esta urgência.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, nós vamos votar favoravelmente a urgência do PS e vamos votar porque aceito como válidos os seus argumentos para a justificação da urgência.

Vamos votar porque defendemos, em primeiro lugar, os interesses dos Açores...

Deputado Paulo Estêvão (PPPM): Muito bem!

O Orador: ... independentemente de quem faz a proposta. Não as catalogamos se vêm do PSD, do PPM, do PCP ou do BE.

Infelizmente e agora vergonhosamente, é comportamento sistemático, repetido, a narrativa do chumbo por parte do PS, que me permite dizer que chumba todas as outras urgências.

Deputado Rogério veiros (PS): Mas o que é que isto tem a ver com a urgência?

O Orador: Tem sido a prática comum e isso não consubstancia a defesa dos interesses dos Açores e dos açorianos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós somos diferentes: em primeiro lugar os açorianos, depois a política partidária.

É essa a diferença que marca este Grupo Parlamentar do vosso Grupo Parlamentar.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente esta urgência porque a fundamentação é clara, objetiva e de facto há aqui uma necessidade absoluta de que sejam salvaguardados os interesses do povo açoriano da nossa Região.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, naturalmente, vai votar favoravelmente esta urgência porque efetivamente estão em causa os interesses dos Açores e o PSD está sempre do mesmo lado, ou seja, ao lado dos interesses dos Açores ao contrário do que diz o PS e faz inclusivamente como fez na votação do diploma anterior, que votou contra os interesses dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputada Aida Amaral (PSD): Quem fala assim não é gago!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de quinze minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 15 minutos.

Eram 16 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

Tendo sido aprovado o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão avançamos então para o ponto 16 da nossa Agenda da reunião: **Projeto de Resolução n.º 34/X – “Defesa dos interesses dos Açores na gestão e ordenamento do espaço marítimo português”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues, para apresentação do Projeto de Resolução.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A evolução do conhecimento do mar profundo, o processo de extensão da plataforma e a atração que exercem as potencialidades associadas ao mar dos Açores colocam um conjunto de questões e desafios que nos remetem, necessariamente, para o regime de gestão do mar dos Açores, para lá das 12 milhas que marcam o limite do mar territorial e para a necessidade de garantir uma interpretação favorável aos Açores do conceito de gestão partilhada que deve fundar-se no princípio da subsidiariedade.

Ao longo do último ano a República ignorou direitos dos Açores sobre o seu mar.

No âmbito da transposição da Diretiva Quadro Estratégia Marinha o Governo da República criou, na Região Marinha do Atlântico Nordeste, a subdivisão da plataforma continental estendida, na qual incluiu as plataformas adjacentes aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, em vez de as incluir nas respetivas subdivisões, em claro desrespeito pelo que determina a referida Diretiva.

A Diretiva Quadro permite aos Estados-Membros a criação de subdivisões, mas impõe a respetiva delimitação de acordo com as sub-regiões marinhas tipificadas. Não se compreende, assim, que a plataforma contígua aos arquipélagos dos Açores e Madeira, inseridos na sub-região marinha biogeográfica da Macaronésia que inclui, e cito, “as águas em torno dos Açores, da Madeira e das Ilhas Canárias”, tenha sido incluída numa subdivisão denominada “plataforma continental estendida”, que se inclui na sub-região marinha do Golfo da Biscaia e Costa Ibérica.

Transportar o mar dos Açores para a Costa Ibérica, ao arrepio da geografia e da Diretiva Quadro só pode ter como objetivo arredar os Açores da gestão partilhada da plataforma contígua ao arquipélago.

Sublinhe-se que esta decisão do Governo da República teve o apoio expresso do PSD Açores, e a abstenção do CDS-PP e do PCP, em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, tendo sido o Partido Socialista o único que se manifestou contra este assalto aos direitos dos Açores sobre o seu mar.

Esta solução aberrante encontrada pelo Governo da República afeta, desde logo, as quatro áreas marinhas protegidas situadas fora das 200 milhas marítimas e integradas no Parque Marinho dos Açores.

Neste momento está em apreciação, e desde o passado dia 26 de março, na Assembleia da República, a Proposta de Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo que mereceu uma censura unânime na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, por se ter considerado que a mesma não acautelava os direitos que assistem à Região Autónoma dos Açores na gestão do seu mar.

O parecer então emitido pela Assembleia Legislativa continha um conjunto de propostas de alteração que visavam garantir o respeito pela Constituição e pelo Estatuto Político-Administrativo e, conseqüentemente, pelos direitos e competências da Região Autónoma dos Açores. Essas propostas não foram acolhidas, embora tenham sido introduzidas pequenas alterações ao texto original.

Até à data da entrada do Projeto de Resolução que agora apreciamos, a Comissão de Agricultura e Mar não tinha promovido a audição das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, tendo antes incorporado os pareceres anteriormente emitidos.

O pedido de audição relativo à nova versão da Proposta de Lei de Bases, apenas ontem foi recebido nesta Assembleia. Apesar desta nova circunstância, e atenta a grande importância que as questões suscitadas revestem para a Região, o Partido Socialista entende que se mantém os pressupostos da sua iniciativa e a pertinência de enviar a Lisboa uma delegação desta Assembleia, que apresente aos órgãos de soberania a nossa posição sobre a matéria.

O texto da proposta que se encontra para análise na Assembleia da República, não reconhece, de forma expressa e inequívoca, as competências das Regiões Autónomas.

Acresce que, quanto à zona que se situa entre a linha de base e o limite exterior do mar territorial, à zona económica exclusiva e à plataforma continental até às 200 milhas marítimas que sejam adjacentes aos arquipélagos dos Açores ou da Madeira, a proposta estabelece que os respetivos instrumentos de ordenamento são elaborados pelo Governo da República, podendo também ser elaborados pelos órgãos de governo próprio, com consulta prévia ao Governo da República.

Quanto aos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo que respeitem à plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, estes são elaborados pelo Governo da República, ouvidas as Regiões Autónomas.

Como se refere no Projeto de Resolução em apreciação, duas questões essenciais se suscitam a propósito do regime proposto. Por um lado, admite-se

uma competência concorrencial do Governo da República com os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, onde deveria operar o princípio da subsidiariedade.

Por outro lado, ao atribuir exclusivamente ao Governo da República o poder de elaborar os instrumentos de gestão relativos ao espaço marítimo para além das 200 milhas marítimas, com mera audição às Regiões Autónomas, não só não é respeitado o princípio da gestão partilhada, como pode colocar-se em crise o Parque Marinho dos Açores e a gestão das suas áreas protegidas pelos órgãos de governo próprio da Região, como acontece desde novembro de 2010.

A Região dispõe de um conjunto importante de instrumentos orientados para a salvaguarda do nosso património, como é o caso do Parque Marinho dos Açores que integra as áreas marinhas protegidas declaradas no âmbito da OSPAR, designadamente os montes submarinos e as fontes hidrotermais, matéria em que a Região foi, aliás, pioneira.

Além de garantir o exercício das nossas competências sobre o nosso território, importa, também, acautelar que os nossos esforços conservacionistas não são em vão e que serão mantidos de forma a podermos garantir às gerações vindouras uma Região viável e próspera.

O Governo dos Açores obteve uma importante vitória na elaboração da Estratégia Nacional para o mar, ao garantir o reconhecimento da exigência legal de gestão partilhada dos espaços marinhos adjacentes aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, o reconhecimento de especificidades regionais que têm que ser refletidas na estratégia, o reconhecimento de que o sucesso de uma estratégia nacional para o mar depende do exercício harmonizado das competências próprias num quadro de decisão e gestão partilhada entre o Governo da República e os governos Regionais e o reconhecimento do Parque Marinho dos Açores.

Estas importantes referências no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar terão que ter como primeira e necessária consequência a alteração da Proposta de Lei de Bases de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo num sentido consonante com os direitos da Região legalmente consagrados.

Neste âmbito, o Partido Socialista considera essencial:

- a) Consagrar expressamente as competências dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas;
- b) Garantir que, quanto à zona que se situa entre a linha de base e o limite exterior do mar territorial, à zona económica exclusiva e à plataforma continental até às 200 milhas marítimas que sejam adjacentes aos arquipélagos dos Açores ou da Madeira, os respetivos instrumentos de ordenamento são elaborados pelas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas;
- c) Garantir que os instrumentos que respeitam à plataforma adjacente aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, para além das 200 milhas marítimas, são elaborados conjuntamente pelo Governo da República com as Regiões Autónomas respetivas, tendo em conta o dever de gestão partilhada, e aprovados pela Assembleia da República;
- d) Garantir que as áreas marinhas protegidas situadas fora da zona económica exclusiva e integradas no Parque Marinho dos Açores continuam a ser geridas pelos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Está em causa garantia de que a exploração de recursos no nosso território se fará segundo rigorosos critérios de sustentabilidade ambiental e de que os Açores serão os principais beneficiários dessa exploração.

O Partido Socialista entende que este é o momento de intensificar a nossa ação, lançando mão de todos os recursos disponíveis em defesa dos Açores.

À semelhança do que aconteceu já neste Plenário, com a aprovação, por unanimidade, do Projeto de Resolução do PSD Açores, em defesa dos direitos do mar e dos fundos marinhos dos Açores, este é um momento de união.

É o momento de afirmar, em uníssono, a defesa intransigente da nossa Região, lembrando à República que as autonomias, quando plenamente exercidas, acrescentam valor ao Estado e reforçam a sua soberania.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquando do debate do encerramento do Programa do Governo o Presidente do PSD-Açores apresentou algumas questões, designadamente seis questões de regime, para as quais o PSD-Açores estava, e está, totalmente disponível para acordos de regime e para cooperar com os órgãos de governo próprio da Região.

Entre essas questões está exatamente a defesa dos direitos e das competências da RAA em relação ao seu mar e aos nossos fundos marinhos.

Em coerência com essa orientação o PSD-Açores deu parecer desfavorável na CAPAT, juntamente com todos os partidos com representação nesta Assembleia, à Proposta de Lei que estabelece as bases da política de ordenamento e gestão do espaço marítimo apresentado pelo Governo da República.

Demos parecer desfavorável porque entendemos que aquela proposta não respeita os direitos consagrados da Região, desde logo o estipulado no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores; demos parecer desfavorável porque entendemos que aquela proposta não salvaguarda os interesses da Região e também demos parecer desfavorável àquela proposta porque é uma proposta redutora do papel que a Região pode, e sobretudo quer ter neste domínio. Acreditamos, inclusivamente, que esse papel ativo que a Região pode ter neste domínio, constitui uma vantagem para o próprio Estado e para o País.

Também em coerência com esta nossa orientação nesta matéria, apresentámos nesta casa um Projeto de Resolução na defesa dos direitos do mar e dos fundos

marinhos dos Açores, que foi inclusivamente aprovado por unanimidade neste Plenário e surge (esse nosso Projeto de Resolução) na sequência do desenvolvimento desta Proposta de Lei de Gestão e Ordenamento do Espaço Marítimo.

Na apresentação desse Projeto de Resolução, na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, afirmei em nome do Grupo parlamentar do PSD, e consta do relatório da Comissão, a nossa total disponibilidade para alterar, receber contributos, para permitir nesta matéria uma posição abrangente e que prestigie a Região.

O Grupo Parlamentar do PS preferiu apresentar outra proposta, o que naturalmente respeitamos.

Esta proposta do PS está tecnicamente bem-feita, bem fundamentada e foi feita com uma linguagem cuidada e equilibrada, o que a somar à matéria importantíssima que versa, é um bom contributo para merecer a nossa aprovação e terá a nossa aprovação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esperamos também que a disponibilidade manifestada pela Sra. Ministra do Mar, no debate na generalidade sobre esta proposta na Assembleia da República e também a disponibilidade já manifestada publicamente pelo Sr. Secretário de Estado do Mar, se efetive e se corrija esta situação, inclusivamente, esta proposta desceu à Comissão sem votação em Plenário o que pode ser um sinal de abertura a esse aperfeiçoamento e que também justifica mais esta intensificação da nossa atuação neste domínio.

Conhecemos, pois, Sras. e Srs. Deputados, o que esta Assembleia tem feito e vai continuar com certeza a fazer para defender os interesses dos Açores e os nossos direitos que estão consagrados e que num Estado de Direito devem ser respeitados.

Mas é bom, também, que tenhamos conhecimento do que tem feito o Governo Regional sobre esta matéria. No seu relacionamento institucional com o

Governo da República é bom conhecermos o que é que tem sido feito e que resultados é que esse trabalho teve.

Na reunião da Comissão em que se ouviu o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, questionei-o sobre os resultados desse caminho institucional, esse caminho do diálogo. Nós conhecemos nesta matéria o caminho da crítica e da denúncia que tem feito, e bem, pelo Governo Regional, aliás, tem sido acompanhado pelo PSD em muitas dessas críticas e denúncias, sobre a atuação do Governo da República neste domínio. Nós acompanhamos essa crítica, acompanhamos essa denúncia, mas também há um outro lado, um outro caminho que é preciso que um Governo responsável de uma Região Autónoma tenha, que é o do diálogo institucional. É preciso saber se esse diálogo desde logo tem sido feito e que resultados têm sido produzidos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Dizia que nessa reunião o Sr. Secretário Regional informou que na semana seguinte (estávamos no dia 11 de abril), teria uma reunião com a Sra. Ministra. Portanto era importante saber que resultados é que essa reunião teve e se há efetivamente disponibilidade para se corrigir essa Proposta de Lei que está neste momento em análise na Comissão de Agricultura e Mar, da Assembleia da República.

Disse.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando olho para a história de Portugal acho que este País tem sempre mais uma oportunidade, acho que estes 900 anos de história, demonstraram que o País, a providência, o acaso, seja o que for, dá-nos sempre mais uma oportunidade, seja a África ocidental, seja depois a Índia, seja mais tarde o Brasil, ou depois outra vez a África, o continente africano, ou agora uma nova oportunidade, uma oportunidade que significa para o conjunto do País, 4

milhões de quilómetros quadrados diferentes de jurisdição, mas com jurisdição pelo menos fora da ZEE, fora da coluna de água, portanto no leito do mar. Quatro milhões de quilómetros quadrados, significa uma área como metade do território do Brasil ou metade do território continental dos Estados Unidos, ou um pouco mais de metade do território continental dos Estados Unidos, se retirarmos o Alasca.

Portanto é uma área de enorme dimensão.

Aqui há uns anos num célebre debate, há cinco anos, um dirigente político disse-me: “oh Sr. Deputado, isso é só água salgada. Isso é só 4 milhões, é metade do território continental dos Estados Unidos. Mas isso é só água salgada”.

O que acontece é que gente que foi responsável pela apresentação da proposta de extensão da plataforma continental do nosso País, está absolutamente convencida, tendo em conta estudos que foram feitos ao longo deste últimos anos, estudos que são comprovadamente dos mais avançados, que são realizados atualmente pelo mundo, tanto que o contributo técnico português está a ser solicitado por diferentes países, inclusivamente o Brasil que também está a estudar o aumento e a extensão da plataforma continental. O chefe da missão do aumento da extensão da plataforma continental estimou que nas próximas décadas, as verbas provenientes da exploração do mar, do grande mar português, incluindo a plataforma continental, além da ZEE, podem vir a atingir 60 biliões mil milhões de euros (sessenta biliões de euros). Isto significa quase tanto como o dinheiro que a Troika nos concedeu aos longos destes anos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Concedeu?!

O Orador: ... que nos emprestou e que pagamos com juros altíssimos.

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah!

O Orador: Pronto assim já respondo ao léxico do BE e do PCP ...

Deputada Zuraída Soares (BE): À verdade!

O Orador: ... que são muito puristas em relação a esta matéria.

Mas eu também quero diabolizar a Troika que nos emprestou com preços altíssimos pelo qual o povo português está a ser explorado. Tenho a concordância de Vs. Exas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Com certeza, e aplaudo!

O Orador: A questão fundamental aqui é que gente que estudou este projeto está absolutamente convencida que nas próximas décadas isso pode significar 60 mil milhões de euros. Portanto é uma riqueza imensa.

Isso sucede porque grande parte deste mar, do mar português, que é assim designado nos documentos do Governo português, é na verdade um mar açoriano.

Pelos cálculos que eu fiz, se a proposta portuguesa apresentada para a extensão da plataforma continental for de facto aprovada, aquele território corresponde aos Açores, que nos é contíguo, é um território que pode somar 2 milhões e 600 mil quilómetros quadrados, ou seja, de 4 milhões quilómetros quadrados, 2 milhões e 600 mil quilómetros quadrados são açorianos.

Portanto, em grande parte este mar é um mar açoriano.

É evidente que esta riqueza potencial desperta o interesse de muita gente da República e esta proposta de facto está a espoliar os Açores de uma área absolutamente fundamental onde nós temos que ser os primeiros a decidir e onde a decisão tem que pertencer aos Açores em primeiro lugar. É absolutamente fundamental mas isto já sucede noutras regiões autónomas que têm também plataformas continentais potencialmente muito ricas, como por exemplo na Gronelândia que está na dependência política da Dinamarca, mas que tem de facto a jurisdição absoluta sobre esse território.

Como nas ilhas Far Away que também estão na jurisdição da Dinamarca, mas que têm jurisdição absoluta sobre a plataforma continental.

Nesse sentido os Açores não podem aceitar nenhuma proposta que signifique uma espoliação do futuro dos Açores, que pode ser um futuro brilhante para as novas gerações.

É tendo em conta este interesse da Região que o PPM irá votar a favor desta iniciativa do PS e associa-se com toda a determinação, porque consideramos que é um assunto absolutamente cordial para o futuro.

O segundo fator é o fator nacional. Eu também sou Presidente Nacional do meu partido, mas deixem-me que vos diga aquilo que costumo dizer na Comissão Nacional do PPM: eu acho que os açorianos são os melhores defensores do interesse nacional. Tenho visto o interesse nacional tão mal defendido, tão mal defendido pelos Governos da República em tantos episódios históricos recentes, que considero que se esta atribuição for a atribuição dos Açores, esta significará que os interesses nacionais (porque os Açores são Portugal) estarão muito mais bem defendidos se forem defendidos pelos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta intervenção do Deputado Paulo Estêvão que subscrevo na íntegra,

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olá!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Temos jantar!

O Orador: ... resta-me apenas dizer que se outros motivos não houverem estou perfeitamente convencido e votarei favoravelmente esta iniciativa proposta pelo PS.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Interroguei o Governo se efetivamente aconteceu a reunião que o senhor nos informou na reunião da CAPAT com a Sra. Ministra e, se essa aconteceu, seria interessante esta Assembleia conhecer os resultados dessa reunião.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar eu queria manifestar o meu apreço pelo consenso que estamos aqui a obter de todos os partidos políticos relativamente a uma matéria tão importante para os Açores, como é a gestão e a defesa dos nossos mares, do ponto de vista económico, do ponto de vista da utilização deste importante recurso que nos une e também nos separa.

O Governo tem feito esforços em todos os fóruns, onde tem assento, no sentido de defender os seus legítimos direitos relativamente a toda esta problemática.

Contestamos a Lei de Bases do Ordenamento do Espaço marítimo, conforme todos sabem. Esta contestação foi remetida ao Governo da República no final do ano passado, acolheu algumas alterações propostas por nós que não nos satisfizeram porque, no essencial, de facto não ficaram garantidos aquilo que são os direitos dos Açores sobre os seus mares.

Posteriormente, conforme anunciei na reunião da CAPAT que recentemente ocorreu em Ponta Delgada, tive de facto oportunidade de reunir com a Sra. Ministra do Mar, no dia 19 de abril, se não me falha a memória, onde entre outros, este assunto foi também debatido.

Foram apresentadas à Sra. Ministra, diretamente por mim, todos dos nossos argumentos, todas as nossas preocupações relativamente àquilo que não tinha sido ainda satisfeito. Obtive da Sra. Ministra o seu empenho pessoal de reapreciar todas estas situações que nós tivemos oportunidade de colocar.

Obtive também a informação, que todos nós já conhecíamos, de que o diploma estava na Assembleia, não tinha sido votado em plenário, conforme o Deputado Luís Garcia referiu e tinha baixado diretamente às Comissões, à Comissão do Mar, e seria aí uma boa oportunidade para também os Açores poderem

defender, conforme está aqui a ser discutido por todos os partidos, os seus direitos e as suas reivindicações nesse fórum.

Paralelamente a isto, recentemente o Sr. Diretor Regional dos Assuntos do Mar teve também oportunidade de reunir já com o Grupo Parlamentar do PS, muito recentemente na Assembleia da República, onde todos estes assuntos foram também detalhadamente apresentados, apresentadas as nossas preocupações, apresentadas as nossas contestações em cada um dos pontos, relativamente àquilo que colide entre os termos em que o diploma foi elaborado e aquilo que é a legislação regional relativamente a estas matérias, designadamente o Estatuto Político-Administrativo da Região e toda a legislação que regula a nossa intervenção no âmbito da gestão do mar, conforme ficou perfeitamente claro na intervenção da Deputada Isabel Rodrigues. Por isso penso que estão reunidas as condições para que todos unidos em volta desta problemática, com o consenso de todas as forças políticas que se está aqui a formar, poderemos de facto ter sucesso para que o diploma que está em apreciação, possa de facto ser reapreciado, garantindo os interesses da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria registar a importância que reveste o consenso que foi aqui expresso em torno desta iniciativa que é particularmente dirigida a esta Proposta de Lei de Bases que está em discussão na Assembleia da República e pelas implicações que vimos e que todos concordamos que essa proposta tem. É muito importante que esta Assembleia tenha uma posição unânime e que a faça chegar junto dos órgãos de soberania.

De facto como disse o Sr. Deputado Luís Garcia, a nova descida à Comissão na Assembleia da República, é uma oportunidade que o PS entendeu que não poderia ser desperdiçada, de tentarmos interferir diretamente junto da Comissão no sentido da defesa dos interesses da Região.

Se é verdade, como disse também o Sr. Deputado Luís Garcia, que a Sra. Ministra mostrou alguma abertura no debate que houve na generalidade, também é verdade que a Sra. Ministra mostrou-se confiante de que a Proposta de Lei respeitava integralmente os interesses dos Açores e o Estatuto Político-Administrativo.

Aliás, a Sra. Ministra até referiu que tinha consultado o seu gabinete jurídico e que estava tudo em conformidade.

Portanto eu acho que sendo importante a abertura mostrada pela Sra. Ministra, a outra parte das suas declarações recomendam que mostremos à Sra. Ministra que não é assim, que os nossos direitos não estão devidamente acautelados e como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a defesa dos interesses nacionais, nesta matéria, faz-se melhor se forem os Açores a gerir o seu mar.

Faz-se melhor por um conjunto de razões que já foram aqui apresentadas. A verdade é que as autonomias efetivamente acrescentam valor ao Estado. O Estado não tem que ter medo das autonomias e nesta matéria também não.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu, congratulo-me com o consenso que parece que alcançámos e faço votos de que a nossa delegação seja bem-sucedida e de que possamos garantir para os Açores aqueles que são os nossos direitos que correspondem naturalmente aos nossos melhores interesses.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pegava exatamente nas últimas palavras da Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues e juntar-me ao seu desejo e fazer votos para que todos saibamos defender os interesses dos Açores e saibamos defender esses interesses a bem dos açorianos, fazendo valer no continente português a nossa posição geoestratégica no mundo e que o Governo da República perceba que a dimensão atlântica de Portugal só lhe é dada pelos Açores, fundamentalmente.

Tem sido isso que tem sido esquecido ao longo destes anos, até pelo Governo dos Açores.

Portanto, ainda bem que estamos unidos nessa matéria, que vamos todos despídos da farda partidária e vamos todos vestidos de açorianos, ao continente, defender os interesses da nossa terra e das nossas gentes.

Devo também congratular-me com o empenho da Sra. Ministra na defesa dos interesses dos Açores, mas com certeza melhor do que a Sra. Ministra faremos nós a defesa desses interesses.

Já agora aproveitava para colocar uma questão ao Sr. Secretário que me deixou um bocadinho confuso.

Disse V. Exa. que efetivamente reuniu com a Sra. Ministra, que ela disponibilizou o seu empenho pessoal nessa matéria e depois reuniu com o Grupo Parlamentar do PS. Percebi bem?

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Diretor Regional reuniu com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista!

O Orador: Ah o Diretor Regional é que reuniu.

Era interessante também saber se estamos aqui todos imbuídos do espírito açoriano, da alma açoriana, diria eu, por que é que não é esse o espírito do Governo? Ter-se despido também da farda partidária e reunido com os grupos parlamentares. Parece-me que era do mais elementar bom senso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto esta reunião ocorreu há poucos dias entre o Sr. Diretor Regional. Foi uma reunião que ocorreu em Lisboa e naturalmente o Governo está também disposto a reunir com todas as forças partidárias à semelhança deste consenso que se está a gerar nesta Assembleia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está bem, mas por que é que não reuniu com os outros grupos parlamentares dos Açores lá fora?

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Não havendo mais inscrições vamos passar então à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Passamos então para o ponto 17 da nossa Agenda de Reunião **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 35/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que alargue o prazo de audição pública da proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que publicite nos órgãos de comunicação social e promova a auscultação e pronúncia das Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Conselhos de Ilha”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta urgência era quase desnecessária explicar, tal a relevância que tem essa matéria e tal a relevância que seja a mais participada possível por todos.

Essa era a vontade do Sr. Presidente do Governo e era a vontade do PS, ou pelo menos era a vontade aparente do PS e do Governo.

Deputado Francisco César (PS): Não me parece!

O Orador: Era interessante ouvir as assembleias de freguesia, as assembleias municipais e os conselhos de ilha, levando isto o mais junto possível das pessoas, informar as pessoas e divulgar isso maciçamente na comunicação social. É urgente começar a fazer isso. Eu diria quase que era emergente começar a fazer isso.

Pede-se também para estender o prazo, porque como se sabe em junho, as assembleias de freguesia municipais irão reunir.

Portanto era uma boa oportunidade para se dar tempo, para que possam ainda pronunciar-se sobre essa matéria em tempo útil e que se é isso que se pretende de forma genuína, a participação de todos, o maior contributo de todos democráticos, eu acho que deve ser isso que deve ser feito.

Por isso a urgência disto ser aprovada hoje para os devidos órgãos terem a oportunidade de o fazer e para que o Governo também rapidamente comece a publicitar nos órgãos de comunicação social o que pretende fazer.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo mais inscrições vamos passar então à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, passemos para o ponto 18 da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 35/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que alargue o prazo de audição pública da proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que publicite nos órgãos de comunicação social e promova a auscultação e pronúncia das Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Conselhos de Ilha.**

Para apresentar o Projeto de Resolução tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo (registando a ausência do Sr. Secretário da Saúde):

Os açorianos foram confrontados no passado dia 10 de maio com o texto terrível, da terrível proposta do Governo Regional para reestruturar o Serviço Regional de Saúde.

Ficamos a saber também, que o documento vai ser colocado em audição pública.

Todavia, no curto espaço de tempo que mediou entre a apresentação do documento e o dia de hoje, foram já várias as manifestações de repúdio tornadas públicas de vários quadrantes, desde logo pela voz de profissionais de saúde, autarcas, incluindo até autarcas do PS.

As alterações que o XI Governo Regional se propõe efetuar no Serviço Regional de Saúde, conceptualizam uma metamorfose profunda do serviço e do funcionamento do serviço de saúde, tal como o conhecemos, configurando um ataque ao estado social nos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: ... contrariamente àquilo que tão apregoadamente defende o PS e fazendo aqui exatamente o seu contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Perante a extensão e complexidade das alterações propostas é urgente a intervenção deste Parlamento e ainda bem que a urgência foi aprovada, para que se garanta que a revolução que querem fazer no Sistema Regional de Saúde (eu não disse serviço, disse Sistema Regional de Saúde), que o PS quer provocar, seja o mais amplamente debatido pela sociedade civil, pelos profissionais e pelos utentes.

As alterações que são propostas têm implicações mais extensas e profundas para além das unidades de saúde. Tem implicação também na economia das diversas ilhas, sobretudo das mais pequenas, que será afectada, bem como as condições para a fixação da população, para a fixação de quadros diferenciados e para a fixação dos nossos jovens nas ilhas menores.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O PS contraditoriamente tão defensor da autonomia impõe o rácio, esquece-se que vive num arquipélago e que a realidade que nós vivemos é a realidade arquipelágica, que nos dá dimensão à nossa autonomia e não a

dimensão populacional. Não é por isso que somos autónomos, não é pelo nosso rácio populacional, é pela nossa diversidade, pelo mar que nos separa, pelo mar que nos une, pelas nossas ilhas do Corvo a Santa Maria. Não é o rácio de quem vive aqui ou ali, o rácio populacional que caracteriza os Açores e os açorianos. Esse é um erro estratégico, é um erro de futuro, é um erro, é um atentado à autonomia e ao desígnio autonómico. A autonomia fez-se com espírito descentralizador, com o respeito da parcela “ilha” e a prova disso é este Parlamento. É este Parlamento, é o sistema eleitoral que até obriga a que obrigatoriamente cada ilha seja representada.

O que se quer fazer com esta autêntica, terrível e atentada revolução aos direitos ao acesso à saúde, é uma austeridade desnecessária nos Açores, porque não há necessidade, segundo o Governo Regional, é negar a necessidade insular e é um ataque ao acesso aos cuidados de saúde mais elementares, prejudicando sobretudo as ilhas mais pequenas e não tendo em atenção, acima de tudo, aquilo que devia ser há muito tempo, e nunca foi, os cuidados primários de saúde.

Este cenário, que não é sequer de urgência, é de emergência tal a calamidade que o PS quer impor à saúde, é que se atue imediatamente e de modo firme para que sejam ouvidos e esse debate seja o mais alargado possível para que possa efetivamente, se é essa a vontade do PS, sair um documento consensual, porque já das propostas que foram feitas da audição que fizemos, que o Sr. Presidente teve a gentileza de nos convidar, nenhuma foi tida em conta, pelo menos das que o CDS apresentou nenhuma foi tida em conta.

Era interessante perceber o que é que está por detrás disto, quando se poupa com esta reforma. Qual é o objetivo desta reforma, já que sobre a dívida da saúde não há uma única linha no documento? Em que pareceres técnicos e científicos estão fundamentadas algumas alterações (já que também não se percebe como é que se fazem essas alterações)?

Não se percebe como é que por exemplo e dando apenas um exemplo, os cuidados intensivos do Hospital da Horta são extintos, ...

Deputado José San-Bento (PS): Percebe-se!

O Orador: ... tendo o Hospital da Horta um bloco operatório a funcionar e tendo o Hospital da Horta uma maternidade a funcionar (ainda a funcionar).

Deputado Luís Garcia (PSD): É o primeiro passo para acabar!

O Orador: Era interessante perceber a absurda classificação que se faz dos centros de saúde da Região, que conforme a sua proximidade ou distância a um hospital, são classificados em básicos, intermédios e avançados, não se percebendo como é que há básicos que têm determinados serviços e há um avançado que não tem os serviços de um básico.

É uma confusão, é uma manta de retalhos que está ali feita, uma manta de retalhos perigosa que não vai abrigar os açorianos, mas vai provocar-lhes muito calafrio, se for esta a intenção de ser uma reforma a 10 ou a 15 anos, como disse e como manifestou o Sr. Presidente do Governo.

É inconcebível como é que se classifica um centro de saúde, como o de Angra do Heroísmo, como centro de saúde básico. Alguém vai ter que explicar isso, porque não entra na cabeça de ninguém essa classificação e o mais interessante perceber é onde é que se foi buscar essa classificação?

Deputado Francisco César (PS): Candidato do PSD à Câmara Municipal!

O Orador: Onde é que se basearam, quando no continente já vamos muito além disso, muito mais longe do que isso. Com os centros de saúde de terceira geração nós continuamos atrás daquilo que melhor se faz no continente e na Europa.

Essa não é a reforma há 15 anos. No continente já falamos em centros de saúde de terceira geração, que dão prioridade aos cuidados primários de saúde, onde praticamente toda a população agora tem médico de família, devido às unidades de saúde familiares, coisa que não é prevista neste documento. É lamentável para quem quer fazer uma reforma a 10 ou a 15 anos. É um regresso ao pior do passado; é um regresso aos centros de saúde de 70, 71 e 72 de primeira geração. Depois, o Centro Hospitalar dos Açores: essa ideia não é da terra! Essa não é da lua! Essa é bem de Marte, o Centro Hospitalar dos Açores.

Há alturas em que o rácio é importante para determinadas ilhas, precisamos de uma determinada especialidade para a ilha do Faial, mas o rácio é 1 para 300 000. Não pode, fecha-se o serviço.

Mas temos uma especialidade de que o rácio é 1 para 500 000. Não cabe nos Açores, mas faz-se um em Ponta Delgada. Portanto ou há rácio ou não há rácio; há critério ou não há critério.

Depois das duas, uma, relativamente ao CHA (o Centro Hospitalar dos Açores): ou temos a SAUDAÇOR, ou extingue-se a SAUDAÇOR. E a haver uma entidade capaz de gerir os três hospitais, bom, que eu saiba é a SAUDAÇOR que faz os contratos programa com os hospitais; é a SAUDAÇOR que faz as compras; é a SAUDAÇOR que controla os dinheiros.

Portanto este CHA que querem dar aos açorianos vai ser muito amargo, muito amargo para o futuro, e daí os açorianos estarem perfeitamente esclarecidos que vão perder postos de extensão nas freguesias; vão perder médicos nas freguesias; vão deixar de ir às freguesias; ficarão apenas com postos de enfermagem nalgumas delas; alguns postos de enfermagem serão extintos em algumas freguesias. Portanto o que se está a fazer é retirar os cuidados de saúde de proximidade e isso é um erro terrível, porque foi isso que se fez no continente com as unidades de saúde familiar e com os centros de saúde de terceira geração.

Quanto à dívida na SAUDAÇOR dois parágrafos apenas num documento tão vasto.

Qual será a missão da SAUDAÇOR no contexto do CHA?

Isso o Governo também não explica. O Governo não quer explicar.

Aquele documento é um amalgamado de ideias que não se percebe e sobretudo mais grave, de uma gravidade extraordinária, é como se esbanjou dinheiro até agora com o SIS-ARD, como se esbanjou dinheiro pagando a uma empresa externa para elaborar a Carta de Saúde da RAA e este documento faz tábua rasa dessa mesma Carta de Saúde.

Isso é lamentável que tenha acontecido. É lamentável que se tenha esbanjado milhões numa Carta de Saúde e que o Governo agora até contradiga o que vem lá escrito.

Isto para 10 a 15 anos é muito mau!

Depois, para vermos a coerência deste Governo e para vermos a confiança que é preciso termos nas instituições, como é o Governo, como é o Parlamento, como é o PS, como é a política do PS, este é o mesmo governo, são os mesmos que aqui estão hoje que há três anos ...

Deputado Berto Messias (PS): Julgávamos que estava a discutir o alargamento de audição pública!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias não percebo em que é que a minha intervenção o incomoda mas se o incomodar muito eu calo-me ...

Presidente: Sr. Deputado, não entrem em diálogo, por favor.

O Orador: Estava eu a falar de coerência de políticas ...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma interpelação ao Governo Regional sobre o Saúde ou é um projeto de resolução para o alargamento de audição pública?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é liberdade de expressão! Deixe as pessoas falarem!

Presidente: Sr. Deputado, vamos fazer a apresentação do Projeto de Resolução. Tenha a bondade de continuar.

O Orador: Estava eu a falar da confiança que as pessoas devem ter nas políticas de um Governo por isso é fundamental ouvir as assembleias de freguesia, ouvir as assembleias municipais, ouvir os conselhos de ilha e sobretudo divulgar ao máximo nos meios de comunicação social aquilo que pretendem, para não se andar a “vender gato por lebre”, como este Governo variadíssimas vezes fez.

Vou dar apenas um exemplo para as pessoas que estão em casa perceberem isto: este é o mesmo Governo, a mesma maioria, o mesmo partido que há três anos defendia a maternidade no Pico e ofendia quem se opunha a essa maternidade.

Pois esse é o mesmo Governo que hoje usa os mesmos argumentos para dizer que não faz a maternidade no Pico, como fez o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso tenho pena que não esteja aqui hoje para podermos discutir esse assunto.

Por isso proponho que ele seja o mais amplamente divulgado e também proponho que nem toda a gente tem acesso à internet, nem toda a gente tem competências informáticas, que sempre que qualquer cidadão o peça, seja disponibilizado nos postos RIAC esta, a que chamam proposta de futuro de reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

Informar de mais não faz mal, Sr. Presidente, informar de menos, é que é negativo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do CDS-PP, PPM e PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria devo dizer que quando o Governo Regional promoveu a auscultação dos diversos partidos, eu tive oportunidade de entregar uma proposta por escrito. Essa proposta por escrito tem medidas pouco populares.

Quero aqui dizer que não renego nada daquilo que propus no âmbito das audições com o Governo Regional. Há aqui algumas ideias que refletem algumas perspectivas que nós apresentámos e nessas nós não vamos dizer o contrário daquilo que dissemos, vamos assumir a impopularidade que isso significará.

Eu só tenho uma palavra em relação aos compromissos políticos: aquilo que escrevi, aquilo que entregámos, é aquilo que eu assumo e sei que algumas

dessas medidas de racionalização são medidas impopulares, mas estou à disposição para assumir a minha quota de responsabilidade nessa matéria.

Devo dizer no entanto o seguinte: concordo com esta iniciativa do CDS-PP em relação a esta matéria porque a discussão para uma proposta que significa uma modificação muito ampla, muito estrutural do ponto de vista do sistema regional de saúde, deve ser amplamente discutida. Podemos discutir na base de uma sociedade que é pluripartidária, na base de uma sociedade que é pluralista, para que qualquer reforma que venha a ser implementada possa ser uma reforma que foi implementada na base de um consenso o mais alargado possível, para que possa durar, porque as propostas que são elaboradas com base única e exclusivamente num só partido, um partido que pode sair do Governo dali a uns anos, são propostas que não são para o futuro, são propostas única e exclusivamente conjunturais.

No entanto quero deixar hoje aqui uma denúncia de um mau caminho que o Governo Regional está a tomar no que diz respeito a questões específicas, que demonstram que os sacrifícios que se estão a pedir aos açorianos não são para todos.

Vou dar-vos um exemplo: se analisarmos o orçamento para o Centro de Saúde da Ilha do Corvo verificamos este número espantoso: só em prevenções nesse Centro de Saúde estamos a pagar 132 000 euros por ano,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim que poupam! Este não entra! Têm medo!

O Orador: ... que é muito mais que as remunerações de base do pessoal.

Mas isto significa meus senhores que o único médico do Corvo está a receber 14 000 euros por mês. Duas vezes o que o Presidente da República deste país recebe.

Depois, no que diz respeito ao Decreto Regulamentar Regional, nós temos uma acumulação de funções: o médico é também o Presidente do Conselho de Administração, é também o Diretor Clínico, é também o Delegado de Saúde Concelhio, e tudo isto. Portanto soma todas estas remunerações. Todas estas remunerações que são absolutamente escandalosas. Há alguém que receba 14

000 euros? Que receba duas vezes o que o Presidente da República ganha neste país? É o que este médico recebe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um escândalo!

O Orador: Mas vejam bem, nós estamos numa conjuntura tremendamente difícil e estão a pedir sacrifícios a quem ganha 400 euros ou 500 euros ou quem está desempregado, inclusivamente e depois o que verificamos é que mesmo ontem saiu (dia 15 de maio de 2013), uma proposta de alteração do Decreto Regulamentar Regional e o que é que nós temos aqui? Um aumento desta remuneração.

Ou seja, para os cargos que nós temos num Centro de Saúde para um único enfermeiro (que é a mulher do médico) e o médico nós temos: Pessoal dirigente: ...

(Risos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD e do BE)

Isto significa 200 mil euros para o casal ao longo do ano. 220 mil euros é o que estes senhores recebem.

... um Presidente do Conselho de Administração, um vogal executivo, um vogal não executivo, um diretor clínico, um diretor de enfermagem, um delegado de saúde concelhio. Isto para um Centro de Saúde que tem um único médico e uma única enfermeira.

O que acontece, é que não contente com isto, o que o Governo Regional criou (ontem mesmo saiu essa legislação) foi mais um suplemento. Aquilo que era um vogal não executivo, passou a ser um vogal executivo e esse vogal executivo de acordo com o n.º 2 do artigo 11.º diz o seguinte: “o vogal com funções executivas exerce as funções correspondentes em acumulação, ou não, com as respeitantes à respetiva carreira, sendo a sua remuneração acrescida de 10% em relação ao seu respetivo vencimento”.

E os senhores dizem-me assim: bom, vamos ter que passar por sacrifícios!

Eu olho para estes valores que são absolutamente escandalosos que foram aumentados ontem (ontem mesmo) e os senhores dizem-me assim: vamos

distribuir os sacrifícios por todos! Estamos com um enorme problema em relação ao pagamento do Serviço Regional de Saúde e depois temos estes vencimentos absolutamente astronómicos que são aumentados em pleno período de conjuntura, numa conjuntura tremendamente difícil.

Os senhores expliquem-me como é que eu posso apoiar as vossas iniciativas quando eu vejo um conjunto de privilegiados que continuam a aumentar os vencimentos mensais.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Artur Lima, se queria discutir a reforma da saúde tivesse criado um debate de urgência!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício, percebo que todos os partidos estão a apresentar os considerandos para a defesa da sua posição, ...

Deputado Berto Messias (PS): Grande capacidade de perceção, Sra. Presidente!

Presidente: ... mas temos que nos recordar que o que está aqui em causa é um Projeto de Resolução que propõe o adiamento do prazo para a discussão pública, não obstante terem naturalmente que apresentar todos os considerandos que acharem importantes para defenderem a sua posição, mas naturalmente temos que nos centrar naquilo que é o Projeto de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde foi uma preocupação reiterada em diferentes momentos pelo actual Presidente do Governo Regional, assumindo-a como uma das prioridades da sua Governação.

Ela decorre naturalmente da observação objectiva das graves dificuldades por que passa o sector, traduzidas em responsabilidades financeiras superiores a mil milhões de euros, configuradas na falência técnica dos três Hospitais da Região, por sua vez tradutoras de um endividamento bancário e a fornecedores incontrolável, com efeitos sobre os doentes bem conhecidos de todos: falta de material, adiamento de tratamentos, cancelamento de cirurgias.

Esta situação só tem um responsável: os Governos Regionais do Partido Socialista dos últimos 16 anos, que de forma iterativa, vieram negando a situação, à custa de “superavits”, encapotados numa desorçamentação, abnegadamente defendida e propalada pelo actual e Vice-presidente de então.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Apesar do PSD não ter qualquer responsabilidade neste estado de coisas, predispôs-se a colaborar, tendo entregue em devido tempo e quando para isso solicitado, um documento definidor daqueles que consideramos ser os princípios básicos a ter em conta na defesa da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Sempre defendemos que a par de algumas medidas de racionalização do sistema havia um subfinanciamento da saúde – não que isso significasse o “atirar dinheiro para cima dos problemas”, mas antes a consequência das especificidades próprias da prestação de cuidados de saúde nos Açores, tendo em conta as nossas características geográficas, a sua demografia e a evolução técnica da própria ciência médica que determinou um aumento da esperança de vida.

De igual forma nos propusemos a analisar, de forma ponderada, o documento que nos foi entregue no passado dia 10 de Maio sobre a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, como o líder do PSD teve oportunidade de afirmar, estranhando, no entanto, que às suas primeiras afirmações, segundo as quais o documento era omissivo relativamente à forma como se pretendia solucionar a situação da Dívida da Saúde, fosse atacado, de forma agressiva, numa linguagem pouco propiciadora de consensos, por um lado, e por outro, pela mais uma vez negação da realidade do Vice-presidente do Governo, segundo o qual não há problema algum com a dívida da Saúde, que tudo está solucionado e renegociado com a banca – como se essa renegociação nos saísse barata (sabe-se lá os spreads e as taxas de juro aplicadas nessas renegociações, sabendo que a Banca não faz favores a ninguém) – que há só umas dívidas a fornecedores que serão pagas no primeiro semestre. Pura construção de um

mundo virtual a que o Sr. Deputado Berto Messias chamaria de Esquizofrenia Política.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ISTO É, QUANDO O PS E O GOVERNO ESTÃO AFLITOS, APELAM À COLABORAÇÃO. QUANTO O PSD SE PROPÕE ANALISAR E CONTRIBUIR É TRATADO COM QUATRO PEDRAS NA MÃO.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Este não é, no nosso entender, repito, um clima propício ao diálogo e à concertação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A nossa atitude manter-se-á como uma atitude de colaboração e propomo-nos assumir o compromisso de, no tempo que for determinado, apresentar o nosso posicionamento relativamente à proposta de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde que nos foi apresentada, que o mesmo não é dizer que estejamos disponíveis para passar um “Cheque em Branco” ao Governo sobre as propostas que são feitas.

Deputados Duarte Freitas e António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: O documento contém várias propostas nas quais nos revemos, nomeadamente na utilização das novas tecnologias aplicadas à Saúde, como a Telemedicina – na sua componente de teletriagem e teleconsulta – salvaguardando nós – aplicada às Especialidades Médicas em que a Consulta seja realizável pela Telemedicina; à racionalização na deslocação de doentes em função da optimização das capacidades de resposta de cada Unidade de Saúde; à optimização dos períodos de deslocação; à codificação clínica, como forma de cálculo do financiamento à produção; etc., etc.

Há no entanto relativamente a outras temáticas uma inconsistência palpável, nomeadamente na hiperinsuflação, desequilibrada, ao tratamento das matérias relacionadas com a Medicina de Urgência e Emergência relativamente a outras áreas; ao desequilíbrio na forma como se justificam opções nas áreas das Especialidades Hospitalares, identificando-se contradições entre a sustentabilidade que se procura atingir com o sistema e a qualidade dos actos prestados em função da casuística, da especialização e mesmo atitudes contraditórias relativamente a opções tomadas num passado recente, nomeadamente o relativo à construção do Hospital da Ilha Terceira, onde se retira, por exemplo a Cirurgia Vasculuar e a Reumatologia, quando todos nós nos recordamos das palavras do anterior titular da Saúde na Região e da anterior Presidente do Conselho de Administração, Dra. Olga Freitas, segundo os quais o novo Hospital da ilha Terceira era um estímulo fundamental à fixação de novos Especialistas e de novas Especialidades. Afinal agora retiram-lhes Especialidades. Mudam-se os tempos - recentes -, mudam-se as vontades - recentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A geografia e bem, é motivo para se manterem as três Maternidades existentes, mas o mesmo argumento geográfico já não justifica a manutenção de outras Especialidades, cujo resultado técnico, obrigando à deslocação de doentes inter-ilhas.

Na área dos cuidados Primários defenderemos, igualmente, e sempre uma política de proximidade, que tenha em conta a realidade actual: insuficiente cobertura da população pela Medicina Geral e Familiar; as condições socioeconómicas dessas Famílias, que não lhes permite recorrerem à Medicina Privada e que vêm no Sistema Público a sua única porta de entrada.

O documento agora apresentado é omissivo no que ao enquadramento financeiro do Sistema diz respeito, não explicitando a forma como a dívida da Saúde vai ser dirimida; se às Unidades de Saúde lhes vão continuar a ser imputados os Juros das Dívidas Bancárias ou se vão ser imputadas à Saudaçor; plano de

pagamentos a fornecedores, eliminando a aquisição de material a pronto pagamento e retomando a aquisição por concurso a preços mais baixos;

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa de o interromper e naturalmente vou permitir que acabe a sua intervenção, mas quero recordar que não estamos a discutir o documento do Governo, mas o Projeto de Resolução.

Percebo que tenham que fazer um enquadramento sobre a importância que o documento se reveste para justificar o prolongamento da audição pública, mas não nos podemos esquecer que o que estamos a discutir não é o documento apresentado, mas sim o Projeto de Resolução apresentado pelo CDS.

Queria apenas fazer este alerta.

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente, agradeço, mas permita-me que fundamente em mais três parágrafos a justificação pela qual o PSD apoiará a discussão pública mais alargada deste documento.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Esta é uma componente fundamental na definição da sustentabilidade do SRS e é causa e consequência das medidas de reestruturação agora propostas e sobre as quais não há qualquer referência.

De igual forma, a criação de um Centro Hospitalar agregando num único Conselho de Administração a gestão dos três Hospitais, está mal caracterizada no que à interrelação com os outros Hospitais, em termos de gestão diz respeito, não trazendo nada de novo em relação às atribuições que lhes são conferidas. As atribuições de cada um dos CA dos Hospitais actuais, bem como os seus ganhos de gestão, poderão ser concretizadas – com a vantagem de ela ser exercida sob a forma de uma gestão de proximidade - se houver uma linha de estratégia, um rumo bem identificado, uma cadeia de comando e uma liderança por parte da tutela – que tem faltado e muito nos últimos anos – associada ao aproveitamento dos múltiplos administradores intermédios que podem assumir tarefas de gestão junto dos Serviços, na concretização de uma gestão intermédia, possibilitando, como o documento refere e bem, a contratualização interna.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A discussão pública que agora é proposta pelo CDS-PP será também feita pelo PSD criando redes de reflexão e de contributos à discussão que permitam fortalecer as suas convicções.

De igual forma desejamos que o mesmo se faça junto das populações, daí o reforço do apoio a esta proposta aqui apresentada pelo CDS-PP, não deixando de referir que, sendo um Governo Socialista eleito pela maioria dos Açorianos, é a partir da sua posse o Governo de todos os Açorianos, lamentando, por isso, que ao invés do esclarecimento que deveria ser feito de forma institucional, o Sr. Secretário Regional escolha como primeiro momento para esclarecer as pessoas das suas opções, uma iniciativa Partidária, precisamente organizada pelo Partido que suporta o Governo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado José San-Bento (PS): O senhor diz isso e é o responsável pelo PSD de São Miguel!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apresentação desta Proposta de Resolução do CDS-PP vem chamar a atenção para um aspeto que na perspetiva do Governo é essencial e é essencial porque corresponde aliás a um compromisso eleitoral que eu assumi perante os açorianos. Esse compromisso foi que sobre a saúde dos açorianos devem decidir os açorianos e essa proposta surgiu quando havia uma outra proposta para o resgate com a República a propósito do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Portanto aquilo que o Governo fez foi aquilo com que o Governo se comprometeu: apresentar uma proposta para discussão, para debate. Uma proposta que não é de forma nenhuma um texto acabado; uma proposta que tem, acreditamos nós, aspetos positivos ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... uma proposta que, esperamos nós, possa ser melhorada, possa ser aprofundada, possa ser aperfeiçoada com o contributo dos açorianos que quiserem contribuir para este debate.

Deputado Costa Pereira (PSD): Alguns!

O Orador: É por isso que ao colocar em discussão pública este documento, esta proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, corresponde (gostaria de salientá-lo) ao cumprimento de um compromisso eleitoral que assumi perante os açorianos.

Neste caso, como em muitos outros, compromisso assumido, compromisso que está a ser cumprido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a exceção que confirma a regra!

Deputado Luís Garcia (PSD): Nalgumas coisas não é verdade!

O Orador: Em segundo lugar, o espírito com que o Governo se coloca neste debate é efetivamente o espírito (porque acha que lhe compete essa obrigação) de dar um pontapé de saída para a discussão.

Aliás, não foi ainda referido aqui mas o documento está já disponível no portal do Governo, para quem quiser consultá-lo e para além disso não está apenas o documento, estão aqueles que foram todos os contributos apresentados para essa discussão, para que efetivamente quem quiser, de boa-fé, analisar o documento, fazer uma apreciação crítica do documento, possa ver: o Governo propõe isso, o partido tal propôs aquilo, o parceiro social propôs aquele outro.

Portanto, achamos que estamos a cumprir e a cumprir bem – passe a modéstia – esta questão do procedimento da forma de colocar este assunto à discussão.

Além disso no que tem a ver com a matéria objeto desta Proposta de Resolução, que não é uma Proposta de Resolução de pronúncia substantiva da Assembleia Legislativa Regional sobre o documento, mas sim uma questão que recomenda

ao Governo que alargue o prazo de audição pública da proposta, gostaria (julgo eu que não é este o espaço para nesta intervenção contestar, justificar, apresentar os fundamentos que levaram às opções do Governo e que foram criticadas pelas intervenções que me antecederam) ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... de salientar o seguinte: interessa ao Governo – pelo âmbito desta reestruturação que se pretende, por tudo aquilo que já foi dito também pelo Governo, relativamente ao que pretende com esta apreciação – que o assunto seja o mais debatido possível, o mais aprofundado possível.

Este é, não apenas um interesse do Governo, mas é, na leitura do governo, aquilo que interessa aos Açores. Chegar ao momento em que é necessário decidir, é assim natureza das coisas, cá estaremos para decidir, mas interessa que este documento seja devidamente debatido, esclarecido nos seus fundamentos e certamente poderemos não estar todos de acordo.

Recordo uma expressão que utilizei (qualquer coisa parecido): chegar ou não chegar ao consenso não é algo que nós possamos objetivamente assumir um compromisso, mas há um compromisso que podemos assumir e é esse que o governo está a assumir e está a cumprir: fazer tudo para que seja possível chegar a esse consenso.

É por isso que já hoje, por iniciativa do PS, do Secretariado de Ilha de S. Miguel do PS, decorre uma sessão de esclarecimento no concelho da Ribeira Grande, como decorrerão outras, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pensei que era para o ouvir!

O Orador: ... como o Governo faz tensões de esclarecer em todos os fóruns, sejam eles institucionais, informais, partidários, faz questão de dar a entender as suas perspetivas.

É também por isso que o Governo considera essencial que esta Assembleia se pronuncie, não sobre essa forma regimental, mas que se pronuncie quanto à questão de substância, à questão de fundo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É esta a seriedade com que este Governo encara este assunto.

Por isso posso anunciar que o Governo ao artigo do artigo 187º. do Regimento desta Assembleia, proporá à Assembleia um debate, por iniciativa do Governo Regional, para debater e esclarecer exatamente este documento.

Portanto interessa-nos que o assunto seja debatido. Não temos receio daquilo que é o debate sobre esse assunto. Achamos que esta Assembleia deve ter oportunidade de se pronunciar em termos de substância e não de fuga em relação a esta matéria e é por isso que por iniciativa do Governo posso anunciar que nos termos regimentais propomos um debate sobre essa proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria! O pior é que algumas pessoas não falam no debate!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente aos termos concretos e substantivos da Proposta de Resolução, o governo considera perfeitamente adequado o que consta do ponto 1 dessa Proposta de Resolução, ou seja o alargamento do período de debate para 60 dias.

O Governo considera que os pontos 2, 3 e 4, para além daquilo eu já referi anteriormente, o documento está disponível no portal do Governo, ou seja em qualquer posto da RIAC estará acessível ou em qualquer junta de freguesia. Há um aspecto que deve ser ainda clarificado que é permitir que no portal do Governo seja possível apresentar contributos. Esse aspecto ainda não está clarificado mas estará a curto prazo portanto não vemos razões, quer por aquilo que isso implica de alteração concreta, ou seja o alargamento do prazo de 30 para 60 dias, quer naquilo que nesta Resolução constitui uma chamada de atenção para até as próprias assembleias de freguesia, as juntas de freguesia, as câmaras municipais, assembleias municipais, concelhos de ilha, se pronunciem.

Este debate também já permitiu esclarecer onde é que o documento está disponível e obviamente que o Governo tem todo o interesse, quando solicitado para isso, em disponibilizar sobre outro formato o documento.

Achamos que esta Proposta de Resolução, na perspectiva do Governo obviamente, faz todo o sentido para chamar a atenção para a importância deste debate e para a importância desta discussão.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Presidente.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A reestruturação do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores é impreterível e imperioso para manter a qualidade e a segurança dos cuidados prestados aos açorianos e às açorianas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que devemos levar a cabo transformações que reforçam a importância do Sistema Regional de Saúde e tenciona criar melhores oportunidades diferenciadas na estrutura e na prestação de bens e serviços, requerendo com responsabilidade uma abordagem sistemática das políticas públicas e de sua formulação.

As políticas públicas do Governo Regional dos Açores comunicam objetivos, meios, estratégias e regras para a tomada de decisões utilizadas na administração pública e na legislação.

O maior número de contributos, o maior número de pessoas bem informadas são imprescindíveis para uma boa reforma e uma reestruturação consistente num sector tão importante para as pessoas como é a Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está preparado para receber e aceitar as ideias e as sugestões inteligentes, realistas e exequíveis para melhorar o documento e é isto que tem feito e irá sempre fazer com a determinação que lhe é merecidamente atribuída.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, também, está preparado para rejeitar as propostas demagógicas, despropositadas e umbilicais porque foi esta responsabilidade e incumbência que os açorianos e as açorianas legitimaram e atribuíram nas últimas eleições Legislativas Regionais de Outubro último.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor Presidente do Governo diz uma coisa, o senhor diz outra!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): O senhor Presidente do Governo não disse isso!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor Presidente do Governo caminha num sentido, o senhor caminho noutro!

O Orador: Estou a falar pelo Grupo Parlamentar do PS.

Todos sabemos da importância e da necessidade da reestruturação do Serviço Regional da Saúde da Região Autónoma dos Açores, sabemos das positividade que o documento contém todavia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sabe e pensa que é necessário limar algumas arestas para servir ainda melhor as crianças, os adultos e os idosos dos Açores.

O que importa, única e exclusivamente, para os Deputados do Partido Socialista é a elevação da qualidade de vida dos Açorianos e das Açorianas.

Este documento é de tal forma importante que o Governo Regional dos Açores teve, sempre, o cuidado de envolver todas as sensibilidades políticas e sociais, de o considerar aberto e dinâmico e reservou um tempo para a sua discussão pública.

Alargar o período de audição pública, promover a divulgação, explicar as medidas previstas, recepcionar os contributos de todos, disponibilizar o documento a todas as pessoas e promover e envolver as autarquias locais e aos conselhos de ilha são propósitos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda porque entende que será uma mais-valia para a consistência do

documento que trará, certamente, uma melhoria substancial do Serviço Regional da Saúde da Região Autónoma dos Açores.

Os valores do Partido Socialista do direito à saúde, à universalidade, à solidariedade, à equidade, à dignidade, ao desenvolvimento sustentável e à governabilidade democrática serão, sempre, cumpridos.

Os princípios do Partido Socialista da eficiência, eficácia, qualidade, participação/controlo social, integridade da assistência, interculturalidade, descentralização e transparência serão sempre tidos em conta.

O trabalho em rede, com a sociedade civil organizada, exige que o planeamento das ações em saúde, esteja mais vinculado às necessidades percebidas e vivenciadas pela população nas diferentes localidades e, concomitantemente, garante a sustentabilidade dos processos de intervenção nos determinantes e condicionantes de saúde.

O compromisso de superar todas as formas de desigualdade e discriminação (regionais, sociais, étnicas e de género e outras) é um dos princípios básicos do Partido Socialista e deve orientar todos os seus aspectos, todas as suas escolhas e prioridades.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer um Serviço Regional de Saúde de todos e para todos, moderno, com segurança e com qualidade.

A população dos Açores, especialmente, os utentes do Serviço Regional de Saúde sabem que o Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores estão sempre na disposição de fazer tudo o que for possível, para manter e melhorar o bem-estar de todos os açorianos e das pessoas que escolheram as nossas estimadas ilhas para viver.

Disse.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à necessidade de reestruturação, ao Projeto que está à discussão pública, a Representação Parlamentar do PCP considera que ela de facto deve

ter um debate o mais alargado possível, o mais participado possível e portanto damos o nosso total e inequívoco apoio ao Projeto de Resolução que foi apresentado pelo CDS-PP e que visa alargar o prazo da discussão pública da proposta que o Governo colocou para conhecimento e discussão pública.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos às 18 horas e 15 minutos.

Eram 17 horas e 58 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 18 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto 19 da nossa Agenda da Reunião - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 36/X – “Frente Comum em defesa da Universidade dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Como não se vai justificar a urgência penso não haver intervenções.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Pergunto ao PS se vai haver a apresentação do **Projeto de Resolução n.º 36/X** – “**Frente Comum em defesa da Universidade dos Açores**”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para apresentação do Projeto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gosto da designação: marxista, estalinista...

Só por isso vão ter o meu apoio!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias está no uso da palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apresentamos agora em sede de Plenário uma proposta sobre uma matéria, é justo reconhecê-lo e é preciso dizê-lo, que já foi alvo também de preocupação, de intervenções...

Deputada Zuraída Soares (BE): E de iniciativas aqui neste Parlamento por parte de vários partidos. Recordo-me do CDS, do BE, do PPM, enfim...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E esqueceu-se do PCP!

O Orador: Do PCP, com certeza também, não me recordo mas terá tido também intervenção nessas matérias.

... e que prevê sobretudo afirmar e reforçar politicamente, até se quisermos, a importância da Universidade dos Açores para a nossa Região.

Tendo em conta, e esse é um dos motivos pelo qual surgiu esta proposta, várias notícias de alguns problemas financeiros e orçamentais da própria Universidade dos Açores, tendo em conta também algumas notícias relacionadas com possíveis e alegadas alterações estatutárias da Universidade dos Açores, entendemos criar e começar um conjunto de reuniões e de visitas aos vários campos da Universidade dos Açores, de forma a que fosse possível trazer aqui também, no culminar desse processo na região, uma proposta que realce a importância que tem a Universidade dos Açores.

Afirmo a importância que sempre teve, e terá com certeza, a Universidade para o desenvolvimento da nossa Região.

Também aquilo que se pretende é que desta tomada de posição neste Parlamento, possa resultar um eco a nível nacional, junto dos nossos órgãos de soberania.

Portanto, pretende-se com esta proposta, daí também o título deste Projeto de Resolução, materializar uma frente comum de defesa da Universidade dos Açores.

É inquestionável. Ninguém pode negar a importância que tem uma instituição de ensino superior para o desenvolvimento dos Açores. Julgo que os Açores tem muito a ganhar com uma Universidade forte, com uma Universidade que seja um efetivo contribuinte para o desenvolvimento dos Açores e para um desenvolvimento que se quer não apenas tripolar mas sim multipolar e descentralizado.

Só fará sentido falar da Universidade dos Açores, se essa Universidade servir efetivamente todas as ilhas dos Açores, servir o desenvolvimento de toda a RAA e também, por que não dizê-lo, se essa Universidade for útil também para o nosso País e eu acredito que a Universidade dos Açores pode também ter um papel importante, não só para o desenvolvimento da nossa Região, mas também é preciso reconhecê-lo, para o desenvolvimento do nosso País.

Como se sabe a Universidade dos Açores tem também desenvolvido um trabalho muito meritório, um trabalho relevante, quer na agropecuária, quer também nas pescas e no mar.

Nesse âmbito parece-me que temos aqui dois argumentos muito relevantes também para afirmar a importância que tem a Universidade dos Açores fora dos Açores, em Portugal continental e também junto dos nossos órgãos de soberania.

Sabemos que agora está na hora defender a implementação rápida de medidas de apoio ao setor primário; sabemos que está agora na moda do nosso País o reforço da importância do setor primário e nesse âmbito pode isto significar aqui uma mudança de paradigma importante na defesa e na afirmação da Universidade dos Açores, também no nosso País, tendo em conta o *know how*

que existe hoje na Universidade dos Açores, quer no âmbito da agropecuária, quer também no âmbito das pescas e do mar.

Neste período legislativo foram já discutidas duas propostas, uma do PSD e uma do PS no âmbito das nossas preocupações referentes à Lei de Bases da Gestão e de Ordenamento do Espaço Marítimo. O PPM e o BE já aqui trouxeram, nesta sessão legislativa, preocupações com as questões do mar e também aqui a Universidade dos Açores pode continuar a reforçar a importância que pode ter nessa matéria, volto a dizer não só para a RAA, mas também para o nosso País.

Esta questão de afirmação da Universidade dos Açores e da sua importância não só para a nossa Região, mas também para todo o País, pode ser uma mudança de paradigma importante que julgo ser pertinente defender.

A Universidade dos Açores é por isso importante e todos devem estar comprometidos com isso.

O Governo da República, entidade como se sabe e como consta da nossa Constituição e dos instrumentos legais que enquadram o financiamento do ensino superior, é o principal financiador da Universidade dos Açores.

Também o Governo dos Açores deve continuar a apoiar a Universidade dos Açores e a desenvolver parcerias e projetos que possam não só ajudar financeiramente a Universidade dos Açores, mas também daí retirar retorno para o desenvolvimento da nossa Região.

A própria sociedade açoriana e todos os açorianos devem perceber isso e respeitar isso.

Por outro lado, não queremos com esta proposta de forma nenhuma ultrapassar aquelas que são as fronteiras que respeitamos no âmbito da autonomia das instituições, mas julgo que é legítimo afirmar no Parlamento dos Açores, que é também necessário que os corpos que compõem a Universidade dos Açores (o corpo docente, o corpo de funcionários não docentes, o corpo discente e os alunos) tenham também consciência da importância e da necessidade da Universidade dos Açores se adaptar à normal evolução dos tempos e da Universidade dos Açores, estar também pronta para os novos desafios que tem

pela frente. Podemos ter reuniões quer no Departamento de Oceanografia e Pescas, quer no Campus de Angra do Heroísmo, quer também na reitoria, em S. Miguel.

Não tenho dúvidas que tendo em conta aquilo que ouvimos, apesar dos constrangimentos que são hoje evidentes, quem dirige a nossa Universidade hoje está disponível para isso e está naturalmente consciente dos desafios que tem pela frente.

Nesta matéria, e é por isso que reforço e realço a importância de todos estarem comprometidos com esta tarefa, é importante que todos possam contribuir também para a credibilidade da Universidade dos Açores.

Nenhuma instituição desde logo, mas sobretudo uma instituição de ensino superior, não pode estar constantemente com notícias de dificuldades financeiras, de profundos desequilíbrios estruturais, de notícias que não abonam em nada à credibilização e à credibilidade dessa instituição.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É o caso de algumas IPSS!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o caso da saúde!

O Orador: Estou certo que estão todos mobilizados para contribuir para esse fim, porque não tenho a mínima dúvida que o fim da Universidade dos Açores ou uma Universidade dos Açores fraca, será uma machadada tremenda e enorme para o desenvolvimento a médio prazo da nossa Região.

É por isso que entendemos trazer aqui esta proposta, que entendemos trazer ao nosso Parlamento este Projeto de Resolução que recomenda, por um lado ao Governo da República que assuma as suas responsabilidades e encare a importância da Universidade dos Açores e as suas especificidades relativamente ao presente e ao futuro da Universidade dos Açores, como uma instituição central no desenvolvimento da nossa Região e do País, tendo em conta as suas especificidades e localização numa Região arquipelágica territorialmente dispersa, com os custos inerentes a essa dispersão e em consequência garanta o financiamento condicente com essas especificidades.

Recomenda também ao recém-empossado conselho geral, bem como a todos os demais órgãos da Universidade dos Açores, que no exercício das suas

competências e responsabilidades tenham sempre garantida a essencialidade para os Açores da sua academia nas suas vertentes de ensino e investigação que devem ser executadas de forma descentralizada e multipolar em respeito pela nossa história e geografia.

Recomenda também e apela ao Sr. Presidente da República que, através da sua ação política e no desempenho das suas funções, contribua para que a Universidade dos Açores continue a ser uma instituição fundamental para o desenvolvimento socioeconómico da Região e reconheça também o papel essencial desta, para afirmação de Portugal, particularmente em matérias tão relevantes como a agricultura, as pescas e o mar.

Como se sabe o Sr. Presidente da República tem tido várias intervenções públicas, precisamente sobre estas matérias e sobre a importância destas matérias para o futuro a médio prazo e para a visão estratégica que se impõe de médio prazo ao nosso País.

Portanto parece-nos que nesta matéria é fundamental um consenso alargado neste Parlamento, sem prejuízo das divergências normais e saudáveis que possamos ter e também numa perspetiva num momento de crise em que vivemos, como se sabe, num momento de constrangimentos, num momento de intervenção externa no nosso País.

Parece-me que é também importante não permitir que a crise sirva de desculpa para tudo, não permitir que se possa impor no Terreiro do Paço ou em Lisboa uma perspetiva de nos asfixiar financeiramente para nos condicionar politicamente.

Todos têm a obrigação de contrariar esse facto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que querem fazer aos órgãos de comunicação social, é?

O Orador: É sabido por todos nesta casa que em Lisboa, em todos os partidos, também no PS, temos ainda muitos dirigentes e pessoas com responsabilidades a nível nacional que não percebem nem respeitam as nossas especificidades e as dificuldades de se viver numa Região com as nossas características.

Portanto, também nós temos todos que continuar a fazer essa pedagogia para que a crise não sirva de desculpa para tudo e para que a crise não sirva de tentativas de desresponsabilização daquelas que são as responsabilidades (permitam-me o pleonasma) do estado na nossa Região.

Portanto, todos devem estar comprometidos com esta perspetiva em defesa da nossa Universidade.

O PS, naturalmente, junto dos seus colegas na República, tentará fazer esse trabalho. Este Grupo Parlamentar estará disponível para continuar a promover um amplo debate público na nossa Região e contribuir para o reforço da importância da nossa Universidade, porque, volto a dizer, julgo que a Universidade dos Açores deve continuar a ter um papel determinante para o desenvolvimento da nossa Região.

Estou certo que sem prejuízo de divergências que naturalmente possamos ter, e teremos com certeza, todos devem fazer este trabalho junto dos seus colegas a nível nacional.

Disse.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução porque é um tema importante para os Açores e o PSD considera que este é um tema de interesse regional, é um tema fundamental para os açorianos e para todos os açorianos.

O PSD reconhece o interesse regional nesta matéria, como em outras matérias, é coerente, como na Lei das Finanças Regionais, na defesa dos nossos fundos marinhos ou no pagamento do subsídio de férias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Reconhece o interesse regional, venha ele de onde vier, neste caso vem do PS. Nós não temos preconceitos partidários. Acima dos partidos está os Açores, estão os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este é o nosso princípio e esta é de facto a nossa função neste Parlamento em reconhecer os assuntos regionais.

Primeiro, os Açores e estamos aqui para isso.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É pena que o Governo não pense assim!

O Orador: Nós não atiramos para o ar, nós não atiramos para a frente, simplesmente debatemos os assuntos, debatemos os temas, quando assim é preciso e no momento em que os açorianos precisam.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD considera também que a Universidade dos Açores é uma academia que deve continuar a existir nos moldes que existe, deve continuar a ser, principal e fundamentalmente, açoriana, que seja uma academia das nove ilhas dos Açores e que reconheça as nove ilhas dos Açores, embora esteja distribuída em três campos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Fiquei satisfeito por o Sr. Deputado Berto Messias ter visitado os campis. Visitou cada campo e visitou também os campi.

É bom que a Universidade dos Açores reconheça a qualificação açoriana e é bom que continue a suportar a nossa autonomia. A nossa autonomia é suportada e os nossos maiores defensores e fundadores da autonomia foram formados na Universidade dos Açores. Ela teve um papel fundamental, no início da autonomia, no desenvolvimento da autonomia e como sistema de progresso de qualificação e de afirmação da nossa autonomia.

O Sr. Deputado Berto Messias disse, e muito bem, ...

Deputado Berto Messias (PS): Como sempre!

O Orador: ... que todos devem estar comprometidos com a academia. Todos devem estar comprometidos com este Projeto de Resolução e com a existência da nossa Universidade dos Açores, porque se trata da nossa Universidade dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Faça lá a ponte com o Governo!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se estiverem todos comprometidos, basta!

O Orador: Quando se fala em todos é preciso que o Governo Regional tenha essa responsabilidade de também estar comprometido.

O Projeto de Resolução faz referência a três situações que importa centrar na Região: uma delas é a afirmação da tripolaridade.

Ora, todos estamos de acordo que a tripolaridade, a função multipolar da Universidade é para manter, mas também é preciso não esquecer que o mau exemplo veio do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso não esquecer que a proposta do Plano e Orçamento para 2013, propunha uma redução de 27% do montante de apoio à tripolaridade dos Açores, um mau exemplo que se quer dar a Lisboa, ou seja, se é o Governo Regional o próprio a diminuir os apoios à Universidade, então nós estamos a transmitir uma mensagem de mau exemplo relativamente ao Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Felizmente, esta câmara não permitiu que assim fosse, não se atingiu a Proposta do PSD que coincidia com a vontade da instituição, ou seja, com a vontade da academia, mas felizmente aumentou.

Efetivamente a tripolaridade para o Governo Regional não era uma função, não era algo que pudesse ser relevante para a manutenção desta academia em três ilhas.

Por outro lado, o Projeto de Resolução também faz referência, e muito bem, à investigação. Não pode existir uma academia, não pode existir uma casa da formação, se não estiver associado uma componente de investigação muito forte, porque nós somos ricos em áreas onde se pode apostar na investigação e podemos até ter vários produtos que possamos vender como ciência a outras regiões.

É impensável que uma Região que tem por base, por exemplo, a agropecuária, não esteja a vender ciência para outras regiões.

Mas em termos de investigação também a responsabilidade recai outra vez sobre o Governo Regional.

Nós não podemos esquecer que a esta altura do ano ainda não estão abertas as candidaturas para a divulgação da ciência, para a formação do âmbito da ciência, para bolsas de doutoramento ou para bolsas de pós doutoramento.

Portanto, aquilo que se pergunta é se efetivamente este atraso significa alguma reestruturação, significa cortes, significa simplesmente uma inexistência dessas candidatura à investigação? Este atraso significa o quê?

De maus exemplos nós estamos cheios. A questão das bolsas em que se criou uma expectativa elevada à comunidade científica no ano transato, em que se aumentou o número de bolsas de investigação, para três ou quatro meses depois haver uma tentativa de cortar nas bolsas a vários níveis.

Portanto, há essa responsabilidade do Governo Regional também sobre a nossa academia.

É verdade que a Universidade dos Açores se depara com um problema de financiamento, mas é um problema que tem história, uma história longa, é um problema que tem barbas, é um problema que não se cinge só a este Governo da República, mas também é da responsabilidade deste Governo da República, ou seja este Governo da República tem responsabilidade sobre o financiamento e manutenção da nossa academia e nós aí reconhecemos, aplaudimos e afirmamos juntamente, quando aprovamos esse Projeto de Resolução.

Mas é preciso saber onde estava o Governo PS. Onde estavam os Deputados do PS quando o Governo da República era da responsabilidade dos governos socialista e não afirmaram esta vontade, remeteram-se ao silêncio. É isto que é preciso saber.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mais uma vez as questões partidárias foram sobrepostas pelas questões do interesse regional, neste caso a nossa academia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Finalmente, há algo aqui que eu não compreendo e gostava de compreender, por parte da bancada do Governo.

Deputado Francisco Coelho (PS): Há várias coisas!

O Orador: Não sei como é que este governo defende a Universidade dos Açores, tal e qual como ela existe no seu conteúdo, nos seus métodos, na forma multipolar, se há membros do Governo que acham que isso não deve ser assim, que a Universidade dos Açores devia ser reestruturada, que a Universidade dos Açores não devia ter os cursos que tem.

Portanto é bom que o Governo não sofra de uma dupla personalidade.

Deputados Bruno Belo e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: É bom que o Governo esclareça efetivamente qual é a sua posição sobre a Universidade dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é o membro do Governo?

O Orador: O Governo não pode dizer uma coisa antes e outra depois, tem que ser coerente.

Portanto a bancada do PSD quer neste momento que o Governo Regional esclareça qual a sua posição efetiva sobre esta academia açoriana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Vai fazer aqui uma apologia ao candidato que apoia à câmara municipal!

O Orador: Srs. Deputados do PS, apresentam-nos aqui um Projeto de Resolução que tem o seguinte título: “Frente Comum em defesa da Universidade dos Açores”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o senhor não gosta do nome?

O Orador: O primeiro comentário que tenho a fazer a isto é: Bem-vindos à frente comum que os senhores até agora andaram fugidios.

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente! Eram os únicos que faltava!

O Orador: Bem-vindos à frente comum de toda esta oposição que se uniu aqui em defesa da Universidade dos Açores e que os senhores estiveram contra rejeitando todos os projetos e propostas que esta oposição fez.

Portanto, bem-vindos à frente comum onde os senhores estavam auto excluídos pela vossa arrogância e prepotência.

De seguida, Srs. Deputados do PS, não basta isto, não basta um conjunto de intenções. É preciso que o conjunto de intenções se materialize em ações e é isto que os senhores nunca fizeram, quer na proposta do euro investido, que era a grande revolução, a grande proposta de campanha eleitoral, que até hoje não deu um tostão à Universidade dos Açores, que era a proposta de Vasco Cordeiro e do candidato a Governo do PS.

Essa é que é a verdade Srs. Deputados e o que aconteceu é que os senhores aqui vêm falar de tripolaridade, mas os senhores foram contra essa tripolaridade quando foi preciso financiar essa tripolaridade para o desenvolvimento dos Açores e para a sustentabilidade da Universidade dos Açores.

Apresentamos aqui no Plano e Orçamento uma proposta para reforçar em 250 mil euros a tripolaridade da Universidade dos Açores.

Os senhores sabem como é que votaram? Votaram contra, borrifando-se para a tripolaridade da Universidade dos Açores...

Deputado Berto Messias (PS): Oh senhor, a sua estava prejudicada pela do PCP!

Como diz o senhor: seja sério!

A sua proposta foi prejudicada pela votação da proposta do PCP!

O Orador: ... e vêm hoje outra vez com mais um conjunto de intenções.

Sr. Deputado Berto Messias, também propusemos aqui 500 mil euros ...

Deputado Francisco César (PS): 500 mil euros?!

O Orador: ... para pagamento de propinas aos estudantes que não podem pagar. 500 mil euros, sim senhor, Sr. Deputado Francisco César, que os senhores rejeitaram, chumbaram.

Deputado Francisco César (PS): E fizemos muito bem!

O Orador: Os senhores apoiam o estado social, apoiam os desempregados ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dizem!

O Orador: ... mas as famílias que têm filhos a estudar e não podem pagar as propinas, os senhores abandonaram-nas. Essa dívida à Universidade dos Açores era de cerca de 700 mil euros e o vosso contributo foi nenhum, sobre essa matéria. Os senhores não quiseram.

Deputado Francisco César (PS): O vosso partido abandonou a Universidade dos Açores!

O Orador: Portanto bem-vindos à frente comum! Bem-vindos a esta frente comum de defesa da Universidade dos Açores!

Apresentámos aqui um Projeto de Resolução que recomendava que os senhores encomendassem à Universidade dos Açores um estudo para a realização técnico-científica sobre o fim do regime das quotas leiteira e os senhores sabem o que é que fizeram? Chumbaram o Projeto de Resolução. Mas sabem para quê? Para entregarem a uma empresa privada, a uma empresa privada de camaradas socialistas.

A Universidade dos Açores para os senhores foi chumbo, chumbo e mais chumbo e agora vêm com a frente comum. Pois bem-vindos à frente comum.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que querem fechar a Universidade dos Açores!

O Orador: Mas vindo com a frente comum os senhores esquecem-se de pôr aqui qual é o papel e a responsabilidade do Governo Regional dos Açores. Aqui não se refere nenhuma recomendação ao Governo Regional dos Açores, mas não resistem à tentação, que eu acho lamentável, de se ingerirem nos destinos da Universidade, com este ponto 2, ao recomendarem ao Conselho Geral (fazerem recomendações a um Conselho Geral) intrometendo-se na autonomia universitária. Isso é que é grave e é isso que os senhores querem tentar fazer e controlar tudo e todos.

Deputado Francisco César (PS): O senhor fala sempre assim!

O Orador: Nem a Universidade os senhores conseguem deixar de fora, Sr. Deputado Francisco César.

Mais, os senhores vêm aqui falar da descentralização. Descentralização quando vos dá jeito...

Deputado Francisco César (PS): O senhor deu cabo da universidade!

O Orador: ... porque quando não vos dá jeito os senhores são os maiores centralistas que a autonomia já conheceu dessa bancada e desse Governo e a prática é todos os dias.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: Quem defendia a descentralização da Universidade dos Açores? Quem?

É essa a pergunta que os senhores têm que fazer.

Deputado Francisco César (PS): O seu problema é as coligações que o senhor anda a fazer!

O Orador: É essa a resposta que os senhores têm que dar. Os senhores aqui vêm branquear com este Projeto de Resolução a atividade do Governo Regional, branquear a atividade do Governo Regional, que até ao ano passado fizeram uma manobra (mais uma vez eleitoral) pagando o que deviam à Universidade dos Açores da dívida do Campus de Angra, mais de um milhão de euros e depois só sob segunda acusação, e desta vez dos órgãos da Universidade, é que os senhores pagaram.

Deputado Berto Messias (PS): Mas pagámos ou não pagámos?

O Orador: Contudo, nós vamos votar favoravelmente este Projeto de Resolução, mas vamos votar porque os senhores juntaram-se à frente comum que já existe nesta casa há tempos, já defende a academia há tempos e os senhores a única coisa que lhe deram até hoje, foi chumbo.

Os senhores o que vêm propor aqui hoje é um conjunto de ações, mas mesmo assim nós marcamos a diferença.

É um conjunto de intenções, mas marcamos a diferença, para que se materializem ações e os senhores irão continuar a ter desta bancada, propostas, porque o estudo sobre as quotas leiteiras foi entregue, como disse, a uma empresa privada de camarada.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à iniciativa que estamos a apreciar e a discutir, a Representação Parlamentar do PCP não teria muito a dizer. Tratava-se aqui de uma frente comum e nós certamente que iríamos apoiar esta frente comum.

Mas face à forma empolgada, apaixonada como o assunto tem vindo a ser tratado, quer pela bancada PS, do PSD e agora do CDS, julguei também que devia dar aqui algum contributo a esta discussão.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César).

O Orador: Esteja descansado Sr. Deputado, eu não lhe vou sussurrar ao ouvido.

Deputado Francisco César (PS): Também não queria!

O Orador: De facto a Universidade dos Açores atravessa sérias e graves dificuldades. Mas será que é só a Universidade dos Açores? Será que não é a universidade pública portuguesa que está a atravessar graves problemas?

É certamente a universidade portuguesa que está a atravessar graves dificuldades.

É evidente que com as características que a nossa Universidade tem, designadamente as questões da tripolaridade, para além de outras, a questão aqui é ainda mais gravosa, mas é importante perceber onde é que está a origem do problema e a origem do problema está em quem alterou o regime jurídico da universidade portuguesa e na alteração da Lei de Financiamento do Ensino Superior.

O grande problema reside aí. Quem é o responsável? É um governo do PS. É um governo de José Sócrates.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): José Sócrates!

O Orador: Portanto é bom que não nos esqueçamos disto. Estamos de acordo, vamos fazer esta frente, vamos defender a Universidade dos Açores. Certos até,

que quando estivermos a defender a Universidade dos Açores, estamos a defender a universidade portuguesa. Mas é bom que não se branqueie a história e a história é esta: foi o PS, com o governo de José de Sócrates, que fez a alteração do regime jurídico da universidade portuguesa, da Lei de Financiamento e que colocou os estudantes numa situação de serem incapazes de pagar as propinas. Isto para além de muitas outras questões.

Na RAA, também já foi aqui lembrado, e muito bem, que este governo do PS quer liquidar uma parte substantiva daquilo que é a actividade da Universidade dos Açores, designadamente com as alterações que quer fazer aos bolseiros de investigação científica.

Portanto, estamos sim senhor. Estamos nesta frente comum, mas também é importante que se diga aqui que esta responsabilidade e que onde nós chegámos, este caminho percorrido, teve origem nas alterações que foram feitas pelo governo do PS, por José Sócrates.

Por isso, é que esta universidade, a nossa Universidade está a atravessar as dificuldades que atravessa, mas é toda a universidade portuguesa que está a atravessar essa dificuldade.

Disse.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): E disse muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor merece o Governo da República que temos!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer, já à partida, se os Srs. Deputados do PS me deixarem fazer a intervenção, que voto a favor, mas quero fazer quatro ou cinco observações.

A primeira é que se querem que um Parlamento, constituído por forças de centro de direita e forças de esquerda, vote um documento, cria logo uma dificuldade adicional. A ideologia existe, as diferenças ideológicas, a história das ideias políticas dos diversos partidos e o posicionamento político. Chamar

Frente Comum em Defesa da Universidade dos Açores, meus senhores eu não me sinto bem neste vocabulário, porque eu não sou frentista. Frentista é a esquerda.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É preconceito seu!

O Orador: Portanto, nesse sentido os senhores desenham aqui um fato em termos de conceito ideológico, que é difícil de vestir. Mas pronto, eu pelos Açores faço tudo.

Eu entro nesta frente comum pelos Açores, mas também pelo seguinte: os senhores não são atualmente um partido frentista e também assinam este documento, porque se não, não queriam privatizar a EDA, ou não tinham a posição que tiveram e manifestaram em relação ao pagamento dos subsídios.

Portanto os senhores neste momento se podem estar numa frente comum, eu também posso. Se os senhores estão, eu também estou.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do BE)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Devo dizer-vos também que os diversos colegas já aqui referenciaram alguns problemas: um dos problemas, como sabem, é que não se pode apresentar propostas de alteração aos Projetos de Resolução.

O ponto nº. 2 deste Projeto de Resolução: “Recomenda ao recém-empossado Conselho Geral...”. Eu penso que é uma má prática como bem referenciou o Sr. Deputado Artur Lima, porque a autonomia universitária é sagrada. Todas as ditaduras, todos os regimes que de alguma forma não respeitam a autonomia universitária, são um mau caminho e ainda por cima temos o posicionamento que é proposto, que é de facto o posicionamento da autonomia política.

Eu considero que nós não nos devemos imiscuir na autonomia universitária. É uma má prática embora as ideias eu até as subscreva.

Eu considero que as universidades devem continuar a usufruir de total autonomia do ponto de vista daquela que é a sua construção organizacional, do

ponto de vista daquela que é a sua organização ao nível dos cursos, dos conceitos. A autonomia universitária é sagrada nos sistemas democráticos e penso que este ponto número 2 vulnerabiliza esta proposta.

Mas mesmo assim continuo a votar a favor, exatamente porque não a posso alterar, a proposta é vossa, mas estou de acordo com tudo o resto, estou de acordo com o restante posicionamento.

Terceiro e último ponto Sra. Presidente, é de facto a prática do PS em relação a estas questões.

A autonomia dos Açores, a nossa capacidade do ponto de vista orçamental, a nossa capacidade do ponto de vista logística, também nos permitia ter dado uma ajuda suplementar à Universidade dos Açores em determinadas questões.

Sempre que esta questão foi colocada o PS teve muitas resistências e acabou por inviabilizar algumas propostas da oposição nesse sentido.

Se a situação é dramática não podemos, tendo em conta aqueles que são os nossos recursos, as nossas próprias responsabilidades e também o nosso interesse estratégico, que é ter uma Universidade forte, desligar-nos completamente do destino da Universidade e devemos colocar os nossos recursos sem substituir evidentemente aquele que é o papel da República, que é o papel essencial, que é o papel que lhe cabe do ponto de vista da legislação.

No entanto nós podíamos ir mais longe, alguns partidos da oposição fizeram essas propostas e os senhores também inviabilizaram-nas.

Por fim, resta dizer que, sendo esta proposta uma proposta que foi construída pelo PS, para aqui receber o apoio de todas as forças políticas, estando eu há 5 anos no Parlamento, o que vos posso dizer é que espero que não apresentem propostas deste tipo só quando são oposição no Governo da República e que as apresentem também quando forem poder no Governo da República.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora muito bem!

O Orador: O posicionamento do PS neste Parlamento é completamente diferente e essa diferença manifesta-se quando temos um Governo da República constituído pelo PSD e pelo CDS ou quando o PS que tem essas responsabilidades, como teve nos últimos anos.

Quando o PS teve essas responsabilidades e começou a dismantelar o sistema de financiamento das universidades, os senhores o que é que fizeram? Fizeram um voto deste tipo? Não fizeram. Ficaram calados nessa altura.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É o costume!

O Orador: Por isso meus senhores a apresentação deste voto não deixa de ser oportunista no momento em que é feito, porque se fosse consistente, se tivesse sido feito antes, agora estaríamos de acordo e eu não vos faria esta crítica. Mas não. Os senhores apresentam esta proposta, tomam este posicionamento apenas e quando o PS não governa na República.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luíz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o Governo associa-se ao objetivo e ao conteúdo deste Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, no entendimento de que a Universidade dos Açores pode ser, e é certamente, um elemento estruturante para o desenvolvimento da Região.

O facto de ao longo dos últimos anos o Governo dos Açores ter feito grandes investimentos na Universidade, vou referir, por exemplo: aquisição de serviços, financiamento de infraestruturas (como por exemplo o Campus de Angra), atribuindo bolsas de doutoramento e pós doutoramento, apoiando os Centros de Investigação da Universidade de todas as áreas de conhecimento e também projetos de investigação individuais de professores da Universidade dos Açores, são disso exemplo.

No entanto é bom recordar duas coisas: em primeiro lugar a Universidade dos Açores não faz parte da arquitetura regional, não faz parte do sistema regional, faz parte do sistema nacional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Todos sabemos isso!

O Orador: Sabem, mas muitas vezes esquecem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não!

O Orador: Outro aspeto é que a Universidade, como qualquer Universidade, tem autonomia total, do ponto de vista científico, pedagógico e financeiro.

Ora bem, quando nós falamos da Universidade, temos sempre que falar como alguém que está de fora, ou seja, a Universidade é fundamental para o desenvolvimento da Região, mas nós não podemos interferir na vida da Universidade.

Acontece no entanto que o Governo da República, de quem a Universidade de facto depende, desresponsabilizou-se totalmente da Universidade dos Açores.

Portanto Sr. Deputado António Ventura, lembre-se que pode perguntar ao Ministro da Educação que tutela o ensino superior do Governo da República por que é que se desresponsabilizou da Universidade dos Açores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas foi antes!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor era Deputado à Assembleia da República!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as perguntas que o senhor podia fazer!

O Orador: O Governo dos Açores tem demonstrado todo o interesse em apoiar a Universidade dos Açores, no respeito da autonomia universitária e no âmbito das competências do Governo e continuará a fazer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O pior é que o passado regressa!

O Orador: Como sabem foi aprovada nesta casa e há uma ação do Plano exatamente para apoiar a tripolaridade da Universidade dos Açores. Foi assumido o compromisso, que será cumprido oportunamente, de apoiar a Universidade incentivando-a a desenvolver projetos que tenham retorno para a Região.

Já em breve, nos dias 7 e 8 de junho, decorrerá por minha iniciativa, em Ponta Delgada (decorrerão porque são dois dias), umas Jornadas que reunirão todos os investigadores e responsáveis pelos Centros de Investigação da Universidade dos Açores, todos os bolseiros de doutoramento e pós doutoramento que têm sido financiados (uns e outros) pelo Governo Regional, mas também

convidámos para participar empresários, forças armadas, autarcas, enfim, todos aqueles que de alguma maneira podem colaborar com a Universidade dos Açores, no sentido de construir intercâmbios e de promover o investimento e o desenvolvimento da investigação científica.

Dessas Jornadas sairá, foi esse o objetivo que eu defini quando decidi avançar com esta iniciativa, um documento que não político, será elaborado pelos próprios cientistas. Há uma comissão científica que dará corpo a esse documento, com base na discussão desses dois dias, de onde sairão as linhas gerais que definirão a política do Governo para a Ciência para os próximos anos.

Nós entendemos que a melhor maneira de apoiar a Universidade, no que diz respeito ao apoio à investigação, não é conceder bolsas a qualquer bolseiro ou qualquer candidato a doutoramento da Universidade.

Nós entendemos que devemos financiar projetos científicos, apresentados por professores da Universidade e que após uma análise da situação das necessidades da Região, forem aqueles que o Governo entender (tem legitimidade para isso) como determinantes para o desenvolvimento da Região. Portanto, nós apoiaremos projetos científicos, apoiaremos os bolseiros que trabalharem nesses projetos em continuidade e não daremos bolsas apenas porque são estudantes de doutoramento da Universidade dos Açores. É preciso que fique bem claro.

Vamos definir uma política para a Região no setor da ciência que será feita com base no parecer dos cientistas, mas seremos nós a decidir porque estamos mandatados para isso, quais são as áreas que devemos investir e serão nessas áreas que investiremos os meios disponíveis para pagamento de bolsas.

Ao contrário do que foi dito, Sr. Deputado António Ventura, o apoio à investigação continua.

Os centros de investigação continuam a ser apoiados. Neste momento ainda não foram assinados os contratos por uma razão, porque estamos dependentes, uma vez que houve uma alteração orgânica, da entrada em execução do Plano e

Orçamento para podermos processar os apoios aos centros de investigação. Pode perguntar a qualquer um e depois dar-me a resposta.

As bolsas de estudo de doutoramento e pós doutoramento não sofreram nem vão sofrer qualquer corte, ou seja, aquelas que estão neste momento contratualizadas. Apenas pus em dúvida, e o contrato a tal não obriga, o pagamento de propinas. Os bolseiros de doutoramento recebem 1 160 euros mensais (falta-me aqui o valor exato, peço desculpa) e esse valor que não é de maneira nenhuma um pequeno valor, corresponde mais ou menos a um salário de um técnico superior da função pública, não tem qualquer corte, apenas pedimos aos bolseiros que assumissem a sua taxa de esforço pagando as suas propinas, uma vez que o contrato que foi assinado com eles a tal não obriga.

O Governo, ao contrário do que foi dito (não sei se o Sr. Deputado António Ventura quando se referia a Membros do Governo se referia a mim), nunca ...

Deputado Antonio Ventura (PSD): Há dois aí!

O Orador: Não, quando disse que achávamos que íamos alterar o funcionamento da Universidade...

Sr. Deputado isso é não conhecer como funcionam as universidades. Nós não temos nada que interferir, nem podemos interferir na organização da Universidade. Isso é um assunto da Universidade.

Agora, nós, enquanto governo, vamos definir quais são as áreas em que queremos investir, quais são as áreas que achamos que são estruturantes para o desenvolvimento da Região e aí sim a Universidade cumprirá a sua obrigação, se assim o entender, de corresponder a essas necessidades, porque tem os investigadores para tal, tem a massa crítica para tal. Se não quiser, não responde. Agora, nós, obviamente, não vamos interferir na organização da Universidade.

Foi referido aqui também o assunto do estudo da avaliação do impacto da liberalização das quotas leiteiras.

A Universidade dos Açores foi convidada a concorrer e na sequência do convite pediu informações para elaborar, preparar a sua candidatura. Neste momento o processo está em fase de relatório preliminar.

Sras. e Srs. Deputados:

O Governo não tem que definir a vida da Universidade dos Açores, mas o Governo está disponível e tem demonstrado para ser um parceiro com a Universidade dos Açores no processo de desenvolvimento da Região. Agora que há, eventualmente necessidade de se alterar algumas normas de relacionamento, já tive oportunidade de explicar na Comissão de Assuntos Sociais o que é que se pretendia fazer.

Mas, sobretudo, volto a chamar a atenção para isso, a partir de junho serão os cientistas, que na sua esmagadora maioria são membros da Universidade dos Açores, que vão ajudar o Governo, já temos cerca de 200 inscrições, a definir quais são as áreas em que o investimento público será canalizado para a investigação científica.

Sra. Presidente, muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto recordou muito bem, Sr. Deputado Aníbal Pires, que foi a Lei 49/2005, de 30 de Agosto, que alterou o regime jurídico de financiamento das Universidades e foi obviamente da autoria do Governo do PS.

O atual Secretário Regional da Educação era na altura Deputado à República ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não posso crer!

O Orador: ... e o que é que dizia e fazia o atual Secretário Regional, que parece que está em conflito com o ex-Deputado?

Na altura, em 2005, em que a lei foi alterada, dizia, num artigo de opinião, o atual Secretário da Educação e respondendo ao Reitor Avelino Meneses, que é citado no Projeto de Resolução, como entidade a respeitar, dizia assim: “quando as coisas correm mal, a culpa é dos outros (a altura o então Reitor dizia que havia o problema de financiamento e que a lei tinha sido alterada) e quando esses outros são Governo da República reformista, portanto causador de um mau estar dos setores mais conservadores da sociedade, conservadores pois não

querem mudanças que lhe mexam com a rotina, ou um Governo Regional em vésperas de eleições e um piscar de olhos à oposição sempre pode funcionar como uma conta a prazo. Não é? Veio mesmo a calhar.”

Portanto o senhor o que dizia é que os Açores não tinham nada que estar contra o Governo da República. O senhor era a favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): E votou os cortes!

O Orador: Mas não fica por aqui.

O senhor em 2005 também dizia o seguinte numa entrevista: “não faz sentido que a Universidade dos Açores, e eu sou de lá, não sou professor da Universidade mas sou eleito pelos Açores, na minha opinião pessoal, eu sei que isto não é politicamente correto dizê-lo, mas acho que devo dizer: tenha Línguas, Literatura Moderna, tenha História, tenha Filosofia tal como tem em Lisboa, Coimbra ou no Porto, tal como as outras universidades”.

Ou seja, na nossa Universidade não faz sentido ter Línguas, não interessa, tem coisas a mais. Cortem-se! Para além de cortar no dinheiro, cortem-se nos cursos!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que dizia isso?

O Orador: O ex-Deputado e atual Secretário Regional da Educação. Corte-se em tudo! Não há problema nenhum! O que interessa é cortar!

Deputado Luís Garcia (PSD): Estão-se enterrando aí!

O Orador: Mas dizia mais: “porque os Açores não têm gente suficiente para alimentar uma Universidade” ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Como é?

O Orador: ... “porque os Açores não têm gente suficiente para alimentar uma Universidade, mais valia pegar nos 10 alunos, no caso dos Açores, de um determinado ano, que querem entrar para Línguas e Literatura Modernas e trazê-los para o continente”.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Então assim a gente fecha metade das ilhas e vamos todos para o continente.

Presidente: Sr. Deputado, eu lembrava que estamos a discutir o Projeto de Resolução ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E estamos!

O Orador: E estamos, isto faz parte da discussão.

Oh Sra. Presidente, assim não ...

Presidente: Eu fiz apenas uma observação ao Sr. Deputado. Não percebo qual é o motivo de tanta agitação. Só o recordei que estamos a discutir o Projeto de Resolução e portanto temos que nos centrar na discussão.

O Orador: Eu simplesmente, e o Grupo Parlamentar do PSD-Açores, consideramos que o Governo da República tem uma responsabilidade.

Naturalmente tem essa responsabilidade e nós afirmamos, mas o Governo Regional também tem responsabilidade e muito mais responsabilidade também o titular do cargo. Se faz essas afirmações no passado não pode estar a exercer aquela pasta.

Sra. Presidente, eu não gostei daquilo que disse o Sr. Secretário Regional da Educação, que a Universidade não é nossa. A Universidade é acima de tudo nossa! Nós temos uma autonomia que nos permite ter um Governo Regional, um orçamento próprio, este Parlamento ...

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. nem chega a ser um aprendiz de demagogo!

O Orador: ... e permite-nos ter opções e são essas opções que estão aqui a ser descartadas, atiradas para fora. Isto não está a acontecer neste Parlamento.

Mais, eu relato factos e são factos incontestáveis e indesmentíveis que aconteceram e estão a acontecer neste momento.

Sr. Secretário, relativamente às bolsas, alguma coisa está a correr mal. Considero que os senhores enganaram a comunidade científica, ou enganaram a comunidade científica ou estão a dizer que o antigo Governo e principalmente o ex-secretário Regional José Contente é incompetente, porque o problema que se levanta agora não se levantou até agora, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, até agora não havia um problema de pagamento de propinas de contratação de bolsas, agora já existe um problema.

Deputados Luís Maurício e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Existe porquê? Então é tudo incompetente? O ex-Secretário Regional, José Contente, é incompetente e o antigo Governo é incompetente?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: Há qualquer coisa aqui que tem que ser esclarecido.

Voes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

O Orador: São essas incoerências que têm que ser explicadas.

Nós não estamos a seguir uma linha lógica, nem de pensamento, nem de consideração, nem de defesa da nossa academia, nem de defesa da autonomia dos Açores.

É esta incoerência que está aqui a ser espelhada.

Mas eu também recorro as declarações do atual Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, antes das eleições, em que queria valorizar o potencial da Universidade e o problema financeiro não era um problema. Passo a citar: “depois de recordar que têm sido públicas as notícias que dão conta dos constrangimentos que o Governo da República sente em relação ao financiamento da Universidade dos Açores, Vasco Cordeiro adiantou que os apoios regionais ao investimento na instituição devem ser reforçados – e os senhores propõem a redução da tripolaridade – mas serão complementares ao contrato que pretende firmar com a Universidade.

Sobre a tripolaridade dos Açores, o candidato do PS-Açores defendeu que a abordagem não pode ser nem redutora, nem defensiva, mas sim de valorização do potencial dessa tripolaridade”. E propõe a redução da tripolaridade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Compromisso assumido, compromisso falhado!

O Orador: Isto está no site do PS.

Cumpram isto. Toca a cumprir!

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Acho que isto merece uma volta à arena!

Deputado Luís Garcia (PSD): É fazer um novo Projeto de Resolução!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Ventura pegou na minha deixa e retirou-me uma das questões que eu queria colocar, mas vou reiterar a pergunta: V. Exa. estava sentado nas bancadas do PS quando foram feitas as alterações ao regime jurídico e à Lei do Financiamento das Universidades. Eu gostaria de saber o que é que mudou na opinião de V. Exa.?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mudou a opinião!

O Orador: Hoje vamos ficar por aqui, porque outras alturas haverão para o Sr. Secretário ter oportunidade de explicar a sua subscrição total às políticas levadas a cabo por Maria de Lurdes Rodrigues, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... num ataque à escola pública portuguesa e num ataque aos seus profissionais.

Mas isso ficará para uma outra altura Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Era uma festa!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, num ponto prévio, permita-me dizer-lhe que depois desta *performance* do Sr. Deputado António Ventura, estranhamente aplaudida pela bancada do PSD, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estranhamente?!

O Orador: ... eu se fosse a si repensava a coligação na cidade...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Isso é que lhe está a fazer mal!

O Orador: ... de Angra do Heroísmo.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor fala disso em todas as intervenções!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão traumatizados!

Deputado António Ventura (PSD): Todos os dias fala disso!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Por outro lado, também, julgo pertinente saudar aquilo que foi aqui referido pelo Sr. Secretário da Educação, Ciência e Cultura, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora ou antes?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qual é a posição que o senhor gosta mais?

O Orador: ... quando referiu que acontecerá, a curto prazo, um encontro que contará com a presença de cerca de duas centenas de cientistas, que vão, em parceria com o Governo dos Açores, ...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

... discutir aquela que deve ser a política de apoio à investigação na nossa região.

É dessa forma que devemos fazer política, em parceria, no caso, com os investigadores e com os cientistas que poderão, certamente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais ânimo!

O Orador: ... dar um importante contributo ao desenvolvimento da nossa região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fez uma intervenção tão empolgada e agora...

O Orador: Tentarei e não terei, com certeza, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais ânimo!

O Orador: ... uma intervenção sectária...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois não, estamos a falar da frente comum!

O Orador: ... como aquelas que me antecederam.

Os Srs. Deputados dos partidos da oposição, nesta matéria, estão mais preocupados em saber quais foram os partidos autores desta ou daquela lei...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais esforço, mais convicção!

O Orador: ... do que em dar um contributo...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ... efetivo ao futuro da Universidade dos Açores.

(Risos do Deputado António Ventura)

E não posso deixar de lamentar que numa matéria tão relevante para o futuro dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor leu a resolução!

O Orador: ... tenhamos aqui intervenções profundamente sectárias.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Julgo que é pertinente dizer que quem trabalha na Universidade dos Açores, ou quem estuda na Universidade dos Açores, está, com certeza, muito triste com aquilo que acabou de assistir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está, está!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto não vos correu bem!

O Orador: ... por parte dos partidos da oposição.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem é que se lembrou deste projeto de resolução?

O Orador: Relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando referiu um dos pontos desta resolução, relativamente à recomendação que é feita ao Conselho Geral da Universidade.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, aliás, referi isso na intervenção em que apresentei esta proposta, que tivemos algumas reservas nesse ponto, porque, tal como referi, julgo que não devemos passar a fronteira da autonomia das instituições. Eu referi isso na apresentação da minha proposta.

No entanto, tendo em conta aquelas que foram as notícias sobre a possível alteração estatutária na Universidade dos Açores, tendo em conta, também, aquilo que me parece inegável, apesar de alguns, ou muitos, gostarem de criticar isso, e tendo em conta que somos legítimos representantes do povo açoriano, e também tendo em conta a vocação e aquilo que é o Conselho Geral da Universidade dos Açores, que, como sabe, integra também pessoas externas à própria instituição, entendemos que seria pertinente consagrar no Projeto de Resolução uma recomendação direta ao Conselho Geral da Universidade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É para comandar!

O Orador: ... mas, reconheço, as mesmas reservas que referiu, nós também as tivemos quando discutimos internamente este Projeto de Resolução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas avançaram à mesma!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga!

O Orador: ... tenho pena que V. Excia. goste de reduzir a Universidade dos Açores às suas propostas. Tenho pena, até, que V. Excia. goste de reduzir a Universidade dos Açores a matérias onde tem pessoas que lhe são próximas ideologicamente, como bem sabe.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem? Quem?

O Orador: Tenho pena!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Gostaria, com certeza, ...

O seu primeiro Vice-presidente regional, por exemplo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado Paulo Borges!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe para trás de si!

O Orador: Enfim, várias pessoas. Poderei, depois especificar.

Muito bem! Muito bem!

Tenho pena que V. Excia. cometa essa tentação e reduza...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Olhe para trás!

O Orador: ... a Universidade dos Açores às questões sobre as quais tem pessoas que lhe são próximas ideologicamente.

Nós não o faremos. Julgo que não é correto fazê-lo no âmbito desta discussão.

Aquilo que se espera e aquilo que acredito que acontecerá é...

Deputado José San-Bento (PS): Seja sério!

O Orador: ... um amplo consenso em torno desta matéria, mas também é importante, e continuando a dirigir-me diretamente ao Sr. Deputado Artur Lima, V. Excia. quando aborda esta questão e quando, percebo a paixão que o senhor tem quando discute as questões relacionadas com a Universidade dos Açores, tendo em conta a proximidade ideológica de muitas pessoas que lá desempenham funções que eu, naturalmente, respeito, V. Excia. tem a obrigação de abordar estas questões de forma séria...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e de forma politicamente honesta, porque o Sr. Deputado Artur Lima disse aqui, há pouco, ...

Deputado José San-Bento (PS): Seja sério!

O Orador: ... que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na discussão do Plano e Orçamento, chumbou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E chumbou!

O Orador: ... uma proposta do CDS de reforço ao valor referente à ação da tripolaridade da Universidade dos Açores, quando o senhor sabe muito bem que

a sua proposta foi prejudicada, porque nós aprovamos uma proposta de igual teor do Partido Comunista Português.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais ou menos!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Estava era esquecido!

O Orador: E, portanto, exige-se que, nesta matéria, V. Excia. tenha honestidade política.

Por outro lado, também fez aqui uma acusação gravíssima, já desmentida...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que está em primeiro lugar?!

O Orador: ... pelo Sr. Secretário, quando disse que o concurso referente ao estudo relacionado com o impacto do fim das quotas leiteiras nos Açores, já teria terminado e teria sido entregue a uma empresa de camaradas de não sei de quê, quando o Sr. Secretário Regional acabou de esclarecer que esse concurso não terminou e está ainda em relatório preliminar.

E, portanto, o senhor fez aqui uma acusação gravíssima, que foi desmentida pelo Sr. Secretário e que é bem demonstrativa da sua forma...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... de fazer política sobre esta matéria e até em outras matérias.

E, portanto, Sr. Deputado Artur Lima, eu espero que V. Excia. deixe de discutir a Universidade dos Açores de forma sectária e contribua ativamente para o reforço da importância da Universidade dos Açores. E estou certo que quer o senhor, quer o Sr. Deputado António Ventura, aliás, os pais da coligação em Angra do Heroísmo nas próximas eleições autárquicas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está nervoso!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não tem mãe?

(Risos de alguns Deputados das bancadas)

O Orador: ... espero que V. Excias. tenham intervenções tão acaloradas e tão apaixonadas nos órgãos nacionais do CDS-PP e do PSD a nível nacional, ...

Deputado António Ventura (PSD): Fixação!

O Orador: ... que são, como se sabe, os responsáveis por um gigantesco corte no ensino superior em Portugal, do qual é vítima também a Universidade dos Açores.

Deputados Rogério Veiros (PS) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E aí sim, Sr. Deputado Artur Lima, aí sim, é que não basta dizer, porque “palavras, leva-os o vento”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Aí sim, é que V. Excia, sendo o primeiro Vice-presidente do CDS-PP a nível nacional, ...

Deputado José San-Bento (PS): Já não é!

O Orador: ... com certeza que fará notar a sua opinião e com certeza conseguirá um reforço do financiamento para a nossa Universidade dos Açores. E, portanto, aqui estaremos à espera dessa sua vitória junto dos seus pares a nível nacional.

E também não posso deixar de dizer, Sr. Deputado Aníbal Pires, também um contribuinte ativo para o sectarismo endémico...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sr. Deputado, não diga uma coisa dessas!

O Orador: ... de que padece o Partido Comunista.

Saberá V. Excia....

Deputado Costa Pereira (PSD): Não sabe o que é que está dizendo!

O Orador: ... que os problemas relacionados com o ensino superior em Portugal não estão, não constam, não começaram com o RJIES, com a alteração legislativa que foi feita pelo Governo do Eng^o. José Sócrates.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Viu-se, viu-se!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora!

O Orador: São muito antes a esse tempo! São muito antes desse tempo e tiveram maiores problemas no tempo do Dr. Pedro Lynce como, com certeza, V. Excia. saberá,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... criando profundas subversões no sistema de ensino superior em Portugal.

E, portanto, V. Excia., estou certo, saberá, da mesma forma que eu sei, que foi aí que começaram os problemas de desequilíbrios estruturais consecutivos no ensino superior em Portugal, também na altura, como sabe, no envolvimento dos PIDDAC, no âmbito do financiamento das especificidades das instituições de ensino superior, em algumas regiões do nosso país, saberá, com certeza, V. Excia., tão bem como eu sei, e esta matéria não está circunscrita à consagração do RJIES, mas é certo também, e eu disse isso na minha intervenção, não temos problemas nenhuns em criticar o Governo do Eng^o. José Sócrates e algumas opções que tomou...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Viu-se! Viu-se!

O Orador: Nós não temos, ...

Deputado José San-Bento (PS): Olha, olha para aquele!

O Orador: ... nós não temos, volto a dizer, não temos uma abordagem sectária nesta matéria.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não! De maneira nenhuma!

O Orador: E é curioso, é curioso que sejam os senhores que estão mais preocupados em defender o Governo da República do que propriamente o Partido Socialista em atacar o Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Risos do Deputado António Ventura)

O Orador: Agora, não posso deixar de dizer uma coisa, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estou comovido, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já não diz coisa com coisa!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, pergunto ao Sr. Secretário da Educação ou ele explica-lhe como é que se faz o contrário!

O Orador: ... não posso deixar de dizer uma coisa, jamais compactuaremos com qualquer postura deste ou de qualquer outro Governo da República que nos queira asfixiar financeiramente para nos condicionar politicamente. E quando isso acontecer, como está, aliás, a acontecer...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pergunte ao Sr. Secretário!

O Orador: ... na Universidade dos Açores e em muitas outras matérias, como os senhores bem sabem, aqui estaremos para defender os interesses dos Açores e para defender os interesses dos nossos concidadãos.

(Aplausos dos Deputados das bancada do PS e do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luíz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto gostei muito de ver o Sr. Deputado António Ventura zangado. Fica bonito, fica bem, é agradável, faz a sua campanha...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por essa conversa o senhor ainda vai votar nele!

O Orador: ... veio animar este hemiciclo.

Sr. Deputado, essa sua característica de uma pessoa que percebe profundamente a Universidade é compensada pelo facto de ler atentamente boa literatura e é por isso que andou a ler os meus artigos de há dez anos, de há sete anos, etc.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Chama-se trabalho de casa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi com prazer, convenhamos!

O Orador: Só lhe fica bem Sr. Deputado, aprende muito com isso.

Sr. Deputado, eu estou aqui enquanto membro do Governo e o Governo Regional não tem a tutela da Universidade dos Açores, mas enquanto cidadão e enquanto eu era Deputada da Assembleia da República, sempre tive, reivindiquei e apliquei o meu direito de opinião e continuo a mantê-lo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah continua a manter!

O Orador: Portanto aquilo que eu penso sobre a Universidade não o digo agora porque poderia ser entendido como uma posição do Governo. Mas isso que eu disse, se o Sr. Deputado lesse com atenção aquilo que lá está e lesse tudo...

Deputado Costa Pereira (PSD): Já disse!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acabou de reafirmá-lo!

O Orador: O senhor não leu, portanto não tem nada que se pronunciar agora, estou a responder ao Sr. Deputado António Ventura, que é o leitor atento daquilo que eu escrevo.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Eu falava no contexto que entendo enquanto cidadão, enquanto professor universitário e enquanto era Deputado, que a Universidade dos Açores deve ser uma Universidade de excelência, não deve ser uma cópia da Universidade de Lisboa ou da Universidade de Coimbra.

Era nesse sentido que estava a entender.

Valia a pena eventualmente investir...

(Aparte inaudível do Deputado António Ventura).

O Orador: Então leia tudo! Leia os outros artigos todos...

Deputado António Ventura (PSD): Já li dois!

O Orador: Não. Não. Tem mais. Aprenda a ler mais um bocadinho que vai gostar.

Deputado António Ventura (PSD): Se ler mais vai ser pior ainda!

O Orador: Sr. Deputado, aqui, enquanto membro do Governo não me vou pronunciar sobre a organização da Universidade. Isso é da exclusiva competência da Universidade.

Agora enquanto cidadão posso ter as minhas ideias e essas ideias mantenho-as no sentido em que as dei.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não coincidem é com as do Secretário!

O Orador: Isto vem de encontro a uma crítica que o Sr. Deputado Aníbal Pires me fez há bocado, referindo que eu sendo Deputado defendi o RJIES (de facto ele foi aprovado na altura em que eu era Deputado), mas confundiu aí duas coisas.

Eu trabalhei no RJIES sim senhor. Acho que o RJIES é um bom documento. Pode ser corrigido, como outros documentos podem ser corrigidos.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Srs. Deputados, agradeço algum silêncio porque o Sr. Secretário está a usar da palavra.

O Orador: Naquilo que se refere à minha posição relativamente à então Ministra da Educação, se o Sr. Secretário seguisse os bons exemplos do deputado António Ventura e fosse ler as minhas declarações na Assembleia da República nessa altura, muitas vezes – e eu era Coordenador do PS para a Educação, do Grupo Parlamentar do PS para a Educação – discordei em público das políticas da então Ministra Maria de Lurdes Rodrigues.

Portanto, nesse aspeto estou perfeitamente à vontade, até pode perguntar aos seus camaradas, que eram meus colegas de comissão na altura, que podem confirmar isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E agora discorda do Secretário Regional!

O Orador: Srs. Deputados, não vou alongar-me mais nisso porque o Sr. Deputado António Ventura fez aqui o seu pé de dança (acho muito bem que o faça), mas por favor não confunda as coisas.

A Universidade dos Açores tem que seguir a sua vida. A Universidade dos Açores depende do sistema nacional, as relações do Governo Regional com a Universidade dos Açores, serão baseadas num protocolo que está em preparação e serão, de certa maneira, a continuidade daquilo que tem vindo a acontecer até aqui, ou seja, a Região através do orçamento tem apoiado muito e vai continuar a apoiar a Universidade dos Açores.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a questão do seu apoio às políticas de Maria de Lurdes Rodrigues e do Governo de José Sócrates nós trataremos disso numa outra altura ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luíz Fagundes Duarte): Com certeza que não será aqui!

O Orador: ... e aliás a forma como V. Exa. se dirigiu aos dirigentes sindicais da FENPROF... Na altura certa trataremos disso.

Agora, há uma coisa que V. Exa. não pode esconder: de facto apoiou um dos momentos de destruição da Universidade Pública Portuguesa, com a Lei do Financiamento e com o regime jurídico da Universidade Portuguesa.

Disso V. Exa. não se pode desculpar, porque não há desculpa possível, por muito que V. Exa. o queira.

Quanto ao resto, às políticas para o ensino básico e secundário e o ataque que fez à escola pública e aos profissionais de ensino...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luíz Fagundes Duarte): Eu?

O Orador: Sim. V. Exa. Mas isso fica para outra altura, Sr. Secretário.

Secretário Regional Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes): Com certeza que trará muita coisa para ler aqui!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

O Orador: Eu sei e também sei outra coisa. Sei que o ataque à Universidade de facto não começou com a aprovação do regime jurídico que está em vigor, nem da Lei do Financiamento. Sei isso!

Agora também sei que o PS foi tendo responsabilidade na destruição e na descaracterização daquilo que é a Universidade Portuguesa.

Disso, Sr. Deputado Berto Messias, Vs. Exas. não podem desculpar-se.

Se é evidente que a destruição e a descaracterização da Universidade Portuguesa iniciou-se antes, a verdade é que Vs. Exas. foram dando sempre contributos decisivos, porque estiveram sempre ao lado de quem iniciou esse processo.

Portanto, não pode justificar que o ataque começou antes, porque Vs. Exas. têm responsabilidades nisso.

Eu apenas queria acrescentar aqui uma questão.

Eu nunca utilizei durante este debate nenhum exemplo como uma iniciativa do PCP relativamente à questão da Universidade e estava a tentar fazê-lo nesta intervenção, mas o Deputado Berto Messias há pouco deu aí um exemplo: o reforço da verba para a tripolaridade da Universidade dos Açores. Foi uma proposta do PCP e foi aprovada em sede de Plano e Orçamento.

Portanto, também temos alguns contributos para a Universidade dos Açores e consideramos a Universidade dos Açores como um instrumento essencial para o desenvolvimento da Região.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, ...

Deputado Berto Messias (PS): Diga!

O Orador: ... V. Exa. veio aí com a desonestidade política, com a seriedade política, que o PCP tinha apresentado uma proposta de igual teor, relativamente à proposta que o CDS apresentou e os senhores não chumbaram, ficou prejudicada.

Sr. Deputado Berto Messias, lições de seriedade e de honestidade o senhor ainda vai ter que percorrer muito caminho para me as dar.

Deputado José San-Bento (PS): Por que é que o senhor diz sempre essas coisas?

Deputado Berto Messias (PS): Honestidade política!

O Orador: Segundo ponto: de igual teor é redondamente falso. A proposta do CDS os senhores tinham 250 mil euros no Plano e Orçamento, o CDS propunha 250 mil euros para aumentar para 500 mil. Os senhores aprovaram a mais baratinha para, exatamente, não aprovarem a do CDS.

Esta é que é a realidade dos factos Sr. Deputado Berto Messias.

Relativamente ao Sr. Prof. Dr. Félix Rodrigues, o senhor tem um trauma. O meu Vice-Presidente, Vice-Presidente do CDS, segundo Vice-Presidente do CDS, Prof. Francisco Silva e que estão aqui a troco de nada, a não ser da sua militância política e ao serviço dos açorianos.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso estamos todos!

O Orador: Eu pergunto-lhe se quem o senhor tem estão todos no mesmo sentido, Sr. Deputado Berto Messias? O Sr. Prof. Félix Rodrigues nunca beneficiou ...

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

O Orador: O senhor insinuou...

Deputado Berto Messias (PS): Não insinuei nada!

O Orador: ... que eu defendia a Universidade dos Açores para defender pessoas minhas amigas, inclusivamente, o Prof. Félix Rodrigues. Foi o que o senhor disse.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor já escambou. O senhor está a fazer afirmações gravíssimas e por isso já não merece resposta!

O Orador: O Prof. Félix Rodrigues nunca recebeu um subsídio do Governo Regional dos Açores. Eu pergunto-lhe se pode dizer a mesma coisa dos seus, para não cometer a deselegância dos seus professores universitários...

Deputado Berto Messias (PS): Os meus quê?

O Orador: ... do PS, dos professores universitários socialistas...

Deputado Berto Messias (PS): Eu não tenho professores universitários!

O Orador: ... se o senhor pode dizer a mesma coisa?

Das propostas que o CDS fez em nada beneficiavam o Prof. Félix Rodrigues...

Deputado Berto Messias (PS): Mas quem é que falou no Prof Félix Rodrigues?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então não falou?

O Orador: O senhor é que falou no Prof. Feliz Rodrigues! O senhor é que nomeou o nome dele aí! Se não falou é porque está senil e esquecido.

O senhor falou no nome dele. Eu pergunto-lhe: dos seus quantos foram apoiados em projetos pelo Governo Regional? Para não cair na deselegância e na indecência de os nomear todos, um por um.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): É melhor não!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando por si, Sr. Secretário, o senhor ao dizer que mantém a mesma opinião acabou de afirmar que como Deputado da República não defendeu os Açores, foi prejudicial aos Açores.

Deputados João Bruto da Costa e Costa Pereira (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor enquanto Deputado da República não pode ser o Fagundes patrão e o Fagundes empregado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor é Deputado da República e mantém uma declaração desse tipo, porque os Açores não tem gente suficiente para alimentar uma Universidade, portanto mais valia pegar nos alunos e enviá-los para Lisboa.

Isto não é defender os Açores.

Mais grave o senhor agora é Secretário Regional da Educação. Isto é de uma gravidade extrema.

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, Berto Messias, o senhor afirmou que não nos compadecemos com asfixias e que não compactuamos com asfixias, penso que era o termo.

Pois, eu concordo consigo, acho que ninguém deve compactuar com asfixias, só que em 2005 tivemos à procura das declarações do Governo Regional e dos Deputados do PS. Simplesmente não encontramos! Não encontramos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Onde é que estava o Governo Regional e os deputados do PS, contra o corte do financiamento da Universidade dos Açores?

Afinal os senhores compactuam com os cortes e com a asfixia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, nós não vamos fazer-lhe a vontade de não falar sobre aquilo que lhe incomoda. Neste Grupo Parlamentar nós é que mandamos. O senhor não manda neste Grupo Parlamentar.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não manda nada!

O Orador: O senhor o que está a fazer ao ter uma discussão sectária, está a prejudicar a autonomia, acima de tudo.

Portanto, o senhor há-de ouvir com a sua responsabilidade e com a falta dela perante este assunto.

Sr. Deputado Paulo Borges, já que pediu a palavra, não sei como é que vai a sua consciência e como é que está tão sereno com aquilo que foi dito e com aquilo que está a acontecer no sistema de financiamento da Universidade dos Açores.

Ainda recentemente o senhor afirmava: “Paulo Borges defende que para que se atinjam patamares de investigação próximos de academias internacionais ou nacionais, é preciso investir de forma sustentada na área, apoiando os jovens investigadores e mantendo os apoios que têm sido concedidos até agora”.

O senhor também não pode ser o Paulo Borges patrão e o Paulo Borges empregado. Assuma as suas responsabilidades!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente, para lhe pedir (que, aliás, tinha pedido de outra vez e não me forneceu) que me faça chegar cópia (que já pedi da outra vez exatamente sobre o mesmo deputado e não me foi entregue ainda) da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, que me antecedeu.

Deputado Berto Messias (PS): Não é preciso! Eu vou repetir já a seguir!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para uma interpelação?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma intervenção.

Presidente: Mas antes de si tenho de dar a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Algumas breves palavras, tão serenas quanto possíveis, sobre a Universidade dos Açores e sobre este Projeto de Resolução do PS, porque na realidade hoje e aqui já tudo foi dito sobre a Universidade dos Açores e o seu contrário também. O BE votará, sem nenhum tipo de dúvida, o Projeto de Resolução do PS que propõe uma Frente Comum em Defesa da Universidade dos Açores.

Vamos votá-lo favoravelmente, mas não deixaremos de tecer duas ou três considerações.

A primeira é esta: O BE não integra esta frente comum porque já está nela há muito tempo, mas saúda o PS por a partir de agora se juntar àqueles que sem nenhum papel e sem nenhum escrito, já a tinham constituído.

Segundo ponto: provavelmente o PS já se esqueceu de como é que se constitui uma frente comum que já lá vai há tanto tempo, há tantas décadas, no tempo em que o PS era de esquerda. Vejam lá ao tempo que isso foi. Para ser de facto uma frente comum era aconselhável, e até em termos simbólicos seria muito mais relevante, que este Projeto de Resolução tivesse a assinatura de outros Deputados desta casa, de cada um dos outros Grupos Parlamentares. Isso sim, era uma frente comum.

Agora, uma frente comum em que o PS lidera e os outros vão atrás, não, muito obrigada.

Quanto a ideologia e a linguagem simbólica, Sras. e Srs. Deputados do PS, façam o favor de reconhecer que não foram muito felizes.

Finalmente, dizer o seguinte: o Governo da República não tem neste momento que fazer grande esforço para asfixiar financeiramente o Governo Regional dos Açores, porque como ficou hoje aqui provado nesta casa, como chumbo da urgência para o pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores da Administração Pública Regional, em Junho próximo, integralmente, a asfixia foi feita voluntariamente pelo PS e pelo Governo Regional, quando assinou o Memorando de Entendimento com a República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, o Governo da República já não tem que se esforçar muito, porque na realidade, tal como a vida tem vindo a provar, cada vez mais nos últimos tempos, quem está na mão do Governo da República é o Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra. Tem pouco mais de dois minutos. Apelo à sua capacidade de síntese.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serei breve mas tendo em conta as afirmações do Sr. Deputado Artur, senti que tinha a obrigação de pedir a palavra.

Em primeiro lugar dizer aquilo que acho que é inquestionável e eles próprios saberão, que tenho um grande respeito e apreço pelo Prof. Dr. Félix Rodrigues, da mesma forma que tenho respeito e apreço pela Prof. Dra. Emiliania Silva, com quem trabalho na Assembleia Municipal, semanalmente e da mesma forma que tenho respeito e apreço por vários elementos dirigentes do CDS-PP que desempenham funções na Universidade dos Açores.

Aquilo que disse, e reitero, foi que o Sr. Deputado Artur Lima por vezes reduz as questões sobre a Universidade dos Açores às suas propostas e a matérias em que tem pessoas que lhe são próximas ideologicamente na Universidade dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Foi isso que eu disse e reitero. Não estou a insinuar nada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nomeadamente!

O Orador: Portanto o CDS-PP teve várias pessoas nas suas fileiras que desempenham funções na Universidade dos Açores, com mestrados, com doutoramentos, que dão aulas com pós-doc, eu julgo que isso é elogioso. Isso bom para o CDS-PP.

Não é crime, não é sequer uma insinuação dizer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! O senhor afirmou!

O Orador: Não. Não. Eu afirmei, numa crítica política, frontal, direta, olhos nos olhos, sem subterfúgios, que o Sr. Deputado por vezes reduz as questões relacionadas com a Universidade dos Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são? Fundamente!

O Orador: ... nas questões relacionadas com pessoas que lhe são próximas ideologicamente, na área do ambiente, na área da agricultura.

Eu disse isso e reitero.

Isto não é nenhuma insinuação, não é nenhuma acusação, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: ... não é nada que não seja enquadrável no debate político que estamos aqui a ter.

Sabe o Sr. Deputado, perfeitamente, que da minha parte contará sempre com frontalidade e lealdade em qualquer debate político.

Acusei-o também aqui há pouco de desonestidade política na abordagem que fez relativamente às propostas no âmbito da discussão do Plano e Orçamento.

Foi isso que fiz com frontalidade e com lealdade.

Volto a dizer Sr. Deputado, tenho grande respeito e consideração intelectual, e eles sabem disso, às pessoas que o Sr. Deputado referiu...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... porque não me referi ao nome de ninguém, foi V. Exa. que entendeu fazê-lo, mas isso é perfeitamente legítimo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Disse isso, reitero o que disse e não é crítica negativa nenhuma ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... dizer que V. Exa. tem pessoas que lhe são próximas na Universidade dos Açores, da mesma forma que o PS, o PSD e o BE têm.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o PPM também tem!

(Risos da Câmara)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Eu agradeço aos líderes e ao Sr. Subsecretário Rodrigo Oliveira o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e os Srs. Deputados atingimos a nossa hora regimental, mas em conferência de líderes decidimos prolongar um pouco mais o nosso trabalho para podermos concluir este ponto que é o último da nossa agenda.

Sendo assim vamos passar de imediato à votação do Projeto de Resolução apresentado pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Passo então a ler a proposta de deliberação final: **a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de maio.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Terminamos então os nossos trabalhos.

Muito obrigada a todos. Uma boa tarde. Um bom regresso a casa.

(Eram 20 horas e 04 minutos)

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José António Vieira da Silva Contente

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece um regime de prestação de informação sobre

remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas – n.º 145/XII - n.º 35/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 13

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 03.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Estabelece as condições de salvaguarda dos monopólios naturais no domínio público do Estado – n.º 408/XII – n.º 35/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 03.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime jurídico relativo à prevenção de feridas provocadas por dispositivos médicos corto-perfurantes que constituam equipamentos de trabalho nos sectores hospitalar e da prestação de cuidados de saúde, transpondo a Diretiva n.º 2010/32/UE do Conselho, de 10 de maio de 2010 - MS - (Reg. DL 161/2013) - n.º 35/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 05 – 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 22:

4 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Defesa dos interesses dos Açores na Gestão e ordenamento do espaço marítimo português n.º 34/X](#)

Proveniência: Grupo Parlamentar do PS

Entrada: 2013 – 05 – 14:

Pedido de urgência e Dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional que alargue o prazo de audição pública da proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que publicite nos órgãos de comunicação social e promova a auscultação e pronúncia das Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Conselhos de Ilha - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão” n.º 35/X](#)

Autor: CDS/PP

Entrada: 2013 – 05 – 15

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão;

Assunto: [Frente comum em defesa da Universidade dos Açores - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – n.º. 36/X](#)

Autor: PS

Entrada: 2013 – 05 – 15

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

5 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 7/2013 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a Região recentemente”

Proveniência: Grupo Parlamentar do CDS/PP – Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 09;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 34/X – Defesa dos interesses dos Açores na Gestão e ordenamento do espaço marítimo português n.º 34/X

Proveniência: Grupo Parlamentar do PS

Entrada: 2013 – 05 – 14;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão Projeto de Resolução n.º 35/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que alargue o prazo de audição pública da proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que publicite nos órgãos de comunicação social e promova a auscultação e pronúncia das Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Conselhos de Ilha - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão”

Autor: CDS/PP

Entrada: 2013 – 05 – 15;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão Projeto de Resolução n.º 36/X – “Frente comum em defesa da Universidade dos Açores - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão”

Autor: PS

Entrada: 2013 – 05 – 15;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditoria aprovado e abaixo indicado:

- Audit. n.º 4/2013-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/108.03) – “Auditoria de Acompanhamento da Aplicação do POCMS”;

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2013 – 03 – 15.

6 - Relatórios:

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 33/X – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 05 – 13;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 05 – 13;

Assunto: [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho – “Altera o Regulamento \(CE\) n.º 261/2004 que estabelece regras comuns para a indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos e o Regulamento \(CE\) n.º 2027/97 relativo à responsabilidade das transportadoras aéreas no transporte de passageiros e respetiva bagagem \[COM \(2013\) 130\] ” – n.º 30/X](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 10;

Assunto: [Petição sobre “Contra a retirada da funcionária dos serviços de Segurança Social da freguesia da Achada” – n.º 23/2012](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 05 – 13;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 23/X - “Criação do Museu da Ilha do Corvo”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 05 – 13;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 05 – 14;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que transpõe a Diretiva n.º 2009/119/CE do Conselho, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos, e procede à segunda alteração aos Estatutos da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E. P. E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro – MEE – \(Reg. DL 136/2013\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 05 – 14.

A redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*

Pl'a redatora: *Noélia Escobar*